



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 126

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 16 de fevereiro de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituídos no decorrer da sessão pelos Deps. José Ávila e Mark Marques)*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 13 minutos.

No Período de Tratamento de Assuntos Políticos procedeu-se à apresentação dos votos entrados na Mesa.

Os primeiros 3 votos, **Votos de Pesar pelo “falecimento de Dr. Luís Carlos Decq Mota”**, foram apresentados pela Representação Parlamentar do PCP, pelo Grupo Parlamentar do PSD e pelo Grupo Parlamentar do PS, tendo todos eles sido aprovados por unanimidade aquando da votação.

Após a leitura do voto apresentado pela Representação Parlamentar do PCP, mais precisamente pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, usou da palavra o Sr. Deputado Mário Moniz (*BE*).

Para apresentar os restantes votos usaram da palavra os Srs. Deputados Costa Pereira (*PSD*) e Alzira Silva (*PS*).

Seguiu-se um **Voto de Saudação pelo “100º Aniversário da Empresa Costa & Martins, Lda.”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Luís Garcia, usando posteriormente da palavra a Sra. Deputada Alzira Silva (*PS*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por unanimidade.

Sobre o **Voto de Saudação pela “passagem do Centenário do Nascimento de Mestre José Teixeira Costa”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usaram da palavra os Srs. Deputados Hernâni Jorge, a quem coube a apresentação do voto, e Cláudio Lopes (*PSD*), seguindo-se a votação.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se o **Voto de Saudação pelo “25º aniversário do Agrupamento 808 do Corpo Nacional de Escutas”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o qual também foi aprovado por unanimidade.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*), seguindo-se uma intervenção por parte do Sr. Deputado Hernâni Jorge (*PS*).

Novamente pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista foi apresentado um **Voto de Congratulação “ao Clube Juvenil Boa Viagem por se ter consagrado vencedor da Taça Federação Liga Feminina na época 2011/12”**.

A leitura do voto foi feita pelo Sr. Deputado José Lima, passando-se imediatamente à votação que registou a aprovação por unanimidade.

O **Voto de Congratulação pela conquista da Taça Federação da Liga Feminina de Basquetebol pelo Clube Juvenil Boa Viagem**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, também foi aprovado por unanimidade, não sem antes ter feito a sua apresentação o Sr. Deputado Clélio Meneses.

Seguiu-se a apresentação do **Voto de Congratulação pelo facto da “Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e da Escola Básica e Secundária da Graciosa terem sido distinguidas na Festa do Desporto Escolar 2011, nas categorias “Autarquia” e “Escola”**”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Usou da palavra o Sr. Deputado José Ávila, para fazer a apresentação do voto, e o Sr. Deputado João Costa (*PSD*).

Submetido à votação foi voto foi aprovado por unanimidade.

Sobre o **Voto de Congratulação pelos “150 anos da Cerâmica Vieira”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, usaram da palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão, a quem coube a apresentação do voto, e o Sr. Deputado Rui Ramos (*PSD*).

Em seguida foi apresentado um **Voto de Congratulação “pela excelência dos trabalhos de fotografia premiados internacionalmente da autoria de Nuno Sá, designadamente pelo seu papel na divulgação das potencialidades turísticas dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado António Pedro Costa (*PSD*), seguindo-se uma intervenção por parte da Sra. Deputada Isabel Rodrigues (*PS*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Seguiu-se um esclarecimento à câmara por parte do Sr. Deputado Artur Lima (*CDS/PP*), após a retirada de um voto de protesto, apresentado pelo Grupo Parlamentar do CDS/PP, usando posteriormente da palavra o Sr. Deputado Ricardo Cabral (*PS*).

Sobre o **Voto de Protesto pela forma como o processo da Rádio Naval da Horta “foi conduzido, sem consideração nem respeito pelo esvaziamento económico da Ilha do Faial, não dando qualquer alternativa a uma decisão de natureza política”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, usaram da palavra os Srs. Deputados Mário Moniz, para fazer a apresentação do voto, Lúcio Rodrigues (*PS*), Luís Garcia (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Submetido à votação o voto foi aprovado por maioria.

Posteriormente, passou-se para a apresentação do **Voto de Protesto** repudiando as **“declarações do Presidente do Governo relativamente às remunerações dos autarcas nas freguesias”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a leitura do voto pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), entrou-se no debate no qual participaram os Srs. Deputados, Cláudio Lopes (*PSD*), José San-Bento (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

O voto em apreço foi rejeitado por maioria.

Seguiu-se mais um **Voto de Protesto**, do mesmo teor, ou seja, sobre as **Declarações do Presidente do Governo relativamente às remunerações dos autarcas nas freguesias**, desta feita apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Cláudio Lopes, após a qual usaram da palavra os Srs. Deputados José San-Bento (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Usou ainda da palavra para defesa da honra da bancada do Governo o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), seguido de uma intervenção por parte do Sr. Cláudio Lopes (*PSD*).

Aquando da votação o voto foi rejeitado por maioria.

Passou-se para o **Voto de Protesto “pela atitude passiva do Governo Regional, o qual, ao não intervir para a defesa da Estação Costeira da Associação Porto de Abrigo põe a sua continuação em perigo”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, mais precisamente pela Sra. Deputada Zuraida Soares.

Sobre o mesmo usaram da palavra os Srs. Deputados António Pedro Costa (*PSD*), José Lima (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Novamente por maioria, o Voto de Protesto foi rejeitado.

Seguiu-se um **Voto de Pesar pelo falecimento do Almirante Henrique Afonso da Silva Horta**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A apresentação do voto coube ao Sr. Deputado Clélio Meneses (*PSD*), seguindo-se a votação que registou a aprovação por unanimidade.

Sobre o **Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. José Amorim**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, usaram da palavra os Srs. Deputados José Gabriel Eduardo, para fazer a leitura do voto, e Paulo Rosa (*CDS/PP*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

Por fim, foi aprovado por unanimidade, um **Voto de Pesar pelo falecimento do Sr. Gaspar Gerónimo da Rosa**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Cláudio Lopes (*PSD*), seguindo-se uma intervenção por parte do Sr. Deputado Hernâni Jorge (*PS*).

Da Agenda da Reunião constavam os seguintes pontos:

1 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/2011 – “regime de apoio ao microcrédito bancário nos Açores”;

Após a apresentação do diploma pelo Sr. Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*), iniciou-se o debate que contou com a participação dos Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Pedro Medina (*CDS/PP*), José Rego (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*), Mário Moniz (*BE*) e Jorge Macedo (*PSD*).

Submetida à votação a Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada por unanimidade, tanto na generalidade como em votação final global.

2 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 7/2012 – “Fundo de Reestruturação Empresarial dos Açores (FREA)”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD;

Justificado o pedido de urgência e a dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado António Marinho (*PSD*), usaram da palavra os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Mário Moniz (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e José Rego (*PS*).

Submetido à votação o pedido de urgência foi rejeitado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados António Marinho (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*) e José Rego (*PS*).

3- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012 – “procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2007/A, de 22 de Maio, que estabelece o regime jurídico da publicidade e do patrocínio dos produtos do tabaco na Região Autónoma dos Açores”.

Após a justificação do pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), e depois de usar

da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*), procedeu-se à votação que registou a aprovação por unanimidade por parte da câmara.

4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/2012 – “procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2007/A, de 22 de maio que estabelece o regime jurídico da publicidade e do patrocínio dos produtos do tabaco na Região Autónoma dos Açores;

Usaram da palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), para proceder à apresentação do diploma, e o Sr. Deputado Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se a votação que registou a aprovação por unanimidade na generalidade, na especialidade e em votação final global.

5 - Pedido de urgência sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 – “estabelece o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores”;

O pedido de urgência foi aprovado por unanimidade, após a justificação feita pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

6 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012 – “quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi novamente aprovado por unanimidade, após a justificação apresentada pelo Sr. Deputado António Toste.

7 - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012 – “quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Após a intervenção do Sr. Deputado António Toste o diploma foi aprovado por maioria.

8- Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 9/2012 – “pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela manutenção do Tribunal do Nordeste”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

Justificada a urgência e dispensa de exame em Comissão pelo Sr. Deputado Carlos Mendonça passou-se à votação que registou a aprovação por unanimidade.

10 - Projeto de Resolução n.º 9/2012 – “pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela manutenção do Tribunal do Nordeste”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS;

O debate iniciou-se com a intervenção do Sr. Deputado Carlos Mendonça, usando posteriormente da palavra os Srs. Deputados Pedro Gomes (*PSD*), Zuraida Soares (*BE*), Pedro Medina (*CDS/PP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Aníbal Pires (*PCP*) e ainda o Sr. Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

O Projeto de Resolução em apreço, aquando da votação, foi aprovado por unanimidade.

O antepenúltimo ponto da Agenda da Reunião, o **pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 10/2012 - “Incentivo à empregabilidade jovem”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE, foi rejeitado por maioria.

Sobre ele usaram da palavra a Sra. Deputada Zuraida Soares, para justificar a urgência e a dispensa de exame em Comissão, e os Srs. Deputados Cláudio Almeida (*PSD*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*), Berto Messias (*PS*) e Artur Lima (*CDS/PP*).

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Zuraida Soares (*BE*), Cláudio Almeida (*PSD*), Berto Messias (*PS*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

Seguiu-se a aprovação por unanimidade do relatório da CAPAT sobre o **pedido de autorização para prestação de depoimento do Deputado Francisco Silva Álvares, na qualidade de testemunha, nos autos de processo comum**

(Tribunal Singular) n.º 47/09.1TAPVC, que correm termos junto da Secção Única do Tribunal Judicial de Povoação.

Por fim, foi aprovada por unanimidade a **Proposta de Deliberação que declara findo o período legislativo de Fevereiro.**

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 22 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, muito bom dia.

Vamos iniciar os nossos trabalhos.

Agradecia que ocupassem os vossos lugares. Vamos começar naturalmente com a chamada.

Eram 10 horas e 13 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**

Berto José Branco **Messias**

Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cecília do Rosário Farias **Pavão**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Francisco Alberto Valadão **Vaz**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

João Oliveira **Teves**

Joe Valadão Rego

José Gabriel Eduardo

José Gaspar Rosa de Lima

José Manuel Gregório de Ávila

José de Sousa Rego

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Nélia Maria Brito **Nunes**

Paula Cristina Dias **Bettencourt**

Ricardo Bettencourt **Ramalho**

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veiros**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo **Amaral** Reis

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José **Francisco** Salvador **Fernandes**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Paulo Jorge Silva **Ribeiro**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 51 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar no público.

Vamos entrar no PTAP, naturalmente com os votos e temos muitos.

Foi combinado em conferência de líderes que começaríamos exatamente com os 3 Votos de Pesar referentes ao passamento do Dr. Luís Carlos Decq Mota, que não tivemos oportunidade de apresentar no último período legislativo.

Assim sendo, começamos por aí e pela ordem da respetiva entrada.

Dou a palavra para apresentar o seu Voto de Pesar ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(Neste momento, o Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

O Dr. Luís Carlos Decq Motta, nasceu a 16 de Junho de 1917 na freguesia da Matriz de S. Sebastião de Ponta Delgada.

É filho de Alfredo de Sousa Motta e de Marie Josephine Decq Motta, ele Comissário da Marinha Mercante, natural de Coimbra e ela Professora de Língua e Literatura Francesa, natural de Bruges, Bélgica.

Depois de concluir a instrução primária com distinção, matriculou-se no Liceu Antero de Quental de Ponta Delgada em 1928, terminando o Curso Complementar de Ciências em 1935.

Em 1936 matriculou-se na Universidade de Coimbra onde fez, primeiro na Faculdade de Ciências os preparatórios médicos e depois na Faculdade de Medicina, a licenciatura em Medicina e Cirurgia, com a classificação de 15 valores.

Fez cursos de pós-graduação de medicina sanitária, atual saúde pública, com a classificação de 16 valores, e também o curso de fisiologia social na mesma faculdade, tendo frequentado o curso de ciências pedagógicas, que não chegou a concluir.

Durante um ano foi assistente voluntário da cadeia de clínica de doenças infecto-contagiosas.

Regressou aos Açores em 1944, tendo começado a exercer clínica no serviço de medicina do Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada.

Em Setembro de 1944 foi mobilizado e graduado no posto de Aspirante Médico, tendo sido colocado na Repartição do Serviço de Saúde do Comando Militar dos Açores, desempenhando as funções de adjunto para a higiene e epidemiologia do serviço de saúde.

Depois de graduado no posto de Alferes dirigiu o Centro de Infecto-contagiosas do Hospital Militar Temporário nº1 e prestou serviço de médico no Grupo de Artilharia de Guarnição e no Batalhão de Infantaria nº18 de Ponta Delgada.

Durante esse período foi contratado para médico da Casa dos Pescadores de Ponta Delgada.

Foi desmobilizado e passou à disponibilidade em Agosto de 1949, tendo durante o tempo em que prestou serviço militar, obtido diversos louvores, quer dos Comandantes quer dos Chefes do Serviço de Saúde, todos eles publicados na Ordem do Quartel General do Comando Militar dos Açores.

Em 1949 fixou residência na cidade da Horta onde passou a exercer clínica privada. Foi igualmente nesse ano colocado, por transferência, na Casa dos Pescadores da Horta, bem como assumiu as funções de médico civil da Estação Rádio Naval da Horta da Marinha de Guerra. Em 1950 iniciou o exercício de funções como assistente de cirurgia no Hospital da Misericórdia da Horta.

Em 1955/56 frequentou, no Instituto de Oncologia em Lisboa, um estágio de Anestesiologia após o que assumiu, no Hospital da Misericórdia da Horta, o cargo de diretor de serviço de anestesia e reanimação.

Nos anos sessenta e por concurso público foi nomeado médico dos serviços clínicos da Previdência Social.

Quando o Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Horta passou, como Hospital Distrital, para o âmbito dos Hospitais Cívicos, foi Diretor do Serviço de Anestesia e Reanimação, Presidente da Comissão Instaladora e Diretor Clínico, cargo este que desempenhou até à sua passagem à reforma, em 1987.

No âmbito da atividade cívica e política foi membro da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito da Horta nos anos 60. A partir de 1976 e até 1998, ano em que resignou por razões de saúde, foi vogal da Assembleia Municipal da Horta. Fez parte do núcleo de cidadãos que implantou o Partido Socialista na ilha do Faial após o 25 de Abril, tendo a partir de 1979 tomado a opção de apoiar e integrar as listas da CDU. Filiou-se no PCP em 1981, tendo participado, com intensidade e durante muitos anos, nas atividades e ação política do PCP Açores e da CDU.

Teve, no plano social, um papel ativo na sociedade faialense, integrando os corpos sociais de diversas coletividades. De entre outros, exerceu o cargo de Presidente da Direção do Fayal Sport Club no ano de 1953 e o cargo de Presidente da Direção da Sociedade Amor da Pátria nos anos de 1956, 1957 e 1958.

Nos finais dos anos sessenta foi-lhe atribuída a Medalha de Bons Serviços, pela Junta Central das Casas dos Pescadores.

Durante cerca de 30 anos foi Agente Consular e Vice-cônsul da França, tendo cessado essas funções em 1987. Durante esse período foi condecorado com a “Ordre National du Mérite” no grau de Cavaleiro pelo General De Gaulle e no grau de Oficial por Giscard d’Eistang.

Pelo Presidente da República Portuguesa, Dr. Mário Soares, foi-lhe atribuída em 1992, a Ordem de Mérito, Grau de Comendador, pelo papel desempenhado ao longo de toda a sua vida na assistência médica às populações das ilhas açorianas.

Pelo Chefe do Estado-Maior da Armada foi-lhe atribuída, em 1993, a Medalha da Cruz Naval de 2ª Classe, pelos serviços prestados à Marinha durante mais de 40 anos.

Pelos Órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores foi-lhe atribuída, em 2007, a Insígnia Autonómica de Mérito, classe de Mérito Profissional.

Foi ainda alvo de homenagens, após 1997, da parte da Câmara Municipal da Horta, Assembleia Municipal da Horta, Assembleias de Freguesia das Angústias, Capelo e Feteira e também da parte de grupos de cidadãos da generalidade das freguesias do Faial. Foi também alvo de homenagens promovidas por coletividades, pela Organização Regional do PCP e pela CDU/Faial.

A intensidade, generosidade e desapego material como exerceu a sua profissão de médico durante mais de 50 anos e a forma empenhada e combativa como sempre defendeu os mais fracos, constituíram as razões de fundo de todas essas homenagens.

O Dr. Luís Carlos Decq Motta, que faleceu na Horta em 26/11/ 2011, foi casado com a Sr.^a D. Maria Elisa de Bettencourt da Costa Salema Brasil Bicudo Decq Motta, também já falecida, e deixou 6 filhos, 15 netos e 15 bisnetos.

Tendo em conta o exposto, a Representação Parlamentar do PCP Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. Luís Carlos Decq Motta, assinalando, para lá do seu relevantíssimo percurso profissional, a dimensão humana da sua postura, bem espelhada na forma solidária e abnegada como exerceu a sua profissão e a sua participação cívica e expressa aos seus familiares as mais sentidas condolências.

Horta, 26 de Janeiro de 2012

O Deputado do PCP Açores: Aníbal Pires

Presidente: Está aberto o debate.

Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Dr. Decq Motta foi, e a sua memória continuará a ser, a de uma personalidade querida e respeitada por todos os faialenses.

O Dr. Decq Motta será sempre recordado como o pai dos pobres.

É com emoção que o Bloco de Esquerda se associa a todos os Votos de Pesar em sua homenagem.

Muito obrigado.

Presidente: Passemos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um Voto de Pesar, relativo à mesma personalidade, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Deputado Jorge Costa Pereira tem a palavra.

Deputado Costa Pereira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Faleceu na Horta, no passado dia 26 de Novembro, o Dr. Luís Carlos Decq Motta.

Natural da freguesia da Matriz de Ponta Delgada, onde nasceu a 16 de Junho de 1917, o Dr. Luís Carlos Decq Motta, estudou no Liceu Antero de Quental e licenciou-se em Medicina e Cirurgia pela Faculdade de Medicina de Coimbra.

Em 1944 regressou aos Açores, tendo começado a exercer clínica no serviço de medicina do Hospital da Misericórdia de Ponta Delgada.

Nesse mesmo ano de 1944 foi mobilizado e graduado no posto de Aspirante Médico, tendo sido colocado na Repartição do Serviço de Saúde do Comando Militar dos Açores, desempenhando as funções de adjunto para a higiene e epidemiologia do serviço de saúde. Depois de graduado no posto de Alferes dirigiu o Centro de Infecto-contagiosas do Hospital Militar Temporário nº1 e prestou serviço de médico no Grupo de Artilharia de Guarnição e no Batalhão de Infantaria nº18 de Ponta Delgada. Durante o tempo em que prestou serviço militar, obteve diversos louvores, quer dos Comandantes quer dos Chefes do Serviço de Saúde, todos eles publicados na Ordem do Quartel General do Comando Militar dos Açores.

Em 1949 passou à disponibilidade e fixou residência na cidade da Horta onde passou a exercer clínica privada e funções como assistente de cirurgia no Hospital da Misericórdia da Horta. Foi igualmente nesse ano colocado na Casa dos Pescadores da Horta, tendo ainda assumido as funções de médico civil da Estação Rádio Naval da Horta da Marinha de Guerra.

Nos anos sessenta foi nomeado médico dos serviços clínicos da Previdência Social. Quando o Hospital da Santa Casa da Misericórdia da Horta passou, como Hospital Distrital, para o âmbito dos Hospitais Civis, foi diretor do

Serviço de Anestesia e Reanimação, diretor Clínico e Presidente da Comissão Instaladora, cargo que desempenhou até à sua passagem à reforma, em 1987.

No âmbito da atividade cívica e política foi membro da Comissão Executiva da Junta Geral do Distrito da Horta nos anos 60. Depois do 25 de Abril foi, durante várias legislaturas, e até 1998, vogal da Assembleia Municipal da Horta.

Para além da sua atividade profissional, o Dr. Luis Carlos Decq Motta foi um cidadão ativo e empenhado, integrando os corpos sociais de diversas coletividades. De entre outros, exerceu o cargo de Presidente da direção do Fayal Sport Club no ano de 1953 e o cargo de Presidente da direção da Sociedade Amor da Pátria nos anos de 1956, 1957 e 1958.

No final dos anos sessenta foi-lhe atribuída a Medalha de Bons Serviços, pela Junta Central das Casas dos Pescadores.

Durante cerca de 30 anos foi Agente Consular e Vice-cônsul da França, tendo cessado essas funções em 1987. Durante esse período foi condecorado com a “Ordre National du Mérite” no grau de Cavaleiro pelo General De Gaulle e no grau de Oficial por Giscard d’Eistang.

Pelo Presidente da República Portuguesa de então, o Dr. Mário Soares, foi-lhe atribuída em 1992, a Ordem de Mérito, Grau de Comendador pelo papel desempenhado ao longo de toda a sua vida na assistência médica às populações das ilhas açorianas.

Pelo Chefe do Estado-maior da Armada foi-lhe atribuída, em 1993, a Medalha da Cruz Naval de 2ª Classe, pelos serviços prestados à Marinha durante mais de 40 anos.

Pelos Órgãos de Governo Próprio da Região Autónoma dos Açores foi-lhe atribuída, em 2007, a Insígnia Autonómica de Mérito, classe de Mérito Profissional.

O Dr. Luís Carlos Decq Motta foi casado com a Sr.^a D. Maria Elisa de Bettencourt da Costa Salema Brasil Bicudo Decq Motta, também já falecida, e deixou 6 filhos.

A generosidade, o espírito de bem servir com que sempre desempenhou a sua profissão de médico durante mais de 50 anos e a forma empenhada como

assumiu as suas responsabilidades de cidadão, depressa fizeram do Dr. Decq Motta uma figura pública incontornável da sociedade faialense e açoriana e uma pessoa benquista e por todos respeitada. O seu falecimento deixa-nos a todos mais pobres.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, os deputados abaixo assinados, propõem à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação deste Voto de Pesar, e que o mesmo seja transmitido aos seus familiares.

Horta, Sala das Sessões, 26 de Janeiro de 2012.

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, António Marinho, Clélio Meneses, Jorge Costa Pereira e Luís Garcia.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um Voto de Pesar, também relativo à mesma personalidade, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Sra. Deputada Alzira Silva tem a palavra.

Deputada Alzira Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar pelo Dr. Decq Mota

O Partido Socialista apresenta este voto de pesar, começando por endereçar a toda a família Decq Mota as suas condolências, e deixa aqui um registo – não biográfico porque esse é do conhecimento geral – de quanto lamenta a perda para o Faial deste Senhor na vida, na cidadania e na medicina.

O Dr. Decq Mota foi fundador do Partido Socialista no Faial. O Partido Socialista não poderia ficar indiferente à sua partida também por isso, mas por muito mais do que isso.

Este é, pois, um testemunho de quem conheceu o Dr. Decq Mota como todos os faialenses – pois não havia quem não o conhecesse – e todos nutriam por ele uma imensa admiração, uma profunda estima e uma grande gratidão.

O Dr. Decq Mota foi uma instituição nesta terra. Chamavam-lhe o pai dos pobres porque a qualquer hora do dia ou da noite a que fosse chamado, mesmo sabendo que não teria nenhuma recompensa por isso que não fosse a do bem-fazer, acorria, exercendo medicina como quem cumpre uma missão: gratuitamente, em plena disponibilidade e com total entrega. E sempre – sempre! – com uma palavra de conforto, um sorriso animador, uma atitude de boa vontade insuperável.

Deixou um legado exemplar de que a sua família, os seus amigos, os seus antigos doentes e todos os que o conheceram se orgulham.

O Dr. Decq Mota não discursava sobre os valores; aplicava-os todos os dias na sua ação.

O Dr. Decq Mota não andava a exultar princípios, mas a sua vida foi um exercício continuado da defesa de princípios e de direitos. O Dr. Decq Mota não se auto-elogiava, não procurava granjear adeptos nem reconhecimentos. O seu percurso era a expressão evidente da sua causa, sempre na senda da solidariedade, da justiça social, de amor incondicional aos seres humanos, especialmente aos mais carecidos e desfavorecidos.

Nunca se recusava a acudir a alguém. Muitas vezes – e eu sou disso testemunha – interrompia o seu escasso tempo livre, os seus raros minutos de lazer e a preciosa companhia da sua família para ir a casa de um doente aliviar a sua dor. A mim – confesso-o aqui – aconteceu exatamente o que acabo de mencionar. Se tal não se tivesse passado, talvez hoje eu não estivesse aqui. Tinha então 13 anos mas jamais esquecerei a noite em que o Dr. Decq Mota apareceu na minha casa como um anjo salvador.

Trago aqui este testemunho pessoal porque a política merece que sejamos humanos e emocionais e que partilhemos sentimentos, especialmente quando estamos a manifestar o nosso pesar por alguém tão especial como era o Dr. Decq Mota.

Abaixo de Deus – como dizia o povo – era o Dr. Decq Mota quem fazia milagres. E fez muitos. Tantos que o seu património ficará inscrito na memória desta terra como único, tanto do ponto de vista humano, como na perspetiva profissional como ainda no plano político.

Com a simplicidade com que só se pode falar das pessoas grandes, com uma extraordinária admiração e com uma estima comovida, aqui deixo o registo da homenagem do PS a esse cidadão notável, médico exímio e homem excecional que foi o Dr. Decq. Mota.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis o Partido Socialista propõe o seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. Luís Carlos Decq Mota salientando o brilhante contributo que deu para a vida faialense, como cidadão, como médico, como ser humano.

Propõe-se ainda que deste voto de pesar seja dado conhecimento à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 15 de Fevereiro de 2012

Os Deputados Regionais do Partido Socialista: Berto Messias, Alzira Silva e Lúcio Rodrigues.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Voto de Pesar apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora para um Voto de Saudação apresentado pelo Partido Social Democrata relativo ao **100º Aniversário da Empresa “Costa & Martins Lda”**.

Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra.

Deputado Luís Garcia (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

100º Aniversário da Empresa “Costa & Martins, Lda.”

Fundada a 22 de Janeiro de 1912 a empresa Costa & Martins, Lda. acabou de comemorar 100 anos de vida.

Estes 100 anos de atividade foram caracterizados por uma forte influência económica e social, especialmente na sociedade faialense, mas também com impacto na vizinha ilha do Pico e até, em determinado período, na ilha das Flores.

Sociedade por quotas de natureza familiar a empresa Costa & Martins dedicou-se inicialmente à venda por grosso mas foi ao longo destes cem anos adaptando o seu ramo de atividades às necessidades locais e temporais que passaram também pela indústria baleeira, pela comercialização de gás e combustíveis, tintas, material informático, vinhos, ferragens e peças para automóveis. Mais recentemente com a aquisição de uma empresa do ramo passou também a dedicar-se ao transporte de carga marítima e aérea e agente de navegação.

Depois do sismo de 1926 que devastou a cidade da Horta construiu a sua sede onde ainda hoje funcionam os seus serviços administrativos e continua a ser uma referência do comércio faialense.

Relembrar e homenagear hoje, em tempo de crise económica e social, uma arrojada iniciativa de há cem anos, é não só reconhecer o mérito e a dinâmica dos seus fundadores, gestores e funcionários que marcaram indelevelmente estes cem anos, como também é um apelo à coragem e espírito empreendedor dos cidadãos aqui residentes para a inovação e participação ativa no desenvolvimento desta ilha e da Região.

Assim ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Saudação pelos 100 anos de atividade da empresa Costa & Martins, Lda. e pelo seu contributo ao desenvolvimento dos Açores.

Mais se propõe que deste voto se dê conhecimento à empresa Costa & Martins, Lda., à Câmara de Comércio e Indústria da Horta e à Câmara e Assembleia Municipal da Horta.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Fevereiro de 2012

Os Deputados Regionais: Duarte Freitas, António Marinho, Jorge Costa Pereira, Luís Garcia e Clélio Meneses.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Alzira Silva.

(*) **Deputada Alzira Silva (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se a este voto saudando a empresa “Costa & Martins, Lda”. pelos 100 anos de percurso económico com forte influência social, pelo espírito empreendedor que o norteou, bem como pela sua capacidade de adaptação aos tempos que registaram uma acentuada mudança ao longo das últimas 10 décadas.

Reconhecemos o mérito dos seus fundadores, gestores, trabalhadores e todos os que contribuíram para o seu sucesso e auguramos que o mesmo sucesso continue nos próximos anos para a empresa “Costa & Martins, Lda”.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um Voto de Saudação apresentado pelo PS, Centenário do Nascimento do Mestre José Teixeira Costa.

Sr. Deputado Hernâni Jorge tem a palavra.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

Centenário do Nascimento de Mestre José Teixeira Costa

Na casa onde atualmente funciona a Sede da Junta de Freguesia de Santo Amaro do Pico, nasceu a 10 de Fevereiro de 1912, aquele que viria a ser um dos

mais hábeis construtores navais, regionais e nacionais, da sua geração, Mestre José Teixeira Costa.

Filho de uma família numerosa e de poucos recursos, ainda em criança ficou sem pai falecido na faina baleeira.

Logo que teve forças para segurar a enxó, iniciou-se na construção naval com Mestre José Joaquim Alvernaz, outro dos expoentes máximos da construção naval da sua época, pelo que melhor mestre não poderia ter tido.

Homem possuidor de grande espírito empresarial, mestre José Costa, desde cedo se estabeleceu, com estaleiro próprio, na Grotta, em Santo Amaro do Pico.

De acordo com afirmações produzidas em Junho de 2011 na edição nº 14 da Revista Municipal por Mestre João Alberto Neves, expoente máximo da construção naval atual, “ O melhor, e posso dizer que a nível nacional, foi o Mestre José Costa “.

Construiu dezenas de embarcações e reparou outras tantas.

Para o Tráfego Local:

Construiu o “João de Brito” na década de 40;

Reparou o “ Santo Amaro “ em 1946 e novamente em 1978;

Construiu um batelão de dragagens para o porto da Horta, em parceria com Mestre Manuel Joaquim de Melo, em 1946.

Para a pesca do atum construiu:

Na década de 40: o “ Calhetense “;

Na década de 50: o “ Pérola Açoriana “, o “ Flor do Oceano “, o “ Castelo Branco “, o “ Flor do Pico “, o “ Terra do Pão “, o “ Vyrol “ o “ Salazar “, o “ Carmona “ e o “ Santamarense “;

Na década de 60: o “ Cabrilho “, o “ Pico Ruivo “, a “ Senhora do Rosário “, o “ Diogo Barcelos “, a “ Velas “ o “ Bela D’oris “ a “ Carmen Filomena “ o “ San Diego “, o “ Califórnia “, a “ Manelinha “, a “ Marisousa “, a “ Formiga “, a “ Pérola do Faial “, a “ Any “, o “ Dacia “, a “ Baía D’Abra “, a “ Baía de Velas “, e a “ Aurora “;

Na década de 70: o “ Lajes do Pico “ e a “ Baía do Funchal “, primeiro atuneiro com popa de painel construído nos Açores;

Na década de 80, iniciou a construção da frota azul começando por construir o “ Pérola da Manhêna “, em 1983, e o “ Pérola do Calhau “, em 1985. Em 1988 iniciou a construção do “ Capitão Ramos “ o qual foi concluído por Mestre João Alberto Neves, após falecimento de Mestre José Costa, em 29 de Janeiro de 1987.

Para o palangre construiu:

Em 1985: a “ Maria Clara “ e a “ Nossa Senhora dos Anjos “.

Para a Faina Baleeira construiu as Lanchas:

“ Marta Adriana ”, “ Marota ”, “ Garota ”, “ Maria Medina ”, “ Espartel ” e “ Medina ”.

Construiu ainda dezenas de embarcações para a pesca local.

O estaleiro mantém-se ativo, é propriedade de Mestre José Adriana, e nele encontra -se em fase de reconstrução o Iate “ Maria Eugénia “.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a aprovação do seguinte voto de Saudação:

“A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de Fevereiro de 2012, saúda a passagem do Centenário do Nascimento de Mestre José Teixeira Costa, o mais hábil construtor naval açoriano da sua geração, cuja obra perdurará para sempre na memória dos que a conheceram ou que dela usufruíram.

Do presente voto de Saudação deverá ser dado conhecimento à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Fevereiro de 2012

Os Deputados Regionais: Berto Messias, Lizuarte Machado e Hernâni Jorge.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se naturalmente a este voto por também reconhecer e considerar que o Mestre José Costa foi uma figura ímpar, um artista exímio e uma referência regional e nacional no seio da indústria da construção naval picoense, açoriana e nacional.

Uma indústria que ganhou notoriedade naturalmente com a qualidade e quantidade de trabalho de muitos mestres que ao longo de décadas serviram esta indústria e que encontrou maior expressão e uma tradição na Ilha do Pico, entre os quais, sem dúvida o Mestre José Costa foi uma figura destacável.

Este voto apresentado pelo Partido Socialista é, nessa medida, pertinente e deve, a nosso ver, também servir não só para lembrar o passado daqueles que muito contribuíram para o desenvolvimento regional, nomeadamente através da indústria naval que serviu de suporte à atividade marítima açoriana que tem sido um dos pilares fundamentais do desenvolvimento económico dos Açores, mas também deve servir naturalmente para lembrar que no presente seria importante ressuscitar uma indústria tão importante como esta que pode ser promotora de novos postos de trabalho, o que nos tempos que correm é de grande acuidade.

Assim haja vontade política para a fazer ressuscitar como deve ser na Ilha do Pico, o que seria muito importante para a economia daquela ilha e também daria um grande contributo para a economia açoriana.

Muito obrigado.

Deputados Duarte Freitas, Luís Garcia e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!
Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora a um Voto de Saudação relativo ao 25º Aniversário do Agrupamento 808 do Corpo Nacional de Escutas, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

25º Aniversário do Agrupamento 808 do CNE

No passado dia 31 de Janeiro do corrente ano, o Agrupamento 808 do CNE, da Freguesia da Candelária da ilha do Pico, celebrou o seu 25º aniversário.

Criado em 1907, em Inglaterra, por inspiração do general inglês Baden-Powell, o movimento escutista, que envolve mais de 25 milhões de elementos em todo o Mundo, acabaria por chegar, cerca de 80 anos mais tarde, à ilha do Pico.

Tendo-se iniciado esse movimento escutista picoense com a constituição do Agrupamento 770, nas Lajes do Pico, por iniciativa de Maria Rosa dos Santos Porto, em 31 de Janeiro de 1987 constituía-se, formalmente, na Freguesia da Candelária, um segundo Agrupamento, o Agrupamento 808, fruto do entusiasmo de 15 elementos daquela Freguesia, motivado pelo Reverendo Padre Carlos Alberto Miranda Cabral.

O Agrupamento 808 da Candelária iniciou a sua atividade com 102 elementos, e teve como seu primeiro Chefe, Henrique Faria Paulos.

Ao longo da sua existência, tem tido como grande dinamizador o cidadão picoense José Carlos Silveira Costa, durante vários anos Chefe dos escuteiros da Candelária e do Núcleo do Pico, que é também autor de uma “coletânea” sobre os 25 anos de atividade do Agrupamento 808, apresentada a público nas cerimónias do 25º aniversário deste Agrupamento.

Nestes 25 anos, agregando sempre nas suas iniciativas, em média, cerca de uma centena de elementos, entre acampamentos, acantonamentos, caminhadas e muitas outras atividades formativas e de cariz social, cultural e ambiental, o Agrupamento 808, desempenhou uma importante função na sociedade picoense, pugnando pelo cumprimento do grande objetivo do movimento escutista que é «formar cidadãos saudáveis, felizes e úteis, de ambos os sexos, visando erradicar o egoísmo e promover a compreensão, a cooperação e o serviço ao bem comum».

O movimento escuta, assumindo-se como uma escola não formal de formação cívica, de promoção de valores e de educação ambiental, continua a ter grande pertinência no contexto da atual sociedade a que pertencemos e muito tem

contribuído, através dos seus diversos Agrupamentos hoje em atividade em toda a ilha, para a melhoria civilizacional e comportamental da sociedade picoense. Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que este Parlamento aprove o presente voto de saudação pelo 25º aniversário do Agrupamento 808 do CNE, da Candelária do Pico, enaltecendo a ação cívica desenvolvida ao longo de 25 anos na sociedade picoense, desejando a todos os seus elementos e aos seus atuais dirigentes a motivação necessária para darem continuidade a tão importante e relevante tarefa social, prosseguindo um dos mais “belos” ideais do escutismo: “**alcançar a felicidade contribuindo para a felicidade dos outros**”!

Horta, 16 de Fevereiro de 2012

Os Deputados, Duarte Freitas e Cláudio Lopes

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista nos associarmos a este Voto de Saudação pela passagem do 25º do Agrupamento 808, pelo papel que este agrupamento teve na afirmação do movimento escutista na Ilha do Pico e na formação das crianças e jovens da freguesia da Candelária e do Concelho da Madalena, porque tendo sido o primeiro agrupamento do Concelho que acabou constituindo-se como o ninho dos outros dois que surgiram posteriormente, designadamente nas freguesias da Madalena e de São Mateus, sendo de realçar, conforme é referenciado no voto, o papel que na sua fundação tiveram o Padre Carlos e o Engº Henrique Faria Paulos.

Posteriormente diversas pessoas, entre as quais o referenciado José Carlos Costa, tiveram um papel extremamente importante na sua dinamização e na manutenção da atividade deste agrupamento, convindo ainda hoje destacar o papel que alguém que está no agrupamento desde a primeira hora e que é o seu chefe desde há longos anos, constituindo-se hoje como a verdadeira alma e a razão de ser daquele agrupamento e refiro-me concretamente ao Neomésio Cardoso.

Por tudo isto o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente e acompanha com agrado este Voto de Saudação.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para um Voto de Congratulação do Partido Socialista relativo ao Clube Juvenil Boa Viagem.

Sr. Deputado José Gaspar Lima tem a palavra.

Deputado José Lima (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

O Clube Juvenil Boa Viagem, Instituição de Utilidade Pública, foi fundado em 16 de Julho de 1976, tem a sua sede na Rua Francisco de Ornelas, freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Concelho de Angra do Heroísmo (cidade Património Mundial).

Dando pleno acolhimento à modalidade de Basquetebol feminino, tem actualmente 100 atletas distribuídos pelos seguintes escalões: seniores, sub. 21, sub. 19 (juniores), sub. 16 (cadetes), sub. 14 (iniciados), minis 8, minis 10 e minis 12.

Nos anos 1977 a 1979, 1984 a 1989, 1991 a 1997, 1999 a 2001 o escalão de seniores femininos participou e venceu diversos campeonatos da Ilha Terceira. De 1987 a 1989 venceu diversos campeonatos Regionais dos Açores. De 1990 a 1997 participou no Campeonato Nacional da 2ª Divisão.

No quadro histórico do desporto colectivo terceirense foi o primeiro alcançar o patamar mais alto do desporto nacional, venceu o 2º lugar do campeonato nacional feminino da 2ª divisão e subida à 1ª divisão do campeonato nacional da liga feminina na época 1996/97.

Nas épocas de 1996/97-1997/98, foi atribuído ao clube na I e II gala do basquetebol da Ilha Terceira o título de Clube do Ano.

Participou no campeonato nacional da 1ª divisão feminina nos anos de 1997 a 1999. Foi vencedor da Serie Açores do campeonato nacional feminino da 2ª divisão e subida à 1ª divisão do campeonato nacional feminino na época de 2000/01. Subiu à liga feminina de basquetebol na época de 2001/02.

Em 2001, o Clube foi galardoado pelo Exmo. Senhor Ministro da Juventude e Desporto com o prémio Reconhecer o Mérito.

Foi atribuído ao Clube pela Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo, por proposta da Junta de Freguesia de Nossa Senhora da Conceição em 2002 a medalha de Mérito Municipal do Desporto.

Em 2004/05 alcançou o 1º lugar do campeonato nacional da 1ª divisão, sagrando-se campeão nacional, garantido a subida à liga feminina.

Finalistas da Taça de Portugal nas épocas de 2005/06 – 2006/07 – 2009/10 e finalista da Taça Supertaça nas épocas de 2006/07.

Foi a primeira equipa de basquetebol dos Açores a participar na 1ª eliminatória do campeonato da Europa “Eurocup Woman” na época 2007/08.

O Clube foi galardoado nas I, II, V, VI, VII, VIII, X galas do desporto regional com a categoria de Resultados – Classificações e Participações Internacionais.

Finalista da Taça Federação Liga Feminina na época 2009/10 e vencedor Taça Federação Liga Feminina na época 2011/12, tendo sido o 1º troféu no escalão máximo nacional recebido por esta associação e conquistado pela 1ª vez por uma equipa açoriana.

Tendo esta Associação mais de trinta e cinco anos de existência e sendo este clube uma colectividade com grande historial, os seus dirigentes, equipa técnica e atletas empenharam-se na busca de êxitos desportivos, demonstrando aos jovens atletas um modo de vida saudável.

O troféu agora ganho veio valorizar o Clube e a Região Autónoma dos Açores, onde o desporto tem alcançado excelentes níveis de competitividade.

Felicitemos o Clube Juvenil Boa Viagem. Fazemos votos para que continuem a percorrer o caminho que tantos benefícios têm trazido ao Clube e à prática desportiva na Região Autónoma dos Açores.

Pelo acima exposto, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reunida em plenário no dia 16 de Fevereiro de 2012, emite o seguinte voto de congratulação.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto do Clube Juvenil Boa Viagem se ter consagrado vencedor da Taça Federação Liga Feminina na época 2011/12.

Esta congratulação é extensiva a todas as atletas, técnicos e dirigentes que viram, assim, coroados de êxito todo o seu esforço no campo desportivo, tornando mais um sonho em realidade.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao referido clube e à Associação de Basquetebol da Ilha Terceira.

Horta, 16 de Fevereiro de 2012

Os Deputados Regionais do Grupo Parlamentar do Partido Socialista:
Berto Messias, Hernâni Jorge, José Gaspar Lima, Nélia Nunes, António Toste e Francisco Valadão.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para um Voto de Congratulação também referente ao Clube Juvenil Boa Viagem, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Porque nos tempos difíceis é importante enaltecer os sucessos, apresentamos um Voto de Congratulação relativamente à última conquista desportiva do Clube Juvenil Boa Viagem com os seguintes fundamentos:

Voto de Congratulação

O Desporto continua a ser um dos mais significativos meios de afirmação dos Açores no exterior.

Um dos mais ilustres representantes do nosso sucesso no panorama desportivo nacional tem sido, ao longo das últimas duas décadas, o Clube Juvenil Boa Viagem.

Depois de várias participações ao mais alto nível do basquetebol feminino do país, o Clube Juvenil Boa Viagem venceu, no passado dia 29 de Janeiro, em Algés, a Taça Federação da Liga Feminina de Basquetebol, ao vencer, brilhantemente, na final a A. D. Vagos por 61-58.

Ao conquistar tal título, a popular agremiação do Corpo Santo, em Angra do Heroísmo, alcançou o mais alto patamar da modalidade em Portugal, consolidando-se como clube de referência do basquetebol nacional.

O êxito recente é o resultado de um percurso desportivo e associativo assente na dedicação e competência dos seus dirigentes, técnicos e atletas, ao longo dos 32 anos que fazem a sua história.

Na verdade, aqueles que decidiram a fusão de dois clubes existentes no Bairro Oriental da cidade, Beira-Mar e Sesimbra, inspirando-se na sua padroeira, a Senhora da Boa Viagem, para fundar o novo clube, dificilmente adivinhariam que, passados 30 anos, estariam a comemorar um feito desportivo desta dimensão.

Depois de se dedicar a várias modalidades desportivas e de orientar a sua atividade primordialmente para o basquetebol, o Clube Juvenil Boa Viagem prossegue uma exemplar dinâmica ao nível da formação, sendo o único clube na Região com todos os escalões desde os sub-8 até aos seniores, tendo, assim, nos seus quadros cerca de 100 atletas.

O significado de tudo isto é, ainda, mais profundo quando se constata que metade daquelas que fazem parte do grupo que conquistou o troféu em causa fez a sua formação no clube, juntando-se a um conjunto de atletas de qualidade

que escolheram os Açores para desenvolver as respetivas carreiras desportivas e que são, todas elas, as artífices de tão brilhante vitória.

Por outro lado, é de enaltecer o papel do açoriano Marcos Couto como líder e treinador da equipa, dando, assim, a natural sequência a um aturado trabalho de reconhecido mérito e capacidade, sendo, ele próprio, mais um exemplo das qualidades desportivas e humanas dos açorianos.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista da Taça Federação da Liga Feminina de Basquetebol pelo Clube Juvenil Boa Viagem, saudando tal feito histórico no desporto açoriano e todos os seus atletas, técnicos, dirigentes e associados.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento aos seus dirigentes, equipa técnica e atletas.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Fevereiro de 2012.

Os Deputados, Clélio Meneses, Duarte Freitas e Paulo Ribeiro.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento o Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Deputado José Lima)

Presidente: Vamos passar agora a um Voto de Congratulação do Partido Socialista referente à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

A prática desportiva nas escolas da Região Autónoma dos Açores é uma realidade e tem vindo a crescer.

Destinada aos alunos de todos os ciclos, em regime de participação voluntária e com a supervisão técnica e pedagógica dos docentes, as atividades desportivas no âmbito escolar contribuem para um melhor aproveitamento, fomenta a criação de estilos de vida saudáveis, contribuem para a formação equilibrada dos alunos e asseguram o desenvolvimento sustentado da prática desportiva na Região Autónoma dos Açores.

No Desporto Escolar existem quatro níveis de participação:

- . Atividades Desportivas Escolares;
- . Jogos Desportivos Escolares;
- . Clubes Desportivos Escolares (federados ou não);
- . Desporto Escolar Nacional ou Internacional.

O modelo implementado nos Açores é único e perfaz, na perfeição, a ligação do desporto escolar ao desporto federado, razão pela qual existe um movimento com o intuito de o adotar ao continente português. Este deve ser um motivo de orgulho para todos nós porque é mais uma prova de que, nestas e noutras atividades, temos dado o exemplo.

No passado mês de novembro realizou-se, na Lourinhã, a Festa do Desporto Escolar 2011, organizada pela Direcção-Geral de Inovação e de Desenvolvimento Curricular, do Ministério da Educação e Ciência, que visou atribuir Prémios, em diferentes categorias, a pessoas singulares e coletivas que se distinguiram.

A Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, que se evidenciou pelo apoio aos eventos realizados no âmbito dos diferentes projetos do Desporto Escolar durante aquele ano, venceu a categoria “Autarquia” e a Escola Básica e Secundária da Graciosa, por sua vez, venceu a categoria “Escola” por, ao longo

do ano letivo, se ter evidenciado na participação e organização de eventos realizados no âmbito dos diferentes projetos do Desporto Escolar.

O apoio destas entidades não é de agora. Arrisco mesmo a afirmar que é desde sempre. A partir de 1993 foram organizadas na Graciosa oito fases regionais dos Jogos Desportivos Escolares que contaram sempre com o apoio da autarquia e da escola e, por isso, é justo reconhecer que estes prémios também se devem àqueles que, ao longo dos anos, colaboraram nestas organizações, incluindo o Clube Desportivo Escolar Ilha Branca, que, desde a sua formação tem tido um papel preponderante no desporto escolar naquela ilha.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em plenário no dia 16 de Fevereiro de 2012, emita o seguinte voto de congratulação:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa e da Escola Básica e Secundária da Graciosa terem sido distinguidas na Festa do Desporto Escolar 2011, nas categorias “Autarquia” e “Escola”, respetivamente, que se realizou no passado mês de novembro.

Esta congratulação é extensiva a todos os atuais e anteriores dirigentes daquelas entidades, professores, alunos e funcionários, que contribuíram, ao longo dos anos, para o sucesso dos eventos desportivos escolares, nos âmbitos local e regional, organizados na Ilha Graciosa.

Do presente voto será dado conhecimento à Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, à Escola Básica e Secundária da Graciosa e ao Clube Desportivo Escolar Ilha Branca.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Fevereiro de 2012.

Os Deputados Regionais: Berto Messias, José Ávila e Ricardo Ramalho.

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD naturalmente associa-se a este Voto de Congratulação e enaltece o empenho que as sucessivas câmaras municipais e Escola Básica e Secundária da Graciosa têm tido ao longo dos anos no apoio ao desporto escolar, numa ilha que sempre se tem demonstrado à sua população neste tipo de eventos e de organizações.

De facto, assim tem sido ao longo dos anos e muito bem. Este voto reconhece precisamente esse facto que os graciosenses sempre foram bastante expeditos e solícitos neste tipo de organizações e de acompanhamento.

Nessa medida associamo-nos a este voto.

Queria apenas sugerir que deste voto fosse também possível dar conhecimento à Assembleia Municipal de Santa Cruz da Graciosa, dando assim maior abrangência ao reconhecimento que este ano a Direção Regional do Desporto teve ocasião de sugerir, quer a Câmara Municipal de Santa Cruz da Graciosa, quer a Escola Básica e Secundária da Graciosa.

Deixar também para uma ilha como a Graciosa, que vemos daqui do Faial, mesmo aqui ao pé, o meu lamento por no passado fim-de-semana o Sporting Clube Guadalupe, para ir jogar ao Pico, ter saído numa sexta-feira e só ter conseguido regressar na terça.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Se todos estiverem de acordo, do voto será também dado conhecimento à Assembleia Municipal da Graciosa.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

(Neste momento o Deputado José Ávila voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Passamos para um Voto de Congratulação relativo aos 150 anos da Cerâmica Vieira, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cecília Pavão.

Deputada Cecília Pavão (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação 150 anos da Cerâmica Vieira

Decorria o ano de 1862 quando se criou a Sociedade Tomás d'Ávila Boim & C.^a, atual Cerâmica Vieira, na Vila de Lagoa, ilha de São Miguel, pelas mãos de Bernardino da Silva, natural de Vila Nova de Gaia; Manuel Leite Pereira, de Peso da Régua, Tomás d'Ávila Boim, da ilha do Pico e Manuel Joaquim d'Amaral, do concelho da Povoação. A sede da Tomás d'Ávila Boim & C.^a situava-se no Porto dos Carneiros, na unidade fabril de cerâmica então criada.

Sete anos depois Boim e Amaral desligavam-se da sociedade. Por seu lado, Manuel Leite Pereira criou a sua própria unidade – a “Cerâmica Açoriana” – no lugar das Alminhas da mesma Vila, entre 1870 e 1872. A Sociedade inicial, do Largo do Porto, tomou o nome de Cerâmica de Bernardino da Silva, até à morte deste em 1896.

Com o passar do tempo, a fábrica foi conhecendo novos proprietários, maioritariamente familiares de Bernardino da Silva. A gestão atual é da responsabilidade de António José da Silva Martins Vieira e de suas filhas Maria Teresa e Maria Manuela. As duas irmãs são, portanto, a quinta geração da família de um dos fundadores da Sociedade que, de forma ininterrupta, a gerem e fazem crescer.

Em Janeiro de 1985, a Cerâmica Vieira comprou a Cerâmica Leite, transferindo a maior parte da unidade para a Rua das Alminhas, onde se mantém. A primitiva fábrica, do Porto dos Carneiros, alberga várias peças de espólio e serve para a produção esporádica de telhas.

O seu barro é único. De cor avermelhada, é produzido na própria fábrica a partir de uma mistura de barro de Santa Maria com o dos Barreiros, o que o torna característico e bastante resistente à cozedura.

O vidrado das suas peças sempre constituiu um património ímpar. Feito com chumbo e ferro, confere aos utensílios consistência e brilhos específicos. Durante largas dezenas de anos, a produção da Cerâmica Vieira foi inteiramente artesanal. Quer as peças, quer a decoração – de início com linhas simples – ganhavam uma grande variedade de tons beges e amarelos, de grande beleza, conforme a localização nos tradicionais fornos a lenha. A venda da louça da Lagoa era feita em carroças por vendilhões independentes que percorriam toda a ilha.

A base da produção era inicialmente a louça doméstica e a telha. Só em meados do século XX se iniciou o fabrico regular de peças decorativas. Hoje, são estas a principal base de sustentação e a grande atração da casa, verdadeiro ex-libris do concelho da Lagoa, lugar de paragem obrigatória de muitos turistas que vêm de todas as partes do mundo.

Conta atualmente com uma dezena de artesãos, cujas mãos hábeis esculpem e decoram verdadeiras obras de arte, em que cada um pode usar a imaginação e conferir livremente à peça um pouco de si. São polivalentes e aprendem com os mais velhos.

A Cerâmica Vieira é a única produtora e dinamizadora da azulejaria açoriana. Estas peças oláricas, com os seus tons inconfundíveis de azul e branco, são utilizadas em revestimentos, enquanto os painéis decorativos ganham cada vez mais protagonismo. Uns e outros decoram apeadeiros, fontenários, placas comemorativas, igrejas, bibliotecas, restaurantes e inúmeras casas açorianas. Reproduzem uma grande variedade de motivos: pássaros, flores, padrões geométricos, temas e figuras religiosas ou profanas e reproduções de fotografias.

Embora a olaria se tenha desenvolvido em praticamente todas as ilhas, apenas S. Miguel e Terceira produziram faiança. A Cerâmica Vieira foi a primeira e a única a sobreviver até aos nossos dias.

A produção de cerâmica nasceu da necessidade das peças para uso doméstico: talhão para a água ou cereais, alguidar para amassar o pão, boião para salgar o

porco, canjirão do vinho, lava-mãos, pratos, terrinas, caçarolas e telhas para cobrir as habitações.

As formas e técnicas de fabrico da louça açoriana revelam, desde sempre, um misto de influências, sejam hispano-mouriscas como o célebre talhão de Santa Maria ou greco-romanas, nas linhas, desenhos e policromia, com especial destaque para a louça vidrada da Lagoa. Não menos importante foi a adaptação das peças cerâmicas às especificidades e cultura das nossas ilhas, de que são exemplos a sertã, o prato de fava, a tigelinha de beber vinho, os pesos de rede e as caçarolas de apanhar polvo.

O micalense Eduíno Borges Garcia, arqueólogo, medievalista e estudioso da cultura e da identidade, organizou e doou, para integrar um dos núcleos ceramológicos do Museu de Olaria de Barcelos, uma coleção de cerâmica popular onde predomina a faiança lagoense. Mas a encantadora louça da Cerâmica Vieira inspirou muitos outros autores, de entre os quais destaco Rui de Sousa Martins, que se interessaram pelos engenhos ou fábricas, técnicas utilizadas, tipo de peças produzidas, sobretudo pela individualidade da azulejaria.

Como se pode ler no Centro de Conhecimento dos Açores “a cerâmica açoriana é um bom instrumento de estudo para o conhecimento da vivência do povo das ilhas. Em barro se cozinhava, em barro se comia, em barro se cuidava da higiene, com barro se trabalhava e com barro se adorava Deus”.

A Cerâmica Vieira é, assim, parte integrante das nossas vidas, da nossa história e da nossa cultura. Cabe-nos, pois, reconhecer e louvar o seu percurso.

Pelo exposto, e nos termos regimentais aplicáveis, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõem à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de congratulação pelos 150 anos da Cerâmica Vieira, da Vila e concelho de Lagoa, e que dele seja dado conhecimento aos seus atuais sócios.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Fevereiro de 2012

Os Deputados Regionais, Berto Messias, Cecília Pavão, José Carlos San-Bento, José Lima e Hernâni Jorge.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Atualmente gerida pelas quarta e quinta geração da família de um dos fundadores da sociedade, a Cerâmica Vieira representa a tenacidade e o espírito empreendedor de açorianos que desde cedo souberam erguer e manter de pé uma empresa que é hoje uma marca, um ícone não só do Concelho da Lagoa mas um exemplo para todos os açorianos.

Atualmente é ponto de paragem obrigatório para todos aqueles que visitam São Miguel e que se querem enriquecer histórica e culturalmente.

Com os seus azulejos foram criados belos painéis decorativos espalhados, como aqui foi dito, por fontenários, apeadeiros, igrejas, bibliotecas, restaurantes e muitas casas de açorianos.

«Como se pode ler no Centro de Conhecimento dos Açores a cerâmica açoriana é um bom instrumento de estudo para o conhecimento da vivência do povo das ilhas.»

Como tal, faz parte integrante da nossa experiência, da nossa História e também, obviamente, da nossa cultura.

Assim sendo, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata associa-se naturalmente ao voto aqui presente reconhecendo assim o engenho, a tenacidade e o empenho prestado ao longo dos 150 anos da sua existência.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um Voto de Congratulação do PSD relacionado com o fotógrafo Nuno Sá.

Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

Assunto: Nuno Sá ganha prémio internacional em fotografia

Nuno Sá acaba de ser premiado no Oasis Photo contest, considerado o maior concurso de natureza de Itália. Trata-se de mais um dos muitos prémios com que o fotógrafo tem contribuído para a promoção da imagem dos Açores.

Nuno Sá nasceu em Montreal, licenciou-se em Direito na Universidade Católica Portuguesa e, nos Açores, concretiza o sonho de contacto direto com o mar, como fotógrafo profissional desde 2004, especializando-se em fotografia da vida selvagem de temas marinhos.

A partir de então, tem sido distinguido nos principais concursos Internacionais de Fotografia de natureza, entre eles uma imagem “Highly Commended” no Wildlife Photographer of the Year, o maior e mais prestigiante concurso de fotografia de vida selvagem a nível mundial, e duas nomeações no Asferico International Nature Photography Competition, tendo sido o primeiro Português a ser distinguido na história destes concursos.

Nuno Sá já publicou 3 livros sobre as baleias e golfinhos dos Açores, bem como dezenas de artigos publicados a nível nacional e Internacional. É co-autor do “Guia de Mergulho dos Açores” o primeiro guia de mergulho a ser editado em Portugal e colaborador regular de várias revistas, entre elas a National Geographic Portugal.

Nuno Sá faz parte da equipa do Wild Wonders of Europe, a maior iniciativa de fotografia de natureza alguma vez realizada a nível mundial, pelo que tem em muito contribuído para a promoção turística dos Açores.

Deputados Jorge Macedo e Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim, nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um voto de congratulação pela excelência dos trabalhos de fotografia premiados internacionalmente, da autoria de Nuno Sá, designadamente pelo seu papel na

divulgação das potencialidades turísticas e paisagísticas dos Açores através de vários órgãos de comunicação social mundiais.

Horta, 16 de fevereiro de 2012.

Os Deputados: Duarte Freitas, António Marinho, António Pedro Costa, Jorge Almada Macedo e Aida Amaral.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Isabel Almeida Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O trabalho de Nuno Sá vale em si mesmo enquanto expressão artística do seu talento, sendo certo que para os Açores tem um valor acrescido que se consubstancia na extraordinária promoção que tem feito do destino Açores enquanto destino de mar, com enormes potencialidades.

Gostaria também de realçar a sua grande dedicação ao nosso arquipélago.

Nuno Sá é um açoriano por opção.

As inúmeras distinções que tem recebido marcadas essencialmente pela paisagem marítima dos Açores são verdadeiramente inspiradoras e o motivo de orgulho para todos nós.

Trata-se também do exemplo de um jovem empreendedor, dinâmico. Aliás, o projeto que tem em curso na Ilha de Santa Maria desenvolvido ao abrigo do Programa Empreende Jovem é demonstrativo dessa sua dedicação às nossas ilhas, da sua capacidade empreendedora e um bom exemplo da importância da assertividade na aposta na criatividade e no dinamismo.

Por estes motivos o Partido Socialista naturalmente que se associa a este voto.

Presidente: Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo de meia hora.

Retomamos os nossos trabalhos às 11 horas e 45 minutos. Até já.

Eram 11 horas e 16 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que reocupassem os vossos lugares. Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 58 minutos.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero dar conta ao plenário que há pouco tive uma conversa, eu e o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, a pedido do Sr. Presidente da Assembleia.

Os três estivemos a conversar como homens adultos, civilizados e educados.

O CDS entregou um Voto de Protesto devido ao comportamento aquando do Plano e Orçamento.

Já nos entendemos, eu e o Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, numa conversa com o Sr. Presidente.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Queremos dignificar sobretudo esta casa, queremos dar um exemplo para a sociedade açoriana e para esta casa, por meio dos Srs. Deputados.

Conheço o Deputado Ricardo Viveiros Cabral, meu colega.

Eu também me excedi várias vezes nesta casa.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Os excessos acontecem de parte a parte.

Tivemos aqui a grandeza de nos entendermos, numa conversa promovida pelo Sr. Presidente da Assembleia.

Portanto, esta atitude só nos engrandece enquanto cidadãos, enquanto deputados e sobretudo dignifica esta casa.

Como tal, o CDS retira o seu voto de protesto que iria apresentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Ricardo Viveiros Cabral, tem a palavra.

(*) **Deputado Ricardo Cabral (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para mim este assunto tinha terminado naquele momento, mas face ao exposto pelo Sr. Deputado Artur Lima queria dizer que ambos admitimos que somos excessivos.

Vamos continuar a fazer política (é a nossa obrigação!) para elevar a qualidade de vida dos açorianos.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Pessoalmente, e creio que em nome da Assembleia, só me resta agradecer aos dois a grandeza e dignidade que tiveram. Muito obrigado.

Vamos prosseguir.

Temos um Voto de Protesto, apresentado pelo Bloco de Esquerda, relativo à Rádio Naval, creio que é assim que se diz.

Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

É assinalável e reconhecido o serviço prestado pela Rádio Naval da Horta na prevenção à navegação marítima comercial e no apoio inestimável aos pescadores da nossa Região que tão valioso contributo dão à nossa economia.

A Estação Rádio Naval da Horta continua a ser lembrada como uma mais-valia para a Ilha do Faial. Veio, de certo modo, colmatar o progressivo encerramento

das companhias dos cabos submarinos intercontinentais que operaram nesta ilha, mantendo a dinamização económica do nosso meio.

As justificações apresentadas para o encerramento da Rádio Naval da Horta, quer em termos técnicos, quer logísticos, não convenceram os faialenses nem quem emitiu opiniões, cientificamente suportadas, sobre variáveis técnicas ou económicas.

Em boa verdade desmantelam-se e abandonam-se instalações do Estado, implantadas em zona privilegiada do globo terrestre para as transmissões via rádio, sendo mesmo considerado um dos melhores locais, se não o melhor, para efeitos de propagação. Esta estação é frequentemente referida como a que consegue ser escutada em todo o mundo.

Nesta Assembleia foi afirmado em 16 de Julho de 2010, pelo senhor Secretário Regional da Presidência: “..., para resumir, não só não é verdade que a Estação Radionaval da Horta foi, ou será, puramente desmantelada, encerrada, como ficou também claro que o Governo Regional dos Açores fez um esforço grande e de forma responsável e num quadro negocial complexo assegurou ganhos importantes para os Açores e para o Faial”.

Confrontamo-nos, agora, com a informação da extinção pura e simples daquela valência, conforme comunicação do Gabinete do Ministro da Defesa Nacional – “Neste momento está em curso um contrato assinado entre o MDN-DGAIED e a empresa EID em Março de 2010, para a implementação da estrutura definida que contempla a extinção da Estação Radionaval da Horta e a instalação a curto prazo, das capacidades de transmissão e recepção na ilha de São Miguel”.

Trata-se, portanto, duma decisão política e não duma decisão baseada em motivos económicos que extingue completamente esta valência. Económicas, essas sim, são as consequências nefastas para o nosso, cada vez mais débil, tecido empresarial.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores reclame, em forma de voto de protesto: A forma como este processo foi conduzido, sem consideração nem respeito pelo esvaziamento económico da Ilha do Faial, não dando qualquer

alternativa a uma decisão de natureza política. Do presente voto deverá ser dado conhecimento à Assembleia da República, ao Governo da República e à Câmara Municipal da Horta.

Horta, 16 de Fevereiro de 2012

Muito obrigado.

Os Deputados do Bloco de Esquerda/Açores: Mário Moniz e Zuraida Soares.

Presidente: Sr. Deputado Lúcio Rodrigues tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à Rádio Naval da Horta este voto, efetivamente, não acrescenta nada de novo àquilo que já foi exposto ao longo dos últimos tempos nesta casa, ainda eu não era Deputado.

A verdade (e que fique aqui referida) é que o Governo durante todo esse processo fez todas as diligências para que a Rádio Naval não saísse da Horta e não saísse dos Açores.

Deputado Costa Pereira (PSD): Isso só mostra que ainda não estava cá!

O Orador: E continua envolvido no processo de que as instalações da Rádio Naval da Horta não fiquem ao abandono e que revertam para a Região.

Depreendo que a única novidade neste assunto foi o que aconteceu nas últimas eleições para o Governo da República onde a Rádio Naval foi mais uma vez arma de arremesso e alvo de promessas eleitorais por parte do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Agora vir aqui afirmar que há um esvaziamento económico na Ilha do Faial é pura demagogia, pois o Governo tem feito um esforço considerável, quer no setor público, quer no setor privado...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Esforce-se um bocadinho mais, Sr. Deputado!

O Orador: ... aumentando a competitividade da nossa economia.

Dou-lhe alguns exemplos:

Os ninhos de empresas, os vários incentivos na área do empreendedorismo, as infraestruturas portuárias, a dinamização turística e promoção da nossa ilha...

Deputado Luís Garcia (PSD): O Governo Regional é que é o responsável pela dinamização turística!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Faça favor de continuar, Sr. Deputado Lúcio Rodrigues.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

... a participação em feiras, a participação em regatas internacionais, a aceitação da Horta no Clube das mais belas baías do mundo, o prémio EDEN envolvido no Parque Natural e as infraestruturas que envolvem o Parque Natural, a criação da Porto dos Açores com sede na Horta, a concentração dos serviços de Ambiente na Horta, o Parque Marinho dos Açores com sede na Horta, as novas instalações do DOP e uma infinidade que estaríamos cá a manhã toda a descrever.

Se isso é esvaziamento claramente não estamos a falar da mesma coisa.

Sendo assim e tendo em conta a importância da Rádio Naval, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista irá abster-se nesta votação.

Deputado Costa Pereira (PSD): Isto é que é defender o Faial!

Presidente: Sr. Deputado Luís Garcia tem a palavra. Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Luís Garcia (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Em Maio de 2010 o PSD, nesta Assembleia, apresentou um Projeto de Resolução contra o encerramento da Estação Rádio Naval da Horta.

Permitam-me que recorde os dois principais pontos desse Projeto de Resolução.

No ponto 1 dizíamos:

“O encerramento da Estação Rádio Naval da Horta provoca um forte impacto negativo na Ilha do Faial, acentua a assimetria entre ilhas e coloca em causa o desenvolvimento harmónico dos Açores”.

No ponto 2:

“A Estação Rádio Naval da Horta deverá manter-se na Horta devendo o Governo Regional atuar no sentido de contrariar o anunciado encerramento”.

É evidente que a maioria nesta Assembleia reprovou este Projeto de Resolução e votou contra este Projeto de Resolução pela simples razão de que o Governo Regional foi cúmplice neste encerramento.

O Governo Regional deu o seu aval a este encerramento.

O Governo Regional criou as condições para que ele se concretizasse...

Deputado José San-Bento (PS): Isso foi o Governo da República!

O Orador: ... inclusivamente, cedendo terrenos na Ilha de São Miguel para esta transferência...

Deputados Duarte Freitas e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: ... terrenos, por sinal, excelentes para a agricultura.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: Essa é a grande responsabilidade do Governo Regional e do Partido Socialista que, em vez de tentarem contrariar esta decisão do Governo da República do vosso camarada Sócrates, apoiaram e arranjaram condições para que ela se concretizasse.

Essa responsabilidade é também do Partido Socialista a nível da Ilha do Faial,...

Deputado José San-Bento (PS): E do Partido Social Democrata!

O Orador: ... que foi mesmo ao ponto ridículo de considerar que a Estação Rádio Naval da Horta ficava melhor em São Miguel.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem lembrado!

O Orador: Pela nossa parte, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, mantemos a mesma coerência de sempre.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Então por que é o seu governo não desistiu do processo?!

O Orador: Somos contra o encerramento da Estação Rádio Naval da Horta e lamentamos que esta decisão seja irreversível.

Por isso votaremos a favor deste Voto de Protesto.

Disse.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Suspenda este voto de protesto!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Fale lá com o Dr. Passos Coelho para ele suspender o processo!

Deputado Luís Garcia (*PSD*): O senhor não pode falar nesta matéria. O senhor é que criou as condições para a Rádio Naval sair da Horta!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu sei que isto dava um belo debate.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Um belíssimo!

Presidente: Mas o Regimento não permite. Eu lamento.

Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima** (*CDS/PP*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É caso para dizer que este processo da Rádio Naval, ou da saída da Rádio Naval da Horta e da Ilha do Faial, já tem barbas e as barbas têm cor. São rosa.

Pode ter agora um bigodinho laranja...

Deputado José San-Bento (*PS*): E azul!

O Orador: ... mas as barbas são rosa.

Já nos opusemos à saída da Rádio Naval na altura.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Mas agora têm uma boa oportunidade para suspender o processo!

O Orador: São decisões já tomadas, investimentos já feitos. Como os senhores justificaram nesta casa o processo era irreversível; como o Governo República da altura justificou o processo era irreversível, porque os investimentos estavam feitos, o que interessava era maior eficiência e esse novo processo, a deslocalização e o novo equipamento para São Miguel trazia mais eficiência, mais investimento e era melhor.

Foi feito investimento.

O processo não é de agora. Não vale não assumir as responsabilidades, quando é para o bem e quando é para o mal.

Eu não concordava, e não sei se o Governo da República tinha alguma hipótese de travar esse processo tendo em conta os argumentos que já aqui aduzi, com o Governo da República do Partido Socialista, da altura, como não concordo com este do PSD e do CDS em retirar a Rádio Naval daqui.

Não concordo!

É isso que é afirmar, em muitos casos a Autonomia.

Por isso vamos votar favoravelmente este voto.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Creio não haver mais inscrições. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado com 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 28 abstenções do PS.

Deputado Berto Messias (PS): Agora ficamos todos à espera que resolvam o problema!

Presidente: Passamos para mais um Voto de Protesto, este apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Em declarações recentes à comunicação social, o Presidente do Governo Regional afirmou, em relação ao processo de reforma administrativa, que “*não há freguesias a mais, pode haver é remunerações a mais nos gestores das freguesias*”.

Com esta declaração o responsável de um dos Órgãos de Governo próprio da Região desvaloriza o que é o conhecido esforço cívico empenhado e altruísta de centenas de autarcas da Região em prol das suas comunidades.

Esta atitude é contraditória com o que se espera de um alto responsável da Autonomia, que deve ter, pelo contrário, um papel de incentivar, estimular e apoiar o empenhamento cívico, para além de não demonstrar o respeito institucional que é devido aos representantes eleitos das populações.

Mas, para além de incorreta no plano institucional, trata-se também de uma opinião injusta, conhecidos que são os valores, por vezes meramente simbólicos, com que são remunerados os autarcas das nossas freguesias, nomeadamente levando em conta os sacrifícios pessoais, de tempo e de uso dos próprios bens ao serviço das freguesias, que muitos deles suportam pelo bem das suas localidades.

Esta injustiça torna-se especialmente aguda quando comparamos esses valores com os auferidos pelos membros dos gabinetes governamentais e administradores de empresas públicas, cujas funções certamente não são tão onerosas a título pessoal, nem tão relevantes para a atuação do Estado e para o bem-estar das populações.

Com esta afirmação o Presidente do Governo demonstrou a sua preocupação em procurar culpados convenientes, que sirvam de bode expiatório dos problemas orçamentais do Estado, para justificar a sua intenção política de limitar ainda mais os meios e fundos destinados ao Poder Local Democrático.

Tendo em conta o exposto, a Representação Parlamentar do PCP Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do seguinte Voto de Protesto:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores repudia as declarações do Sr. Presidente do Governo Regional relativamente às remunerações dos autarcas das Freguesias, a quem, pelo contrário, cumpre saudar o empenho, o esforço e a abnegação no serviço das populações, bem como valorizar a importância da sua atuação no desenvolvimento das suas

comunidades e, ainda, reconhecer o devido respeito institucional que lhes é devido, enquanto representantes legitimamente eleitos pelos cidadãos.

O Deputado do PCP Açores: Aníbal Pires

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD vai associar-se a este voto por considerá-lo muito pertinente e sobre a mesma matéria o PSD também vai apresentar um Voto de Protesto.

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Por uma questão de economia processual e também pedindo desculpa ao PCP, o PS vai votar contra este voto, como é óbvio...

Deputados João Costa e Luís Garcia (PSD): Óbvio porquê?

O Orador: ... mas teremos oportunidade de mais pormenorizadamente expor os nossos argumentos no seguinte voto.

Era este esclarecimento que queria fazer à câmara.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP traz-nos aqui este voto em que concordamos totalmente com aquela que é a substância que V. Exa. apresentou aqui.

Isto tem a ver, na nossa perspetiva, com uma discussão que já vi que vai ser mais alargada a seguir,...

Deputada Zuraida Sares (BE): Só não percebo por que não pode ser agora?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Porque é do PCP!

O Orador: ... mas para já faço-a neste momento – porque é o primeiro voto, faço já a discussão em relação a esta matéria – como o Partido Socialista e o Presidente do Governo Regional, que é o objeto do voto, andam perdidos nesta matéria e no ziguezague, um ziguezague permanente nesta questão

O Sr. Deputado José San-Bento diz: “o Livro Verde é uma boa base de trabalho”.

A seguir vem o líder do Grupo Parlamentar dizer: “não, não! Aquilo é horrível: Nós vamos mudar isto tudo, aqui nos Açores é completamente diferente”.

O Sr. Presidente do Governo Regional diz: “não, não! Freguesias a mais não há! O que há são dirigentes.”

Meus senhores entendam-se. Os senhores estão completamente perdidos nesta matéria. Os senhores não têm nenhuma convicção, não têm nenhuma estratégia. Os senhores nesta matéria são uma vergonha em relação às posições...

Deputado José San- Bento (PS): Tenha tino na língua!

O Orador: É uma vergonha a contradição permanente de V. Exas. nesta matéria.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor não tem mais adjetivos. É tudo uma vergonha.

O Orador: Mas os senhores acham que as pessoas não estão atentas? Acham que só se lembram da última declaração?

Acham que não se lembram do que é o que o Sr. Deputado José San-Bento diz: “Livro Verde, isto é ótimo...”

Deputado José San- Bento (PS): Eu não disse isso!

O Orador: ... (o Livro Verde, que arrasa com metade das freguesias dos Açores) é uma boa base de trabalho”. Temos aqui uma boa base de trabalho. Foi o que V. Exa. veio aqui dizer.

O líder Parlamentar do Partido Socialista diz: ouvir as pessoas? Ouvir as pessoas em relação ao futuro das freguesias?

Presidente: Sr. Deputado tem que terminar.

O Orador: Sim, Sr. Presidente. Termino já, já. Mas tenho que dizer isto.

O líder da bancada do Partido Socialista disse: ouvir as pessoas através de referendo? Inconstitucional!

Está aqui a Constituição. Estão a ver?

É inconstitucional essa sua proposta, Sr. Deputado.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, onde é que eu disse isso?

O Orador: O que vimos foi que os serviços jurídicos desta Assembleia não pensam assim.

Meus senhores, já teremos oportunidade de voltar a discutir este assunto.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Deputado, onde é que eu disse isso?

Presidente: Aproveito para lembrar a câmara que, neste caso, o Projeto foi admitido com uma determinada informação jurídica para a qual remete o meu despacho.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

Presidente: Em direito, como em muitas outras coisas, não é tudo nem branco nem preto.

Vamos continuar.

Não havendo mais inscrições vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Segue-se um voto de teor semelhante, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

No passado dia 1 de Fevereiro, o Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César, falando aos jornalistas e a propósito da reforma administrativa do Poder Local, entre outras declarações, afirmou o seguinte:

- “em tese, não há Freguesias a mais, pode é haver remunerações a mais nos gestores de Freguesia.”

- “o problema hoje, no país é poupar, e se queremos poupar, há remunerações do Presidente de Junta, do Secretário e Tesoureiro e senhas de presença que podem ser dispensáveis, porque não acredito que as pessoas estejam neste nível de participação por causa dessa remuneração.” (fim de citação)

Com estas afirmações, o Presidente do Governo dava ele próprio um contributo forte para a destruição desse “espaço de participação democrática e de boa vivência cívica...” onde milhares de cidadãos prestam o seu contributo para o desenvolvimento local e onde se mobilizam vontades locais, como aliás, ele próprio tinha caracterizado a participação de cidadãos em órgãos de Freguesia.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

Deputado José San- Bento (PS): Muito mal! Não apoiado!

O Orador: Na verdade, nenhum Presidente de Junta de Freguesia desempenha esse cargo ou a ele concorre, pela gratificação que recebe mensalmente.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

O Orador: O que move um autarca de Freguesia é a vontade superior em fazer algo pela sua Freguesia e pelas populações que legitimamente representam, digo legitimamente, porque eles foram escolhidos para esses cargos, em eleição livre e democrática.

A sugestão do Presidente do Governo Carlos César para que os Presidentes de Junta possam prescindir dessas gratificações mensais, aplicando esses recursos em prol das suas Freguesias, sob a justificação da poupança dos recursos públicos, é uma ideia que a concretizar-se, seria equivalente a propor que os autarcas de Freguesia que o queiram ser, terão de pagar para desempenhar tal cargo.

Os autarcas de Freguesia garantem a política de proximidade, tão valorizada pelos cidadãos, sacrificando as suas vidas pessoais, familiares e profissionais. Ficaria bem o Presidente do Governo reconhecer e valorizar o papel destes eleitos e não fazer o contrário.

Deputado Pedro Gomes (PSD): E foi o que o Governo fez!

O Orador: Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD, apresenta neste Parlamento um voto de protesto ao Presidente do Governo Regional dos Açores, **pelas declarações por ele proferidas e que humilharam e indignaram os autarcas eleitos de Freguesia, ...**

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não apoiado!

O Orador: ... que em toda a Região, nestes 35 anos de autonomia, utilizando com elevada eficácia e racionalidade os poucos recursos públicos à sua disposição, muito têm feito pelo bem das nossas Freguesias e das populações que legitimamente representam.

Horta, 16 de Fevereiro de 2012

Os Deputados, Duarte Freitas, Cláudio Lopes, Jorge Costa Pereira e Mark Marques

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Estão abertas as inscrições. Sr. Deputado José San-Bento tem a palavra.

(*) **Deputado José San-Bento** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O voto aqui em apreciação é um autêntico processo de intenção que pretende tornar verdade aquilo que é mentira. Para isso recorre à calúnia, à difamação e à distorção da realidade.

É lamentável, mas isso percebe-se.

O PCP enviará este voto para todos os presidentes de junta.

Deputado Aníbal Pires (*PCP*): E todos os presidentes de assembleia de freguesia. Esteja descansado! Já está no correio!

O Orador: Claro. Uma iniciativa de campanha eleitoral.

No caso do PSD a justificação é outra.

No caso do PSD, é óbvio que há aqui também a necessidade de aliviar as consciências, porque o PSD nos Açores é igual ao PSD da República.

Deputado José Lima (*PS*): Muito bem!

O Orador: É o PSD que suporta o Governo mais centralista...

(Risos dos Deputados João Costa e Rui Ramos)

... mais anti poder local e mais anti freguesias da democracia portuguesa.

(Aplausos dos Deputados da bancada o PS e dos Membros do Governo)

É essa a verdade. É esse o incómodo do PSD.

Fazer crer que o Presidente do Governo embarcou numa campanha contra, numa cruzada contra os órgãos de freguesia, é um exercício populista e ridículo que está condenado ao fracasso.

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford)*: Muito bem!

O Orador: Esta bancada reconhece e testemunha o património político, do político Carlos César e do cidadão Carlos César, na defesa e na afirmação do poder local...

Secretário Regional da Presidência *(André Bradford)*: Muito bem!

O Orador: ... aliás, inserindo-se naquela que é a tradição que muito orgulha o Partido Socialista.

Deputado Aníbal Pires *(PCP)*: Teve foi a infelicidade de fazer aquela afirmação!

O Orador: Não teve infelicidade nenhuma.

Todos sabem isso mas alguns, cinicamente, fazem esquecer isso neste momento.

Caros colegas, Sras. e Srs. Deputados:

O Presidente do Governo não desconsiderou nenhum autarca.

Fez, quanto muito, um aviso...

Deputado Cláudio Lopes *(PSD)*: Aviso? Não tem legitimidade para fazer avisos desses!

O Orador: ... e alertou para uma prioridade com que nos podemos confrontar.

Deputado Aníbal Pires *(PCP)*: Sim senhor!

O Orador: A questão é muito fácil de equacionar. Perante um Governo da República intransigente que não respeita a autonomia do Poder Local e face a uma reforma que prevê fundir freguesias a regra e a esquadro, da qual nós discordamos (desse ponto de vista o PS tem tido essa coerência), podemos estar na eminência de ser confrontados com um dilema político muito simples: ou mantemos as freguesias e para isso teremos que prescindir dos parques vencimentos dos presidentes de junta, mas este Governo da República é capaz disso e muito mais...

(Risos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP e PPM)

... ou mantemos os rendimentos dos autarcas e com isso vamos ter que fundir e extinguir freguesias.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: É essa realidade que poderemos confrontar-nos no futuro e que o PSD faz aqui por esquecer.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Eu aprecio o esforço!

Deputado João Costa (PSD): Eu não aprecio! É uma vergonha!

O Orador: Este cenário é perfeitamente possível depois daquilo que temos visto de insensibilidade e de intransigência, quer do Governo da República, quer do Ministro Relvas.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, é bom que se diga que este voto deve ser visto e deve ser enquadrado nesta verdade e nesta realidade que eu aqui procurei descrever.

Deputado João Costa (PSD): Mas não conseguiu!

Deputado Rui Ramos (PSD): Esperava mais de si!

O Orador: Aliás, Sras. e Srs. Deputados, já há quem tenha percebido isso. Chamo a atenção para uma notícia da Agência Lusa, datada de 12 de fevereiro, dando conta que os jovens autarcas do PSD querem acabar com o pagamento das ajudas de custo nas câmaras e nas assembleias municipais.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Ajudas de custo!

O Orador: Isto não é um grande número. Isto insere-se na lógica que eu acabei de referir e que toda a gente percebeu, apesar daquilo que é a postura do PSD.

Presidente: Sr. Deputado tem mesmo que terminar.

O Orador: Para terminar, Sr. Presidente, afirmo aquilo que é evidente e que é a consequência lógica do que acabei de referir.

Deputado João Costa (PSD): Como é que se paga almoços ao Governo e depois sai do fundo de maneio?

O Orador: Em nome da verdade, da dignidade do poder local e da defesa do poder local, votamos contra este processo de intenção, contra este voto do PSD.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Berto messias (PS): São atos circenses!

Deviam apresentar um voto de protesto era ao Ministro Miguel Relvas!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(Diálogo entre os Deputados das bancadas do PS e do PSD)

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Não sei se provoco algum estímulo entre a bancada do Partido Socialista e a do Partido Social Democrata, mas sempre que eu me levanto para fazer a minha intervenção há um estímulo ao diálogo entre o Partido Socialista. Tenho esta característica, o que é que eu hei de fazer?

Deputado Berto Messias (PS): O senhor tem essa virtude! Faça favor!

O Orador: Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria antes de mais dizer o seguinte e tenho oportunidade de o dizer agora:

O CDS, enquanto partido, particularmente este Grupo Parlamentar tem o maior respeito, a maior consideração pelo Sr. Presidente do Governo Carlos César.

Em democracia é legítima a discordância. É legítimo discordarmos da opinião uns dos outros. Isso não quer dizer que uma discordância de opinião seja um insulto a quem quer que seja.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Da nossa parte, e queremos aqui reafirmá-lo, se foi entendido como tal, não foi um insulto ao Sr. Presidente do Governo. Foi antes a manifestação genuína de uma opinião dos autarcas do CDS que, enquanto autarcas, se sentiram ofendidos com as declarações que o Sr. Presidente do Governo e Presidente do Partido Socialista tem toda a liberdade e direito de as fazer.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas foram descontextualizadas!

O Orador: Como os autarcas, os outros partidos políticos, as outras forças e instituições têm a legitimidade democrática também de discordar e de criticar essas afirmações, como de resto as nossas próprias afirmações também são criticadas quer pelo Partido Socialista, quer pelo Partido Social Democrata, quer pelo Governo.

É a democracia viva e saudável, que se quer assim.

Permitam-me dizer uma coisa:

Quem previu a extinção de freguesias, a reformulação do mapa autárquico foi a Troika.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A Troika!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Olhe onde isto já vai!

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires, eu percebo perfeitamente a sua opinião, porque o senhor, coerentemente, sempre criticou, não assinou, recusou-se. O senhor é coerente nesta matéria.

Eu não percebo a posição do Partido Socialista, porque assinaram o Memorando da Troika. Está lá a assinatura de Fernando Teixeira dos Santos.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Assinaram e negociaram!

O Orador: Negociaram as condições em que se ia aplicar aquele Memorando. Aceitaram e propuseram medidas para se fazer e uma das medidas propostas pelo Partido Socialista foi a reformulação do mapa autárquico.

Deputado José San-Bento (PS): Numa circunstância diferente!

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou terminar, Sr. Presidente.

Está lá e mais ninguém a pôs senão o Partido Socialista.

Sejamos absolutamente coerentes e corretos. É preciso haver uma reformulação do mapa autárquico...

Deputado José San-Bento (PS): Mas eu sempre disse isso!

O Orador: ... que data de fins do Séc. XIX.

Não podemos ser cegamente contra as coisas sem apresentar argumentos.

Por isso – e já o dissemos há muito tempo e reafirmamo-lo nesta casa – é preciso que a Autonomia, esta casa, os órgãos de governo próprio e as outras instituições dos Açores digam à República o que é a reformulação do nosso mapa autárquico...

Presidente: Sr. Deputado tem mesmo que terminar.

O Orador: ... para não aceitar que nos imponham de fora aquilo que nós não queremos.

Para terminar, Sr. Deputado José San-Bento, é muito importante e talvez contribuisse para a dignificação de todas as freguesias, do poder local junto dos cidadãos, que os Governos tratassem com igualdade, com isenção todas as juntas de freguesias e não discriminassem positivamente umas porque são do seu partido e tratassem negativamente outras porque não são do seu partido.

Isto não dignifica o poder local. Isto passasse nos Açores.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem dois minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Disse que já não voltava ao debate. Está a faltar à palavra.

O Orador: Eu não disse isso, Sr. Secretário. Ouviu mal.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Disse, disse!

O Orador: Já me fez perder aqui 10 segundos.

Deputada Catarina Furtado (PS): Respondeu porque quis!

O Orador: O que quero dizer muito rapidamente é o seguinte:

Não está em causa, nem considero, que o Sr. Presidente do Governo Regional quisesse ofender fosse quem fosse. É a opinião dele. Acho que a atitude não tem um propósito ofensivo. É a opinião do Sr. Presidente do Governo.

Em relação ao exercício que o Sr. Deputado José San-Bento fez, dizer que o que é branco é preto, isso é um exercício votado ao ridículo.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Exercícios ridículos faz o senhor!

O Orador: O Sr. Deputado não conseguiu, como ninguém conseguiria dizer, que aquilo que foi dito não foi o que foi dito. É tão simples como isso. A questão está na substância.

A minha discordância está na substância do que disse o Sr. Presidente do Governo Regional.

Eu discordo do que disse o Sr. Presidente do Governo Regional por duas ordens de razões.

Primeiro, o que o Sr. Presidente do Governo Regional disse é injusto para o trabalho que desenvolvem os autarcas no terreno, porque o que ele disse foi que “a este nível talvez não se justifica este pagamento”.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Ele não disse isso!

O Orador: A este nível, o trabalho cívico que os autarcas estão a fazer é um trabalho tremendo, de porta a porta, de apoio constante. Evidentemente que aquele trabalho tem que ser valorizado.

Nesse sentido, penso que o Sr. Presidente do Governo Regional acaba por transmitir uma imagem errada do esforço e da dedicação que são necessários quem está no terreno a desenvolver – ponto nº 1.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor é que está a demonstrar uma ideia errada daquilo que o Sr. Presidente disse!

O Orador: Ponto nº 2: é uma ideia muito perigosa para a democracia – e termino Sr. Presidente – porque se os autarcas não recebem e os Membros da

Assembleia Municipal também não recebem, por que é que os Deputados não de receber? Também não! Não é?

E o Sr. Presidente do Governo Regional? E os Membros do Governo Regional? Por que é que não de auferir?

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Deputado, essa agora!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E fala o senhor em conversas ridículas!

O Orador: A lógica é a mesma.

Podemos começar com o Presidente da Junta e terminamos no topo da hierarquia, o Sr. Presidente da Assembleia.

Então qual é o perigo?

O perigo é esta ideia populista: vamos fazer isto tudo gratuitamente.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino, Sr. Presidente.

É muito bom do ponto de vista utópico.

Mas quero relembrar-vos: por que é que os eleitos pelo povo podem ou devem auferir um vencimento ou um apoio, neste caso específico?

Por uma questão de igualdade, porque senão só quem desenvolvia funções públicas era quem tem capacidade financeira para abandonar o seu trabalho.

Portanto, eram os membros do governo, os deputados e eleitos deste povo, os ricos.

Quer os senhores, uma força de esquerda que vem com este tipo de lógica populista, que é própria da extrema-direita, venham com este tipo de lógica é uma coisa escandalosa, é uma coisa que condena gravemente a vossa própria história, os vossos próprios princípios, porque os senhores...

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... por si criavam uma sociedade completamente desigualitária.

Quem é que podia desempenhar funções com a vossa lógica populista se levássemos até às últimas consequências?

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Era apenas quem tem capacidade de viver apenas da política e que tem outro tipo de rendimentos.

Grande parte dos que aqui estão não poderia estar, porque as nossas famílias precisam de subsistência.

Precisamos, dar um contributo às nossas famílias.

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Por isso é que esta ideia é perigosíssima, por isso é que esta ideia é demagógica, por isso é que esta ideia é uma cedência ao populismo mais atroz.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, permita-me que lhe diga o seguinte:

Eu tenho que fazer respeitar o tempo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fico enervado com isto!

Presidente: ... mesmo quando o Sr. Deputado defende ideias socialistas.

(Risos da Câmara)

Vamos continuar.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou procurar num tom mais sereno evocar algumas razões que fundamentam o nosso Voto de Protesto.

Antes de mais permita-me, Sr. Deputado José San-Bento, que é admirável (eu admiro-o por isso!) o grande esforço que o senhor faz...

Deputado José San-Bento (PS): Não é esforço nenhum!

O Orador: ...a criatividade discursiva e a invenção discursiva que o senhor arranha para defender o indefensável.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas acabámos por assistir neste Parlamento há pouco a um momento curioso e interessante. Perante a defesa daquilo que é indefensável, aplaudiu toda a bancada do Partido Socialista e o Governo Regional,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E o Ministro Relvas!

O Orador: ... incluindo 3 ilustres presidentes de junta de freguesia, eleitos democraticamente pelo Partido Socialista, que muito bem representam as suas populações e as suas comunidades e muito têm feito em prol delas.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor ouviu o que eu disse!

O Orador: Alinharam com uma ofensa que o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores...

Deputado José Lima (PS): Não ofendeu. Pelo contrário!

Deputado José San-Bento (PS): Não houve ofensa nenhuma e já foi explicado!

O Orador: ... e Presidente do Partido Socialista lhes fez, objetiva e diretamente.

Deputado José San-Bento (PS): Não fez. O senhor deve dirigir esse voto ao Ministro Relvas!

O Orador: É curioso também que nas palavras do Sr. Deputado José San-Bento esteja implícita uma obediência cega àquilo que o Presidente e o chefe do seu partido diz mesmo que seja uma barbaridade.

Deputado José San-Bento (PS): Não é barbaridade!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito orgulho!

O Orador: Este protesto é dirigido ao Presidente do Governo Regional dos Açores – não é dirigido ao Governo dos Açores, é dirigido objetivamente ao Presidente do Governo Regional dos Açores – por causa de umas declarações infelizes que ele proferiu acerca das gratificações miseráveis que os autarcas de freguesia,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas o próprio PSD nacional defende o fim!

O Orador: ... nomeadamente os Presidentes de Junta de Freguesia, recebem a troco de uma dedicação ímpar dos eleitos nesta região ao longo de mais de 3 décadas.

Deputado José San-Bento (PS): Um ex-Presidente de Câmara a falar assim!

O Orador: Com muito orgulho, Sr. Deputado. Aliás, tive orgulho de ser Presidente de Câmara e não me arrependo nada de ter sido.

Deputado Luís Garcia (PSD): Coisa que o senhor nunca foi!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): De ajudas de custo percebe o senhor que vive delas há séculos!

O Orador: Talvez o senhor tenha pena é de nunca lá ter conseguido chegar.

(Risos do Deputado Clélio Meneses)

Gostava de reafirmar mais algumas coisas:

O Partido Social Democrata é solidário com os seus eleitos, respeita os eleitos locais...

Deputado José San-Bento (PS): Viu-se no discurso final no dia das eleições autárquicas!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sobretudo a líder do PSD, é muito solidária!

O Orador: ... sobretudo respeita todos os eleitos locais que são escolhidos pelo povo em eleições livres e democráticas.

Deputado José San-Bento (PS): Isso nunca esteve em causa!

O Orador: O que se esperava de um grande partido, como o Partido Socialista regional e do Presidente do Governo era que respeitassem aquelas escolhas que são feitas pelo povo, nomeadamente o trabalho que é desenvolvido pelos Presidentes de Junta e não pôr em causa a miserável gratificação...

Deputado Gaspar Lima (PS): Tomara a sua líder respeitar tanto os autarcas como o Presidente Carlos César!

O Orador: ... que eles recebem mensalmente, tendo nesta gratificação encontrado um problema para os dispêndios dos recursos públicos na Região e um motivo de poupança.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Aliás o que sugerimos ao Sr. Presidente do Governo é que se quer poupar nos recursos públicos da Região pode muito bem começar pelos assessores do Governo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: ... pelas imensas dezenas de administradores que tem na Administração Pública Regional e no Sector Empresarial Regional...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... que auferem vencimentos mensais 20 vezes superiores à gratificação de um Presidente de Junta...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ... e com um conjunto de benesses que mais nenhum eleito e nenhum político tem na região.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Era aí que poderia começar a poupança da nossa Região e dos recursos da nossa Região.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E no motorista do Relvas!

Presidente: Tem que terminar, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

Finalmente vou corresponder ao desafio que o Sr. Deputado José San-Bento fez ao Deputado Artur Lima, que foi, sempre que tiver conhecimento de alguma situação de discriminação em que trata autarquias umas como filhas e outras como enteadas, eu dou-lhe já um exemplo recente.

O Governo esteve em São Jorge. Do comunicado do Conselho de Governo sai logo, o primeiro ponto, dizendo o seguinte:

“Apoiar em 50% o montante não participado por Fundos Comunitários a obra Casa Museu Cunha da Silveira cujo concurso é lançado pela Câmara Municipal das Velas”.

Deputado Rogério Veiros (PS): E concorda!

O Orador: Esta iniciativa do Governo corresponde exatamente à iniciativa que o PSD já nesta casa apresentou por duas vezes, chumbada e ridicularizada pelo Partido Socialista e pelo Governo.

Deputado Rogério Veiros (PS): E as estradas da Calheta?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade!

O Orador: Aqui está. Uma atitude discricionária exatamente a reboque das nossas iniciativas que os senhores acabaram por chumbar há bem pouco tempo, há menos de 3 meses, nesta casa.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Rogério Veiros (PS): Leia os pontos todos!

Presidente: Havemos de convir que esta matéria não tem propriamente muito a ver com o nosso voto.

O Sr. Secretário pede a palavra para?

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Sr. Presidente, fazer um esclarecimento. Posso usar a figura regimental de defesa da honra da bancada do Governo, uma vez que esta última afirmação do Sr. Deputado...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Isto não é *à la carte*!

O Orador: ... não é verdadeira e carece de um esclarecimento.

Presidente: Eu vou dar-lhe 3 minutos, Sr. Secretário. Tem a palavra.

Deputados Artur Lima (CDS/PP) e Clélio Meneses (PSD): Para?

Presidente: Para defesa da honra.

(*) Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Simplesmente para, em nome da honra do Governo Regional, vos transmitir que nesse mesmo comunicado do Conselho de Governo que o Sr. Deputado acabou de ler constam várias obras e várias empreitadas em que a colaboração é com a Câmara Municipal da Calheta de São Jorge, que é liderada pelo PSD, incluindo, por exemplo, obras que eram da exclusiva responsabilidade dessa câmara e que essa câmara não consegue fazer por não ter meios financeiros e capacidade operacional e técnica, mas o Governo Regional irá fazer em nome da segurança e do direito dos calhetenses a terem uma rede viária segura e que lhes possa servir de forma ideal.

O Sr. Deputado veio dar a ideia de que o Governo Regional foi a São Jorge favorecer a câmara que é do PS.

O senhor sabe que não é verdade. O senhor tem o comunicado na sua frente e deve ter lido do princípio ao fim. É uma pena que não tenha partilhado com esta câmara o facto do Governo Regional ter decidido fazer obras que são da competência exclusiva da Câmara da Calheta, que não tem dinheiro para as fazer, e que será o Governo a pagá-las, porque os calhetenses merecem e porque trata todas as autarquias por igual, sejam elas do PS ou do PSD.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Não apoiado!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Lopes tem 3 minutos.

(*) **Deputado Cláudio Lopes (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta defesa do Governo, em forma de protesto, não me parece que tenha tido grande razão de ser, uma vez que eu não ofendi o Governo em nada na minha intervenção.

Apenas confirmei aquilo que o Governo está a fazer e sempre fez ao longo destes 16 anos...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Peça desculpa!

O Orador: ... que foi discriminar autarquias de acordo com a sua cor partidária.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E insiste!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Este é mais um exemplo e temos muitos exemplos ao longo destes 16 anos.

Se os senhores quiserem, um dia eu trago aqui um relatório mais completo sobre essa matéria.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Traga!

O Orador: Inclusivamente de despachos do Governo para juntas de freguesia a transferir dinheiro para manutenção de ribeiras onde nessas freguesias nem ribeiras existem.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Devia ter vergonha e ter a dignidade de pedir desculpa!

Presidente: Sr. Deputado José San-Bento.

Deputado José San-Bento (*PS*): Para defesa da honra.

Presidente: Desculpe, Sr. Deputado, mas não faz sentido.

Creio que este assunto está encerrado. Aliás, saímos do tema.

Dei ao Sr. Secretário Regional da Presidência a possibilidade de defesa da honra. Creio que este assunto está encerrado, senão derivamos daqui. Sr. Deputado, peço a sua compreensão.

Vamos votar o Voto de Protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi rejeitado 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Segue-se um Voto de Protesto do BE, para a apresentação do qual dou a palavra à Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (*BE*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Protesto

Representa a Estação Costeira da Associação Porto de Abrigo, em S. Miguel, uma mais valia para a segurança de todos aqueles que sulcam os nossos mares, seja por razões de ordem profissional ou de lazer.

Tem esta Estação Costeira prestado relevantes serviços de auxílio e socorro a todos os navegantes e, da sua acção, muitas vidas têm sido subtraídas à morte, em especial de pescadores sendo, para as suas famílias, um porto de amparo e tranquilidade.

Sendo, hoje, este instrumento de segurança marítima, uma realidade insofismável, tem condições para uma maior potenciação dos serviços que presta, bastando para tal um maior apoio do Governo Regional.

A alma e o rosto desta Estação, o Senhor Manuel Brilhante, por via do conflito entre o Governo Regional e a Associação Porto de Abrigo, tem sido vítima de salários em atraso de forma continuada.

Está, pois, em risco, por inércia do Governo Regional, um serviço crucial para a segurança de todos aqueles que têm, no mar, o seu trabalho.

Perante os factos descritos, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda/Açores, ao abrigo das disposições aplicáveis do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e do Regimento, propõe o seguinte:

1 - A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu mais veemente protesto pela atitude passiva do Governo Regional, o qual, ao não intervir para a defesa deste tão importante instrumento de segurança marítima, põe a sua continuação em perigo;

2 - Que do presente Voto de Protesto seja dado conhecimento ao Governo Regional dos Açores, às Associações e Sindicatos do sector das Pescas e aos Clubes Náuticos da Região Autónoma dos Açores.

Horta, 16 de Fevereiro de 2012

O Grupo Parlamentar do BE/Açores: Zuraida Soares e Mário Moniz

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A intensa atividade da estação costeira de comunicações que funciona junto da Cooperativa Porto de Abrigo permite a cobertura via rádio VHF de toda a região.

Aquela sofisticada estação de comunicações garante condições de segurança aos pescadores de toda a Região, fornecendo-lhes informações úteis e a possibilidade de contato com os familiares, possibilitando ainda uma correta gestão de capturas de peixe.

Neste momento apenas um funcionário da cooperativa assume aquele serviço que os pescadores necessitam 24 horas em funcionamento, mas que está na iminência de encerrar.

Aquela estação costeira foi financiada pela União Europeia e pelo Governo Regional para o serviço de todos os pescadores açorianos, competindo à Cooperativa Porto de Abrigo os custos de gestão daquele equipamento, pelo que não se compreende a falta de apoio do Governo na continuação daqueles serviços.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os pescadores consideram que se trata de um equipamento de importância vital, pois tem sido determinante no salvamento de várias vidas humanas.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto e vai votar a favor.

Deputados João Costa e Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Gaspar Lima tem a palavra.

(*) **Deputado José Lima (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs.

Membros do Governo:

Relativamente ao voto do Bloco de Esquerda apresentado nesta Assembleia acho que ele devia ser apresentado aqui noutra figura, porque penso que o Governo Regional tem todo o direito em se defender relativamente a este assunto.

Continuando, quero dizer que os salários em atraso não são culpa do Governo e devem-se, única e exclusivamente, à responsabilidade da referida organização.

Aquele equipamento que hoje serve de estação costeira na Porto de Abrigo foi totalmente pago pelo Governo Regional com verbas do Governo e do PRODESA, dos fundos comunitários, que garantiram os 100% do apoio ao

equipamento. No entanto, a Cooperativa ainda tem que justificar, porque não justificou, onde gastou a verba de 5.990 euros.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não!

O Orador: É verdade. A senhora, por favor deixe-me falar e depois, se quiser, fale.

Desde 2008 recebeu as verbas de protocolo de Governo e de fundos comunitários para esta mesma estação costeira no valor de 249.165 euros. Se não usou o dinheiro nas devidas condições que devia usar, não é o Governo que tem culpa.

Deputada Zuraída Soares (BE): Usou, porque está lá a estação!

O Orador: Está lá a estação mas não usou como devia usar, porque era para funcionamento e para a estação.

Também quero dizer à senhora que a Porto de Abrigo, além deste protocolo (e a senhora sabe disto), no seu total tem que justificar ao Governo, ainda de outros protocolos assinados dentro do mesmo tempo e do mesmo período, uma verba de 438.961 euros, que recebeu e que até agora não justificou.

Por esses factos, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista não vai votar favoravelmente este voto.

Obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): O que é que isto tem a ver com o voto de protesto?

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Voto de Protesto aqui apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda refere-se à estação costeira da Associação Porto de Abrigo.

Acho que aqui temos que distinguir duas coisas: uma coisa é a Cooperativa Porto de Abrigo; outra coisa é esta estação costeira que está aqui em discussão.

É sobre isso que estamos a pronunciar-nos e é sobre este importantíssimo, e eu diria até imprescindível serviço que este cidadão presta à sua comunidade, aos

Açores, à segurança dos pescadores, à imprescindível segurança dos pescadores. É reconhecido por todos os pescadores...

Deputado José Lima (PS): Isso é da cooperativa!

O Orador: ... é reconhecido pela sociedade em geral, o empenho e a abnegação deste funcionário que presta este serviço em condições e que, eu saiba, não houve uma única queixa. Não pode o Governo dos Açores alienar-se deste processo sob pena de pôr em risco a segurança dos pescadores.

Deputado José Lima (PS): E das suas embarcações!

O Orador: Se o Governo não se quer entender com a Cooperativa Porto de Abrigo, entenda-se com este funcionário de modo a garantir diariamente, 24 horas, a segurança dos homens do mar.

Acho que é uma obrigação ética do Governo garantir e zelar pela segurança dos pescadores.

Pese embora o conflito que o Governo tem com a Porto de Abrigo, não vejo aqui que queira confundir uma coisa com a outra, porque parece-me que são perfeitamente separáveis.

Deputado José Lima (PS): A Federação das Pescas está disponível para resolver essa situação e nunca deixaram!

O Orador: O que interessa aqui é encontrar uma solução. Se é dentro de uma cooperativa, se é dentro de uma federação, ou se é fora das duas federações e das duas cooperativas, manter esta estação costeira a funcionar e a retribuição justa pelo trabalho deste cidadão, parece-me que isso é que é importante garantir.

Quanto aos conflitos não são para aqui chamados nem são objeto deste voto.

Portanto não me vou pronunciar sobre eles, mas vou dizer uma coisa:

É sempre bom lembrar “tão amigos que nós já fomos”.

Deputado João Costa (PSD): Agora é amigo de outro!

O Orador: Agora estão zangados.

É caso para dizer: “zangam-se as comadres, descubrem-se as maldades”.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*): É uma questão de apresentação de contas! Apenas basta fazer contas!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Três notas sobre este Voto de Protesto.

Primeira: o texto do nosso Voto de Protesto é suficientemente claro e ele próprio faz a distinção entre o conflito da Porto de Abrigo com o Governo Regional e o trabalho, o verdadeiro serviço público, prestado 24 horas por dia, por um cidadão chamado Manuel Brilhante.

O nosso voto faz isto. Portanto, não vale a pena confundir aquilo que aqui está absolutamente distinguido.

Segunda: os conflitos entre a Porto de Abrigo e o Governo Regional são entre a Porto de Abrigo e o Governo Regional.

O Bloco de Esquerda Açores já teve ocasião daqui, deste lugar, dizer exatamente isto. Não tem nada a ver com isso e cada um resolverá, inclusive dissemo-lo aqui, pelas vias judiciais que muito bem entenderem o conflito que têm.

Volto a repetir: o Sr. Manuel Brilhante não tem nada a ver com esta situação.

Já agora, também gostaria de lembrar o seguinte. A Porto de Abrigo, apesar do conflito que tem com o Governo Regional e com as desconfianças e as faltas de pagamento que o Sr. Deputado acabou agora de referir, não deixou de ser consultada, como um parceiro legítimo, pelo Partido Socialista na elaboração do seu relatório sobre as Pescas nos Açores.

Então, a Porto de Abrigo que está numa situação tão deficitária (e estará) e tão em falta com o Governo Regional, tem a legitimidade para ser ouvida nas suas competências para elaboração de um relatório de Pescas, mas para o Governo Regional assumir o pagamento do serviço público essencial aos pescadores e a todos aqueles que se deslocam nos nossos mares já está de castigo.

Deputado José Lima (*PS*): Já pagou!

A Oradora: Ou seja, a Porto de Abrigo só está de castigo para aquilo que interessa.

Deputado José Lima (PS): Já pagou, senhora!

A Oradora: Para aquilo que não interessa não está de castigo.

Quem faz a confusão entre o Sr. Manuel Brilhante e a Porto de Abrigo são os senhores, não é o Bloco de Esquerda.

Voltamos a afirmar: é um serviço público, é de todo o louvor o trabalho prestado por este homem,...

Deputado José Lima (PS): Já ouviu as declarações do Presidente da Associação de Pescas?

A Oradora: ... e só numa absoluta arrogância e insensibilidade é que não se percebe que este senhor merece ser pago, e não passar três e quatro meses seguidos sem receber e agora dois meses sem receber, quando ainda há pouco tempo salvou 8 vidas do nosso mar.

Deputado José Lima (PS): Diga isso ao Presidente da Porto de Abrigo!

A Oradora: Veio em todos os jornais. Só faltou lá o nome dele.

É vergonhoso da parte do Partido Socialista e da parte do Governo Regional.

Muito obrigada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O voto apresentado foi rejeitado 28 votos contra do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PCP.

Presidente: Vamos passar para um Voto de Pesar apresentado pelo PSD, relativo ao Almirante Henrique Afonso da Silva Horta.

Sr. Deputado Clélio Meneses tem a palavra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Faleceu no passado dia 30 de Janeiro, em Lisboa, o Almirante Henrique Afonso da Silva Horta, que exerceu o cargo de Ministro da República para os Açores, de 11 de Setembro de 1978 a 28 de Abril de 1981.

Nascido em Lisboa em 21 de Setembro de 1920, exerceu, entre outras, as funções de governador de Cabo Verde, chefe da casa militar do Presidente da República, para além de uma vasta e altamente prestigiante carreira na Armada Portuguesa, tendo sido, nomeadamente o Primeiro Comandante do navio escola NRP Sagres.

O seu exemplar percurso de vida fundamentou mais de duas dezenas de louvores e mais de quarenta condecorações nacionais e estrangeiras.

O Almirante Silva Horta, tendo chegado aos Açores nos alvares da Autonomia, teve um papel crucial na pacificação e estabilização das relações da Região com o Estado.

Representando o Estado e afirmando a Autonomia, o Almirante Silva Horta, conseguiu, com as suas elevadas qualidades humanas e políticas, alcançar o espaço de equilíbrio, respeito e responsabilidade que tanto era necessário naquele tempo, quer na eficaz transferência dos serviços periféricos do Estado para a Região Autónoma quer no dirimir de conflitos que grassavam na altura.

Passados que estão cerca de trinta anos, é hoje consensual o reconhecimento pelo papel essencial do então Ministro da República Silva Horta para a consolidação da Autonomia como modo de cumprir Portugal.

A Autonomia deve, pois, este reconhecimento quanto manifesta o seu pesar pelo desaparecimento de alguém que manifestou profundo respeito e conhecimento dos Açores na forma exemplar e superior como exerceu o cargo de Ministro da República.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD, na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresenta um Voto de Pesar pelo falecimento do Almirante Henrique Afonso da Silva Horta.

Do presente Voto deverá ser dado conhecimento à família enlutada.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Fevereiro de 2012

Os Deputados, Duarte Freitas, Clélio Meneses e António Marinho

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver intervenções.

Assim sendo, vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, atingimos a nossa hora regimental. Tenho ainda dois votos de pesar, um do Partido Socialista relativo ao passamento do Sr. José Amorim e um do PSD relativo ao passamento do Sr. Gaspar Gerónimo da Rosa, que ficarão para o próximo plenário, a não ser que queiram...

Podemos? Ninguém se opõe?

Então vamos continuar.

Para apresentar o Voto de Pesar do Partido Socialista tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Pelo falecimento de José Amorim

José Amorim nasceu em Santa Cruz das Flores, aos 28 dias do mês de novembro de 1937.

Iniciou os seus estudos na ilha, tendo saído por volta dos 10 anos para Angra do Heroísmo, a fim de completar estudos. Como sempre gostou de desporto e em particular do futebol, deu os seus primeiros passos no Angrense, onde chegou, apesar da tenra idade, a ser suplente do tão conhecido guarda-redes Maciel.

Regressa às Flores com o antigo 5º ano dos liceus e no período que medeia o fim dos seus estudos e o ingresso no serviço militar obrigatório em 1958, foi jogador da antiga equipa da “União Desportiva de Santa Cruz” e embora muito jovem mostrava-se sempre pronto para treinar, sendo capaz de jogar com os

dois pés o que, apesar da sua grande capacidade para guarda-redes, lhe permitia jogar com qualidade noutra posição, sendo uma mais-valia para os treinadores, pois ficava em campo disponível para ocupar a baliza, por eventual lesão de outro que só jogasse nessa posição.

Foi nessa altura, era ele ainda rapazito, quando alguém de passagem pela terra o viu jogar, lhe reconheceu a habilidade e tentou convencer o pai a levá-lo para o continente, para integração nas escolas de uma das maiores equipas nacionais. O pai receou perdê-lo de vista, e não autorizou a sua ida, negando-lhe porventura uma carreira.

Ingressou no serviço militar no BI 17 em Angra do Heroísmo, sendo depois transferido para Tavira para frequentar um curso de oficiais.

Foi nessa altura, quando prestou serviço militar em Tavira, e apesar de já ter idade a mais para formação, que lhe foi reconhecida qualidade para chegar a titular da baliza do Lusitano de Vila Real de Santo António, podendo dizer-se que foi um dos jogadores açorianos a atingir maior notoriedade na época, face ao estatuto de alinhar num clube da 2ª divisão nacional de então, e embora nessa altura não se falasse muito em prémios individuais, José Amorim teve direito a uma especial condecoração em virtude das boas performances na equipa.

Depois do curso de furriel foi nomeado para uma comissão de serviço militar na Guiné-Bissau e, enquanto lá se encontrava, jogou como guarda-redes em diversas equipas militares e até mesmo no Sport Bissau e Benfica.

De regresso às Flores após o serviço militar, por volta da época desportiva de 1962/63, voltou a jogar na sua “União”, embora essa equipa tenha resistido por pouco tempo, em virtude das alterações que ocorreram no que diz respeito à organização federativa, que passou a ser da responsabilidade da FNAT, mais tarde INATEL, e então aí José Amorim pertenceu ao núcleo de fundadores do Centro de Recreio Popular de Santa Cruz das Flores, filiado na FNAT, que depois deu origem ao Boavista das Flores, filiado mais tarde na Associação de Futebol da Horta.

Também nessa altura foi admitido como funcionário do Tribunal Judicial das Flores, onde em 1979 entrou para o quadro como Escriurário, tendo sido promovido à categoria de Secretário em 1982. Aí acabou por fazer a sua carreira profissional donde veio a passar à situação de aposentado em 1997. Devido à muita experiência que tinha, era dedicado, competente, e sempre muito prestável para quem precisasse dos seus serviços.

No período que medeia entre 1965 e 1979, em que o futebol passou a ser organizado pela FNAT/INATEL, e mesmo depois de 1980, quando as equipas de futebol florentino se integraram no futebol federado através da Associação de Futebol da Horta, José Amorim foi sempre guarda-redes do Boavista, sendo considerado em 1968 o melhor guarda-redes açoriano.

Viu finalizar a sua carreira em 1984 num jogo de homenagem que lhe dedicaram os dirigentes do Boavista contando para isso com a colaboração da equipa do Lusitânia que se deslocou às Flores para o efeito.

Segundo um artigo no jornal “A União”, da autoria de Renato Moura, também ele dirigente do Boavista: “O Amorim tinha umas mãos excelentes, voava até níveis inacreditáveis trazendo a bola e evitando cantos, fazia golpes de rim impensáveis, era o terror dos avançados adversários e a confiança dos seus defesas. Sofreu, sem se queixar, as lesões inevitáveis nos campos pelados e pedregosos de então. Já com idade avançada para o futebol, demasiado pesado, treinava ao lado de novos e leves, mas parecia menos pesado do que eles na elegância do voo e na suavidade da queda. Uma extraordinária habilidade nata, aperfeiçoada com muito treino, aliada a uma longa experiência que garantia colocações perfeitas.” E acrescenta: “O Presidente do Minhocas disse dele e bem, que o Amorim está para o futebol das Flores como o Eusébio para o do Benfica.”

O Boavista deve-lhe a esmagadora maioria dos seus títulos, das vitórias na ilha e das glórias em outros campos dos Açores. O Amorim foi o guarda-redes das Flores, das equipas que ajudou e das bem-sucedidas seleções florentinas, tendo ainda participado em diversas seleções da FNAT do Distrito da Horta representando-nos no Continente.

No futebol, José Amorim para além de jogador foi tudo. Foi treinador, árbitro, dirigente e diretor desportivo Para além do referido, ainda foi repórter e jornalista, seja para a imprensa, seja para a rádio.

Mas não foi só de futebol que se fez a vida do José Amorim, ele ainda encontrava tempo para se dedicar a outras atividades de interesse social senão vejamos: fez parte por diversas vezes da Mesa Administrativa do antigo Hospital Concelhio de Santa Cruz das Flores, foi dirigente da Sociedade Filarmónica Dr. Armas da Silveira, foi membro de diversas composições da Mesa Administrativa da Santa Casa Misericórdia de Santa Cruz das Flores, foi agente de seguros da Império, instalou a primeira papelaria na ilha, bem como a primeira agência de Totobola com o número 23014.

Foi ainda comandante e dirigente na Associação de Bombeiros Voluntários de Santa Cruz das Flores, tendo sido agraciado com a distinção de comandante honorário desta instituição. Foi também e após terminar a sua carreira futebolística representante na ilha das Flores da Associação de Futebol da Horta. Foi assim um homem que dedicou a sua vida à ilha das Flores e às diferentes instituições que referimos.

Viúvo há muitos anos, sem filhos e sem família próxima, ultimamente bastante doente, recolhido no lar de idosos, faleceu com apenas 74 anos no passado dia 13 de janeiro de 2012.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação deste voto de pesar pelo falecimento de José Amorim.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Fevereiro de 2012

Os Deputados Regionais: Berto Messias, José Gabriel Eduardo, José San-Bento, José Gaspar Lima e Hernâni Jorge.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Rosa tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Faleceu a 13 de janeiro aquele de quem o então Presidente do clube rival disse uma vez: “Amorim está para o futebol das Flores como o Eusébio para o Benfica”.

Foi, de facto, um grande vulto do desporto, um praticante de carácter excepcional, mas a vida de José Amorim foi muito mais do que isso.

José Amorim devotou a sua vida ao altruísmo, ao associativismo, ao serviço dos outros e foi e será sempre lembrado como um grande vulto da sociedade florentina, um homem de excepcional carácter que não virava a cara a ninguém, que estava sempre disposto a participar em tudo e a quem a comunidade e a Ilha das Flores devem muito.

A sua participação associativa teve um culminar com longos anos em que comandou a Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários.

Obviamente que o CDS/PP tem todas as razões e mais algumas para se associar a este voto.

Muito obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver intervenções.

Passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos agora à apresentação do Voto de Pesar, da autoria do PSD, relativo ao falecimento do cidadão açoriano Gaspar Gerónimo da Rosa.

Sr. Deputado Cláudio Lopes tem a palavra.

Deputado Cláudio Lopes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

No passado dia 10 do corrente mês de Fevereiro, faleceu, aos 68 anos de idade, no Hospital da Horta, o cidadão açoriano Gaspar Gerónimo da Rosa.

Natural da Freguesia de Santo Amaro, da ilha de São Jorge, casou, na ilha do Pico, com Humberta Maria da Silva Melo, resultando desta união, quatro filhos. Escolheu a Ilha do Pico para viver e nela exerceu profissionalmente como funcionário da Repartição de Finanças de São Roque do Pico.

Cidadão de fino trato, a cordialidade e a civilidade eram marcas fortes da sua personalidade e na sua relação com os outros.

No campo social foi um cidadão ativo e participativo, integrando os órgãos sociais de um grande número de instituições do Concelho de São Roque, com especial referência para os cargos de Presidente da Direção da Sociedade Filarmónica Recreio Santamarense; Comandante da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de São Roque; Vice-Presidente da Direção do Vitória Futebol Clube; Presidente da Assembleia Geral da Santa Casa da Misericórdia de São Roque; membro da Comissão Fabriqueira da Igreja Matriz de São Roque e Secretário da Comissão Instaladora do Núcleo do Pico da Liga dos Combatentes.

Gaspar da Rosa envolveu-se também na atividade política pelo Partido Social Democrata, exercendo o cargo de vereador na Câmara Municipal de São Roque entre 1989 e 1993 e foi Deputado Regional eleito pelo círculo eleitoral da Ilha do Pico, cumprindo um mandato entre Novembro de 1992 e Novembro de 1996. No desempenho deste cargo, exerceu a função de Secretário da mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e integrou as Comissões de Economia, Finanças e Plano; Finanças e Planeamento e Comissão Permanente.

Nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD propõe a este Parlamento que seja aprovado o presente voto de pesar, pelo falecimento do cidadão Gaspar Gerónimo da Rosa, reconhecendo e enaltecendo o contributo dado á política regional e a forma como exerceu a sua cidadania ao longo da sua vida, em particular pelos serviços prestados às instituições a que esteve ligado.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 16 de Fevereiro de 2012

Os Deputados, Duarte Freitas e Cláudio Lopes.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Hernâni Jorge.

(*) **Deputado Hernâni Jorge (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para de uma forma muito rápida manifestar a associação do Partido Socialista a este pesar pelo falecimento de Gaspar Rosa, enaltecendo neste momento a atividade cívica e política que todos reconhecem a este cidadão picoenses que, como foi referenciado no voto, foi Deputado nesta casa na Legislatura 92 a 96.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, é hora de irmos almoçar.

Vamos fazer um intervalo até às 15 horas onde recomeçaremos com a Agenda.

Muito obrigado e bom almoço.

Eram 13 horas e 14 minutos.

(Após o intervalo o Deputado Cláudio Lopes voltou a ocupar o seu lugar na Mesa)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional da Economia, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

Eram 15 horas e 08 minutos.

Vamos reentrar na Agenda começando com a **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 40/2011 – “regime de apoio ao microcrédito bancário nos Açores”**.

Para apresentar o diploma dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Economia.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Governo apresenta a esta câmara e que reformula o regime de apoio ao microcrédito bancário nos Açores é uma proposta que se em circunstâncias normais de conjuntura já seria aconselhável alterar, e isso prende-se com os resultados que foram alcançados com a anterior formulação, na atual conjuntura essa alteração impõe-se.

Daí que o Governo apresente a esta câmara uma proposta de alteração ao regime do microcrédito que intervém fundamentalmente ao nível dos potenciais beneficiários desta modalidade de apoio, ao nível daquela que é a metodologia e o processo de aprovação dessas candidaturas ao apoio ao microcrédito bancário e também uma alteração ao nível daquilo que é o montante máximo de apoio ilegível.

Tive a oportunidade, em sede de Comissão Parlamentar de Economia, de tentar explicitar essas questões.

Gostaria de hoje, aqui, fazer referência a alguns aspetos que me parecem importantes.

Em primeiro lugar e relativamente aos objetivos que o Governo visa alcançar com esta proposta, são, desde logo, a melhoria das condições que permitam aos seus potenciais beneficiários utilizarem/usarem este tipo de apoio.

Os números que temos até a este momento, de acordo com o regime que está em vigor, e que foram explicitados à Comissão e que constam do relatório da Comissão, são números que não satisfazem o Governo Regional.

Consideramos que esse tipo de instrumento pode ter uma vantagem e trazer um benefício muito maior para a nossa economia ao nível, desde logo, do apoio ao microcrédito e microprojectos.

Assim, no que tem a ver com a possibilidade de, por esta via, também se fomentar o empreendedorismo, é esse um dos objetivos com que o Governo apresenta esta proposta à Assembleia.

Do ponto de vista da criação do próprio posto de trabalho que no âmbito de microprojectos que assim se podem concretizar, este é também um objetivo principal.

Chamava a atenção da câmara para um aspeto que tem a ver com os potenciais beneficiários.

Até a este momento tínhamos no atual decreto como potenciais beneficiários apenas aqueles que estivessem desempregados.

Agora, aumentamos o elenco de entidades, o elenco de potenciais beneficiários, incluindo os desempregados, mas passando também a incluir aqueles que podem ser trabalhadores em situação precária de emprego, sociedades comerciais por quota ou unipessoais, e ainda empresários em nome individual.

Nós não estamos a falar apenas aqui num instrumento que, como acontece até a este momento, servia apenas para uma situação em que o próprio desempregado utilizava o apoio ao microcrédito para criar o seu posto de trabalho e para dar o salto qualitativo na sua integração profissional.

Com esse aumento de beneficiários e de potenciais beneficiários o que fazemos é pôr à disposição de outras entidades que, mesmo não estando na situação de desempregados, têm uma situação em que podem elas próprias ou melhorar a sua situação em termos de precariedade de emprego, ou até, no caso das sociedades comerciais e dos empresários em nome individual, poder aceder a financiamento bancário nessas situações que lhes permita não apenas reforçar as condições da sua atividade, mas até criar mais alguns postos de trabalho.

Esta alteração ao nível dos potenciais beneficiários é talvez das mais importantes que essa reforma traz, exatamente porque ao aumentar o âmbito de potenciais beneficiários, ao aumentar o próprio objetivo da medida, não apenas o de retirar pessoas da situação de desempregados para a situação de emprego, também permite que, desde logo, sociedades comerciais possam reforçar a sua atividade e por essa via criar também maior número de postos de trabalho. Este é, aliás, conforme já referi, um dos objetivos fundamentais com que o Governo se apresenta nesta câmara com esta proposta.

Uma última referência para o montante dos apoios. O montante dos apoios que até a este momento estava nos 15 mil euros, passa para o montante máximo de 20 mil euros.

Julgo que com esta proposta damos mais um passo e um contributo também importante, em primeiro lugar, para a melhoria de funcionamento desse sistema. O sistema já existe há alguns anos, mas os resultados que ele trouxe do ponto de vista da sua utilização não satisfazem o Governo Regional.

Há alguma coisa que neste processo necessita de ser melhorada e é isso que o Governo faz com a apresentação desta proposta.

Por outra via, com este alargamento e com estas alterações criamos mais um instrumento que pode potenciar a criação de emprego, embora, é certo, dentro daqueles que são os limites de um projeto que é apoiado até 20 mil euros, um micro projeto dentro de uma micro empresa e com recurso a microcrédito bancário.

São estes os objetivos que presidem a este diploma e são estes os objetivos que o Governo põe à consideração da câmara.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira e Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário.

Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

V. Exa. quando tomou posse em 2008 como Secretário Regional da Economia este diploma já vigorava há 2 anos.

Passaram-se 3 anos e tal e o resultado são 33 projetos aprovados em quase 6 anos, o que significa uma média ligeiramente superior a 5 projetos por ano com investimentos de cerca de 10.300 euros por cada projeto.

Sr. Secretário Regional da Economia é muito fraco, é muito pouco.

V. Exa. durante estes últimos 3 anos, e comprova-o com a apresentação deste diploma a 8 meses do fim da legislatura, andou distraído tempo demais.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O que os açorianos agora menos precisam e menos precisavam era de governantes distraídos.

O PSD vai apoiar este diploma, mas V. Exa. tem que prometer a nós e aos açorianos que vai governar com energia...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Mais ainda?

O Orador: ... os próximos 255 dias, até às eleições.

Deputada Catarina Furtado (PS): Não eram 204? Agora já são 255!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Economia, não é altura para prometer coisas para os 100 dias após as eleições. Agora é a altura de V. Exa. governar.

V. Exa. tem que agir já e agora porque a apresentação deste diploma é a prova de que já devia ter agido ontem e não o fez.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Agora não é altura para mais hesitações.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: O diploma chegou e chega tarde e a más horas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Não pode V. Exa. continuar permanentemente a correr atrás do prejuízo.

Este Governo tem que agir e não apenas reagir.

Deputados Duarte Freitas e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nos últimos 2-3 anos o que temos visto é V. Exa. a reagir e a correr atrás do prejuízo.

Deputado José San-Bento (PS): Olhem só quem fala!

O Orador: Temos empresas em enormíssimas dificuldades. Alguns empresários que nos procuram dizem que não sabem se as suas empresas aguentam até outubro.

Deputado José San-Bento (PS): Porquê até outubro? Não pode ser até dezembro?

O Orador: Vai ter que fazer a sua campanha eleitoral e é natural, mas não pode esquecer os açorianos e as empresas açorianas.

O desemprego, como bem sabe e foi dito ontem pelo Sr. Vice-Presidente, atinge valores dramáticos nos Açores. V. Exa. tem que atuar depressa. Não pode continuar a usar desculpas.

O PSD vai apoiar esta iniciativa mas V. Exa, tem que se mexer.

A situação é de emergência económica e social.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Qual é a agenda do PSD?

O Orador: Não pode continuar de braços caídos.

O PSD, ainda nesta sessão plenária, vai apresentar uma iniciativa de apoio às empresas açorianas.

Todos somos poucos para minimizar o sofrimento dos açorianos e as enormes dificuldades das empresas açorianas.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas V. Exa. tem que nos prometer que vai continuar nos próximos 250 dias a governar.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

Deputado José San-Bento (PS): Se isso é o melhor que o Sr. Deputado sabe fazer, o melhor é ir para a reforma!

Deputado João Costa (PSD): Depois do espetáculo que o senhor deu há bocadinho, devia estar calado!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Estamos disponíveis para ajudar a recuperar o mal que os senhores fizeram!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Sr. Deputado Pedro Medina faça favor de iniciar a sua intervenção.

(*) **Deputado Pedro Medina** (*CDS/PP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta iniciativa que o Governo traz à Assembleia para aprovação tem a ver exatamente, como disse e muito bem o Sr. Secretário Regional da Economia, em alterar alguns dos pressupostos sobre o regime de apoio ao microcrédito bancário que já estava implementado na Região Autónoma dos Açores, mas que até à data não teve a eficácia, nem cumpriu com os seus objetivos para aquilo que foi criado.

Entendemos que as alterações aqui introduzidas são benéficas, porque podem potenciar aqui um conjunto de situações para que sejam ultrapassadas as grandes dificuldades pelas quais o pequeno ou microempresário e a pessoa, enquanto trabalhador individual, está a passar neste momento.

É um diploma que do nosso ponto de vista pode criar boas medidas para promover o autoemprego e essa questão para nós é muito importante.

Deixe-me que lhe diga também Sr. Secretário, e em jeito até de confissão, que clubisticamente eu sou sportinguista.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já não bastava a desgraça do clube!

O Orador: E como bom Sportinguista que sou...

Deputado José San-Bento (*PS*): Veja lá o que vai fazer!

O Orador: ... no início de cada época, o que costumamos dizer, esfregando as mãos, é “este ano é que vai ser!”.

Deputado Berto Messias (*PS*): Já é mau ser do CDS, mas ser do sporting ainda é pior!

O Orador: É exatamente isso que tem acontecido com os sistemas de incentivos e com os programas de apoio que o Governo tem implementado ao longo dos últimos anos.

Não é só na questão do microcrédito. É na questão do SIDER, do PROENERGIA, no Programa de Valorização Profissional, nos Programas e Sistemas de Incentivos que até à data não atingiram os seus objetivos e por isso foram remodelados e estão nesta fase, com novas implementações,

nomeadamente na questão da celeridade e da desburocratização do próprio sistema.

Isto é uma prova de que o Governo Regional se, por um lado, tem o dever e este sentir de que algo tem que fazer para combater os graves constrangimentos pelo qual o nosso sistema empresarial e as pessoas estão a passar, por outro lado, é um sinal de que o Governo gosta muito de ter esse sistema paternalista da situação.

Quando digo que gosta de ter esse sistema paternalista parece o pai quando vai para a mesa e antes de servir a refeição mete uma guloseima em cima da mesa. O filho, na sua tentação, tem a tendência de ir comer a guloseima e o pai dá uma pancadinha nas mãos. Dá-lhe uma, dá-lhe duas, dá-lhe três até que a refeição seja servida. Mas na altura que essa refeição é servida, se calhar o filho pode já não ter tanta força para segurar no garfo e na faca para comer essa mesma refeição.

É este o sentimento, é esta a análise que fazemos em relação aos sistemas que têm sido implementados na Região Autónoma dos Açores.

De qualquer das formas, também posso dizer-lhe que não vale a pena, Sr. Secretário, “tapar o sol com a peneira”.

Tem que haver justiça nas medidas que são implementadas na Região.

Recentemente o Sr. Secretário, juntamente com as três Câmaras de Comércio e Indústria dos Açores, promoveu um protocolo de cooperação para o comércio tradicional em montantes que podem chegar aos 500 mil euros, se juntarmos o cofinanciamento do PROCONVERGÊNCIA e a comparticipação regional.

Sr. Secretário, quando se investe numa infraestrutura como as Portas do Mar, onde se investiu 600 mil euros e meteu-se 500 mil euros no apoio ao comércio tradicional na Região Autónoma dos Açores, está-se a criar exatamente comerciantes de primeira e comerciantes de segunda.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Tirando o facto de isso não ter nada a ver com o diploma!

O Orador: Portanto, não é por aí que vai resolver os problemas, não é por aí que se vai atacar as situações que estão muito periclitantes.

Há uma situação que o senhor refere. É que esses comerciantes, esses empresários estão desanimados. Estão desanimados porque não veem efetivamente instrumentos estruturantes nos seus locais e esses investimentos estruturantes não passam só por tentar promover ou divulgar determinadas medidas ao nível do comércio tradicional como bem sabe.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Seja rigoroso!

O Orador: Para já fico, como primeira intervenção, por aqui.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina, o senhor sabe tirar-nos a tentação de comer guloseimas.

(Risos da câmara)

Sr. Deputado José Rego, faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego** (*PS*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O microcrédito constitui um das mais relevantes inovações sociais do mundo moderno.

Todos sabemos que foi a partir do Bangladesh, a partir de iniciativas do Prof. Mohamed Younes, Prémio Nóbel da Paz, que se instituiu o microcrédito num sítio muito restrito...

Deputado João Costa (*PSD*): Quantos por ano? Cinco por ano?

O Orador: ... ou seja, numa área do mundo pobre. É uma medida que se transformou numa medida global, que os sistemas financeiros têm desenvolvido ao longo de várias regiões e de vários países, a partir de uma pequena medida que nasceu numa zona bastante longínqua.

Nós, nos Açores, em 2006 tomámos esta iniciativa para um grupo restrito desfavorecido da nossa sociedade.

Deputado João Costa (*PSD*): Então é por isso que assinaram tão poucos!

O Orador: Apontávamos na altura, em 2006, uma situação que considerávamos (e que era!) bastante boa para muitas das pessoas que recorriam

ao crédito. Quem estava impedido de recorrer a esse crédito era essencialmente uma classe mais fragilizada que não tinha emprego.

Portanto foi uma iniciativa tomada no tempo certo e por um conjunto de pessoas...

Deputado João Costa (PSD): Eram muito poucas!

O Orador: ... que viam barradas as suas iniciativas ao crédito.

Todos reconhecemos que em 2006, 2007, 2008 até 2010, podemos assim dizer, as garantias que qualquer pessoa pedia à banca para muitos financiamentos eram menores e a banca até oferecia a muitas pessoas empréstimos de importâncias que hoje essas pessoas sentem na pele por terem ido a esses apelos da banca para investirem num conjunto de atividades.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Que engraçado!

O Orador: Julgo que o Governo Regional, em 2006, fez uma aposta certa no público-alvo do diploma que criou naquela altura.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ó senhor não teve público!

O Orador: É certo, Srs. Deputados, que há que fazer uma reflexão a todo e qualquer tipo de sistema de incentivos e na altura certa é que devemos alargar ou não o respetivo âmbito a um conjunto de público diferenciado daquele que não necessitava do instrumento aquando da sua institucionalização.

É certo que houve um conjunto de pessoas que viram os seus anseios satisfeitos, quer seja 30, 33 ou 50.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): E os outros?

Deputado João Costa (PSD): Tanto faz!

O Orador: Estas pessoas montaram os seus negócios nos Açores com um instrumento que tínhamos para as pessoas que estavam desempregadas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: É hora certa, a que o Sr. Secretário Regional traz a esta câmara alargar o âmbito deste diploma, mas não só às pessoas desempregadas. Vimos, pela análise das pessoas que foram rejeitadas no anterior instrumento, que bastava a pessoa arranjar emprego já não estava em condições dela própria ir ao encontro de um anseio que era ter o seu negócio.

Até mesmo aqueles que hoje têm o seu negócio podem crescer, aumentar as expectativas do seu negócio.

Hoje, por mais pequeno que seja a sua atividade, desde um pequeno barbeiro a um merceeiro que queira alterar o seu negócio com uma nova cadeira, chega junto do banco e é-lhe impedido muitas das vezes o financiamento para poder crescer, para poder criar mais postos de trabalho.

Portanto, o Sr. Secretário Regional (o Governo Regional) não esteve de braços caídos até agora.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Esteve atento à situação económica dos Açores e foi ao longo dos vários sistemas de incentivos que o Empreende Jovem, por iniciativa do Partido Socialista, da Juventude Socialista e desta bancada, pelo próprio Governo que foi fazendo várias alterações ao SIDER, adaptando-o às necessidades das empresas, desburocratizando o sistema, diminuindo os prazos...

Deputado João Costa (PSD): E criando desemprego!

O Orador: ... dando resposta mais rápida às empresas.

Deputado João Costa (PSD): E criando desemprego!

Deputado Berto Messias (PS): Enquanto os senhores falam nós fazemos!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Tem dias!

O Orador: É a hora certa de, num outro regime para outras pessoas, termos um regime novo, regime este que não temos dúvidas que será gerador de mais emprego, de mais riqueza na Região Autónoma dos Açores e é com este Governo (com mais 100 ou 200 dias ou com mais 2 anos) que os açorianos sabem que têm as respostas...

Deputado Rui Ramos (PSD): Sabem, sabem!

O orador: ... a muitos dos empreendimentos que possam ter.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Exatamente: Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Os desempregados que o digam!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nós vamos apoiar esta iniciativa, porque acreditamos neste instrumento, no microcrédito.

É evidente que o resultado de 33 projetos aprovados em 6 anos, demonstra que o sistema não estava a funcionar.

Mas quando alguma coisa não funciona tem que ser modificada. É isso que o Governo está a fazer e muito bem.

Considero que o microcrédito para funcionar tem que ser massificado.

Se não for massificado, se não significar um conjunto de apoios importantes e se não significar que a vontade e a capacidade empreendedora de uma parte significativa da população não tem um canal burocrático e um canal financeiro eficaz, a partir daí não resolvemos o problema.

O microcrédito tem que ser algo massificado, tem que existir capacidade logística, uma simplicidade do ponto de vista logístico e tem que existir a capacidade também de ter acesso a esta informação.

O que eu posso introduzir neste debate são duas preocupações:

1º- A promoção deste mecanismo;

É muito importante que não só se alterem as regras no sentido de o tornar mais ágil, mas que seja promovido e conhecido.

2º - Agilização na tramitação burocrática também é bastante importante;

Muitas vezes a burocracia derrota a vontade de empreender e é necessário que esta tramitação se faça com o apoio muito eficaz por parte das instituições responsáveis por essa tramitação.

São estes dois pontos que deixo aqui, estas duas preocupações.

De facto, considero bastante oportuno, tendo em conta a nossa conjuntura com 17% de desemprego, gerar emprego, criar capacidade.

Eu acredito nesta projeção do Vice-Presidente do Governo Regional.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Já saiu! Já não é projeto!

O Orador: Eu considero que a conjuntura económica em que o Governo está a elaborar esta proposta é adequada.

É um instrumento que já funcionou, como a bancada do Partido Socialista já mencionou, em muitas zonas do mundo com um sucesso muito apreciável, mas esse sucesso significou também que só existe sucesso no microcrédito se for massificado.

Como os números que temos são residuais isto não funciona. É a mesma coisa que não existir.

É necessário aumentar a adesão a este instrumento e isto tem que ser do conhecimento da generalidade das pessoas.

Muitas vezes, muitos desses recursos, muitas das coisas que aqui discutimos, não chegam com eficácia junto da população e dos possíveis interessados.

Portanto, da parte do PPM reitero. Nós vamos votar favoravelmente esta iniciativa.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado. Retomamos os nossos trabalhos às 16 horas. Até já.

Eram 15 horas e 34 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, vamos retomar os nossos trabalhos.

Tenho inscrito o Sr. Secretário Regional da Economia a quem dou a palavra.

Eram 16 horas e 09 minutos.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação às questões que foram colocadas no âmbito do debate sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional de reforma do microcrédito, há alguns aspetos que gostaria de clarificar e há algumas questões que julgo que interessa tornar presentes nesta casa.

O Governo é acusado, nomeadamente pelo Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, de se ter atrasado neste processo.

O facto é que este é um Decreto Legislativo Regional e este assunto chega a esta casa pelas mãos do Governo do Partido Socialista.

Portanto, se era considerada essa urgência tão grande em relação a esta matéria, mais não devia ter feito o PSD do que avançar com uma proposta. É um direito que lhe assiste.

Optou por não o fazer. Certamente não terá estado desatento. Foi uma opção de não o fazer e desse ponto de vista julgo que perde toda a razão para acusar o Governo Regional do que quer que seja quanto ao *timing* desta alteração.

Em segundo lugar, gostava de referir o seguinte:

Julgo que esta discussão tem que ser rigorosa e tem que decorrer com verdade. A apreciação que o PSD faz em relação aos números do microcrédito não é nem uma coisa nem outra.

Não é uma questão do PSD não saber. O PSD sabe que foram apresentadas a este decreto candidaturas que levaram a um montante total de empréstimos de 307 mil euros e que a média por candidatura e por empréstimo foi de 10.300 euros.

Também sabe, porque foi dito na Comissão, que foram apresentadas 262 candidaturas.

Também sabe, mas não quis dizer, que nessas 262 candidaturas houve 109 desistências por parte do promotor. Dessas 109 desistências, 3 foram porque consideraram os desempregados que o subsídio de desemprego da Direção Regional do Trabalho era suficiente; 14 foram porque encontraram emprego e 92 foram por outros motivos.

O PSD sabe disso, mas não quis dizer, deixando transparecer a ideia...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: ... que 33 candidaturas aprovadas tinham a ver apenas com a questão relativa ao funcionamento do sistema.

Desse ponto de vista, sejamos claros:

Os primeiros a admitir e a referir que é necessário alterar o microcrédito e que o Governo não está satisfeito com a taxa de aprovação e com aquilo que é o recurso ao microcrédito, foi o próprio Governo. Foi aliás esse um dos motivos que eu referi na minha intervenção inicial.

Também julgo importante dizer, em relação ao debate e à intervenção do PSD que nada de novo trouxe de contributo, de sugestão, para esta proposta.

Deputado Berto Messias (PS): Aliás, como sempre!

O Orador: O PSD tentou instrumentalizar este debate, manipulá-lo, no sentido de colocar, neste momento, em debate nesta câmara, aquilo que são as posições assumidas por mim noutra qualidade, na qualidade de candidato a Presidente do Governo pelo Partido Socialista.

Deputado João Costa (PSD): Olívia patroa, Olívia empregada!

O Orador: Eu gostava de dizer à câmara que não estou disponível para esse tipo de manipulação...

Deputado João Costa (PSD): Não lhe convém!

O Orador: ... e para esse tipo de conversa.

Estou aqui como Secretário Regional da Economia.

Deputado João Costa (PSD): Então é a Olívia patroa!

O Orador: Tenho todo o gosto em debater e em explicitar ao PSD, a qualquer partido, aos açorianos, a razão de ser, os contornos, os objetivos e os motivos das propostas que tenho apresentado como candidato a Presidente do Governo.

Deputado João Costa (PSD): O pior é que já não é Olívia patroa, nem Olívia empregada. É Olívia desempregada!

O Orador: O respeito que tenho por esta casa e aquele que julgo ser o respeito que esta casa deve aos açorianos leva-me a dizer que eu não estou disponível para isso. Não contem comigo para isso!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): É só nos primeiros 100 dias que está disponível, nos outros está mudo!

O Orador: Sr. Deputado Pedro Medina, em relação às questões que colocou quanto aos sistemas de incentivos, os sistemas de incentivos, nomeadamente o SIDER têm sido alterados várias vezes. Aliás, está a entrar em vigor a 3ª alteração ao SIDER.

Mas gostava de lhe dizer que é bom que assim seja. Não é um problema ele ser alterado.

Com uma conjuntura tão volátil como aquela que vivemos, seria mau sinal se o sistema se mantivesse imutável, porque quando ele foi elaborado a conjuntura que presidiu e que envolvia a sua elaboração era radicalmente diferente daquela que vivemos hoje.

O sistema está a funcionar. Não vai funcionar! Está a funcionar de forma célere e eficaz.

Temos neste momento mais de 700 candidaturas apresentadas, temos um montante de investimento privado envolvido nessas candidaturas que ultrapassa os 450 milhões de euros, mas o facto é que desde logo, pela última alteração que foi introduzida o nosso objetivo é que ele se torne cada vez mais atrativo, realçando, porém, como aliás já tive o cuidado de o fazer, que o sistema de incentivos, o SIDER, não é a única resposta nem é ele que responde à conjuntura que vivemos.

Ele responde à atratividade do investimento. É um contributo para alterarmos essa conjuntura que vivemos, não é seguramente a solução e o Governo tem perfeita consciência disso.

Também em relação às referências que fez quanto ao protocolo de colaboração que foi assinado com cada uma das três Câmaras de Comércio e a Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, julgo que o Sr. Deputado também não foi rigoroso. Desde logo, porque imputou-me um qualificativo para o estado dos empresários que eu não usei. Se tivesse lido a notícia teria visto que quem utilizou essa expressão de desânimo e de desanimados não fui eu, foi o Presidente da Câmara de Comércio e Indústria dos Açores, mas não é isso que releva, releva apenas o seu ao seu nome.

Quanto à questão do protocolo do comércio tradicional e dos montantes aí envolvidos, gostava de dizer ao Sr. Deputado Pedro Medina que o apoio do Governo corresponde exatamente àquilo que foi solicitado pelas Câmaras de Comércio.

Portanto, a questão de meio milhão de euros foi um projeto apresentado pelas câmaras de comércio cujo contributo, cujo apoio do Governo, correspondeu exatamente àquilo que era solicitado.

Julgo que isso também tem necessidade de ser tido em conta na análise que se faz a essas matérias.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, há efetivamente um aspeto que também contribui para que esta reforma possa funcionar melhor, que é dar a conhecer este instrumento. Aí temos caminho a fazer. Não estamos ainda a funcionar da forma como o Governo entende que deve funcionar nesta componente.

Julgo que com estas alterações e com o esforço em dar a conhecer aos potenciais beneficiários essa medida e essa possibilidade de apoio, poderemos ter um incremento no recurso a esse tipo de processo.

Mas é um dos aspetos que precisa de ser melhorado e que não tem nada a ver com esta reforma.

Coloca-se é ao nível de mobilizarmos, desde logo, a questão que é aqui referida dos agentes do microcrédito, o próprio Instituto de Desenvolvimento Social dos Açores para dar a conhecer aos potenciais beneficiários que há esta possibilidade. E mais, como é que eles podem ser acompanhados e ajudados a candidatar-se a este processo.

Muito obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá apoiar esta iniciativa do Governo.

Julgamos que não sendo tudo é uma parte e um contributo importante para

minimizar pelo menos alguns dos efeitos desta crise que estamos a viver, para que fique claro.

No entanto, queria aproveitar a oportunidade para lembrar aqui que os problemas da economia regional e a fragilidade da nossa economia, ao invés do que foi afirmado até há pouco tempo pelo Governo Regional e pelo Partido Socialista, mantêm-se.

Aliás, em nossa opinião, a fragilidade da economia regional até se acentuou com aquilo que foi apresentado pelo Partido Socialista e pelo Governo do Partido Socialista, com um grande crescimento, com uma grande pujança até determinada altura.

Esta terciarização artificial que houve da economia regional não a reforçou e tornou-a ainda mais permeável a conjunturas desfavoráveis externas, como aquela que estamos a viver.

Houve certamente oportunidade (e é evidente que nós não vivemos sozinhos) de preparar os Açores, a economia regional, para a tornar mais forte e menos permeável a conjunturas externas desfavoráveis, até percebendo-se que a nossa economia é pequena, é fortemente dependente do exterior, se tivéssemos feito outras opções para a tornar mais forte e menos permeável a conjunturas externas desfavoráveis.

Sras. e Srs. Deputados, queria também referir o seguinte e não posso deixar de passar em branco a intervenção que foi feita pela bancada do Partido Social Democrata e mesmo pela bancada do CDS/PP.

Não nos podemos esquecer que Vs. Exas, PSD e CDS/PP, são governo na República.

Deputado João Costa (PSD): Há 8 meses!

O Orador: E se a situação económica e social estava mal no tempo do Governo de José Sócrates...

Deputado João Costa (PSD): Estava falida!

O Orador: ... está hoje muito pior do que estava na altura.

Deputado João Costa (PSD): Está enganado!

O Orador: A questão é esta:

As dificuldades e os problemas económicos, as dificuldades da economia regional e o aumento do desemprego, este aumento que estamos a assistir, e as crescentes dificuldades da economia regional, estão diretamente relacionados, quer Vs. Exas queiram, quer não, com certeza com as políticas que o Partido Socialista tem adotado, mas elas aprofundaram-se muito desde que V. Exas. são Governo na República, porque todas as medidas que o vosso Governo tomou na República apenas ajudaram a criar mais dificuldades à economia regional e a aumentar o desemprego.

Vs. Exas. têm toda a legitimidade para fazer as afirmações que fizeram no plenário na discussão deste diploma, mas a verdade é esta: hoje estamos pior do que estávamos há uns meses atrás.

Há mais desemprego e o problema económico está a atingir problemas dramáticos e isso aprofundou-se desde que o PSD e o CDS/PP são governo na República.

Isto não desculpa o Partido Socialista.

Vs. Exas. apenas vieram a aprofundar aquilo que o Partido Socialista veio fazendo na República e que aqui na Região Autónoma dos Açores não soube fazer para tornar a economia regional mais forte.

Vs. Exas. não fujam às vossas responsabilidades e, sobretudo, não pretendam enganar as açorianas e os açorianos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma em apreciação, o regime de apoio ao microcrédito bancário nos Açores, tem por objetivo reduzir situações de precariedade, criar alternativas de empregabilidade e contribuir para o desenvolvimento da economia, evitando assim a sua degradação.

Esta iniciativa, a nosso ver, tem o mérito de integrar a regulamentação de forma clara não a relegando para portarias.

Temos criticado outras propostas pelo facto de não existir esta transparência. Apraz-nos sublinhar esta opção que esperamos que seja uma prática futura.

Queremos, no entanto, alertar para uma situação que não sendo devidamente acautelada poderá tornar-se perversa. Referimo-nos ao artigo 9º que trata das obrigações dos beneficiários.

Tomemos o exemplo da prática de instituições bancárias, no caso concreto dos Açores Investe II, em que sem dar conhecimento a quem de direito, liquidaram contas caucionadas de empresas mesmo de financiamentos sem registo de incidentes. O Sr. Vice-Presidente não está na sala, mas pode comprovar a minha afirmação.

O Governo deve precaver a nível dos protocolos celebrados com as instituições de crédito e sociedades financeiras a não apropriação por estas dos fundos disponibilizados para fins diferentes, nomeadamente para os que são restringidos no nº 1 do artigo 4º, sob pena dos beneficiários involuntariamente poderem incorrer em incumprimento do disposto nas alíneas d) e e) do referido artigo 9º.

A aplicação do diploma poderá, assim, tornar-se perversa, porque não estando previamente assegurada a correta utilização dos fundos, assistir-se-á, em muitos casos, ao seu aproveitamento indevido pelos bancos, liquidando operações de crédito em nome dos mutuários, com base em clausulado dos respetivos contratos, à revelia à custa do Estado, desvirtuando os objetivos pretendidos e penalizando duplamente quem devia ser beneficiado.

O Governo não pode permitir que instituições bancárias aproveitem a vantagem do reforço de garantias para liquidar operações de crédito que obrigam à constituição de provisões elevadas junto do Banco de Portugal libertando-as assim para outros negócios.

Por isso, e porque não podemos pactuar com procedimentos deste tipo, o Bloco de Esquerda reitera o alerta para a necessidade de inclusão nos respetivos protocolos de cláusula que iniba as instituições bancárias destes procedimentos à revelia.

À partida merece-nos apoio toda a iniciativa que tenha o objetivo de combater o desemprego e a precariedade.

A inclusão das microempresas e empresários em nome individual reveste-se ainda de um incentivo ao investimento e consequentemente à dinamização da economia, medida que defendemos para contrariar a recessão, o que reforça a nossa posição de apoio a esta iniciativa.

Não podemos, portanto, permitir que se gote e desvirtue as expectativas criadas com o anúncio deste diploma que conta com o nosso apoio e ao qual daremos o nosso voto favorável.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Economia, o microcrédito é um sistema de sucesso em todo o mundo, menos nos Açores. Isto deve-se a quê?

A culpa é dos açorianos ou a responsabilidade é da incapacidade mobilizadora deste Governo e da inércia de V. Exa.?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Boa pergunta!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sim, porque o que se aplica no Bangladesh não resulta nos Açores!

O Orador: Por isso é que dizemos e repetimos que V. Exa., Sr. Secretário Regional da Economia, esteve ao longo dos últimos 3 anos, na qualidade de Secretário Regional da Economia, desatento e distraído.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor está fazendo campanha eleitoral?

O Orador: Mas se o mal está feito agora é hora de emergência económica e social.

O PSD, repito, vai votar favoravelmente este diploma, mas agora pedimos uma coisa a V. Exa., Sr. Secretário Regional da Economia: governe!

Os resultados até agora demonstram o que V. Exa. não fez.

A responsabilidade e a preocupação de ser candidato não pode amassá-lo.

Deputado Rogério Veiros (PS): O senhor está a discutir o diploma ou está a discutir os candidatos?

O Orador: V. Exa. tem a obrigação de governar, porque a situação económica e social nos Açores é dramática.

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Rogério Veiros (PS): Discuta o diploma!

O Orador: Sr. Secretário Regional da Economia, percebi na sua intervenção que novamente arranjou desculpas.

Por favor, deixe-se de desculpas!

O PSD pede a V. Exa. que não use mais desculpas porque os açorianos não entendem, não percebem mais desculpas.

É hora de começar a governar para fazer até às eleições aquilo que Vs. Exas. não foram capazes de fazer até agora.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Isso já não cola. Têm de arranjar outra narrativa!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Parece uma homilia!

O Orador: Queremos que na sua qualidade de Secretário Regional da Economia trabalhe com energia e sem hesitações.

A preocupação dos açorianos é na sua condição de Secretário Regional da Economia e não noutra.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores têm de arranjar outro argumento. Esse já não cola!

O Orador: Sabe por que é que os açorianos se preocupam e apenas na sua condição de Secretário Regional da Economia?

É porque os exemplos de insucessos são muitos.

Posso recapitular alguns:

Os navios Atlântida e os ferries do triângulo...

Deputada Piedade Lalanda (PS): O que é que isso tem a ver com o diploma?

Presidente: Sr. Deputado, vamos cingir-nos ao objeto da discussão.

O Orador: Sr. Secretário, estou a cingir-me rigorosamente ao debate...

Deputado Rogério Veiros (PS): Não está, não senhor!

Deputado Berto Messias (PS): Não, não está!

O Orador: ... porque a preocupação que os açorianos têm neste momento é que este Governo possa governar...

Presidente: Mas estamos a discutir um diploma, Sr. Deputado.

O Orador: ... e faça aquilo que não fez até agora.

Presidente: Estamos no microcrédito.

O Orador: Se as desconfianças ...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Eu percebo a agitação...

Deputada Catarina Furtado (PS): Estamos calmíssimos!

O Orador: ... mas vão ter a paciência, enquanto o Sr. Presidente não me tirar a palavra, de me ouvir.

As desconfianças dos açorianos não são na sua condição de candidato, como o Sr. Secretário pareceu mostrar-se ofendido na sua intervenção.

As preocupações dos açorianos são na sua condição de Secretário Regional da Economia, porque somou nos últimos 3 anos um currículo de insucessos.

Já os repeti várias vezes, mas não é por demais voltar a repetir.

Foram os navios Atlântida...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... e os ferries do triângulo;

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, isto não tem nada a ver com o diploma.

Percebo a preocupação do PSD, mas não estamos a debater o diploma!

O Orador: São os números do turismo que não descolam.

Deputada Catarina Furtado (PS): Isto não tem nada a ver com o diploma! Está muito ao lado!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados... Sr. Deputado Jorge Macedo.

O Orador: São os números do turismo que saíram recentemente e que trazem novamente indicadores muito...

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo...

O Orador: ... complicados para os nossos empresários.

Quisemos mudar.

Respondendo diretamente àquilo que o Sr. Secretário perguntou: por que é que não fizeram propostas de alteração?

Olhe, no SIDER quisemos fazer propostas de alteração, propostas essas que foram apenas assumidas pelo Governo 365 dias depois.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O que é que se passará com a APIA?

Deputado Berto Messias (PS): Sr. Presidente, vou ter de fazer uma interpelação!

Deputada Nélia Amaral (PS): Os senhores costumam dizer que aqui não vale tudo, mas quando vos dá jeito vale tudo!

Presidente: Sr. Deputado, desculpe...

O Orador: E os milhões de investimento que o Sr. Secretário referiu...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Por que é que o senhor não trouxe aqui uma iniciativa ou propostas de alteração?

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, peço-lhe desculpa, mas estamos a discutir um diploma que tem um objeto. Tudo o que estiver relacionado com o objeto, até determinados limites, obviamente que é admissível, mas não pode falar de todos os diplomas que têm a ver com a Secretaria Regional da Economia, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, o Sr. Secretário Regional da Economia, se bem ouviu, e nós todos aqui ouvimos, disse que tinha em carteira 400 milhões de euros de investimento.

Presidente: Não ouvi, não ouvi!

O Orador: Alguns desses milhões devem ser da APIA.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não disse isso! A resposta foi ao Sr. Deputado Pedro Medina. Não tem nada a ver com isso!

Presidente: Não ouvi, Sr. Deputado.

O Orador: Portanto, se alguém começou por desvirtuar o debate, não foi esta bancada.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Não tem nada a ver!

O Orador: Foi a resposta que o Sr. Secretário Regional da Economia deu, julgo que ao Sr. Deputado do CDS/PP.

Mas, Sr. Presidente, eu vou anuir à sua chamada de atenção...

Presidente: Agradeço, Sr. Deputado.

O Orador: ... porque todos já percebemos que...

Deputado Hernâni Jorge (*PS*): Que o senhor não percebe nada!

O Orador: ... agora é que é. Depois das eleições...

Agora é que seria, mas é importante que o Governo governe hoje e não prometa para amanhã.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do SPD)

Deputado Berto Messias (*PS*): Sobre o microcrédito zero! Mas aguardamos para ver a votação do PSD!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Já disse duas vezes: somos a favor e aplaudimos! O Governo tem é de se mexer!

Presidente: Sr. Deputado Pedro Medina tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina** (*CDS/PP*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida e indo ao encontro das últimas declarações e esclarecimentos prestados pelo Sr. Secretário Regional da Economia.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que não fazemos confusão (aliás, nem foi mencionado pelo Sr. Secretário) sobre o papel que o Sr. Secretário Regional da

Economia está a desempenhar neste momento, em relação a esta Proposta de Decreto Legislativo Regional. Não fez menção em relação a nós, porque entendemos que estamos aqui a discutir uma questão muito específica, a questão do microcrédito.

Reconheço que, pessoalmente, fiquei mais confuso outro dia, quando o vi prestar declarações sobre brucelose, mas depois fiquei esclarecido quando cheguei a casa e vi um panfleto por debaixo da porta em relação a essa matéria. Em relação a esse assunto não fazemos confusão sobre aquilo que estamos aqui a debater.

Mas fez referência que estamos num mundo em constante mutação e que a agilização dos processos nesta fase é essencial.

O problema não é só em relação ao microcrédito, Sr. Secretário. O problema é também em relação ao SIDER, aos Programas de Valorização Profissional que iam proteger os empregos em áreas tão importantes e fundamentais como a área do turismo.

Na questão do Programa de Valorização Profissional foram apresentadas 5 candidaturas e houve 28 trabalhadores que beneficiaram deste apoio, no montante envolvido – isto em resposta a um requerimento do CDS, em 2010 – de 434.29 euros. Não sei se é por pessoa se é vezes os 28 trabalhadores, mas seja individual ou multiplicado pelos 28, numa medida que foi anunciada aqui, de bancada, por altura do Plano e Orçamento, deixa muito a desejar e prova que essa medida não teve eficácia nenhuma nesta matéria.

Por isso, alguma preocupação em relação ao microcrédito também para que ele tenha essa mesma eficácia.

Reafirmamos – penso que esta será a minha última intervenção – que apoiamos a iniciativa do Governo sobre esta reformulação, esta alteração ao Decreto Legislativo Regional, porque é fundamental exatamente proteger a nossa economia numa fase muito complicada como a que estamos a passar.

Aquilo que dissemos também, e porque está na génese deste documento, foi que a criação do autoemprego é muito importante e muito benéfica para todos, seja para as famílias, seja para as pessoas.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O melhor é criar o emprego, porque senão depois não há empresas para defender!

O Orador: Aquilo que esperamos é que tanto a efetivação e a execução deste diploma como de todos os outros que o Sr. Secretário anunciou recentemente, nomeadamente na questão do SIDER e na própria agilização de todos aquele processo, possa efetivamente dinamizar e proteger, não só o emprego de muitos açorianos, mas também potenciar alguma proteção numa fase que sabemos que 2012/2013 poderá ser muito complicada para o nosso tecido empresarial e para as nossas famílias.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado José Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É com muita pena que vejo o Sr. Deputado Jorge Macedo e agora o Sr. Deputado Pedro Medida com alguns desvios do diploma.

Se o Sr. Deputado quer discutir a campanha do Sr. Secretário Regional da Economia...

Deputado Mark Marques (PSD): Candidato! O Secretário não faz campanha!

Deputado Luís Garcia (PSD): A boca fugiu para a verdade!

O Orador: ... enquanto candidato, vá aos comícios, vá a outros âmbitos que não aqui.

O que temos aqui que discutir é, o PSD, tal como o Governo, como o Partido Socialista ou qualquer outro partido, tem o poder de iniciativa relativamente a determinadas matérias.

Deputado João Costa (PSD): Olívia patroa e Olívia desempregada!

O Orador: Relativamente ao microcrédito, em 2006 houve unanimidade nesta câmara relativamente ao âmbito do diploma.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Só pedimos que se mexam, mais nada!

O Orador: O Sr. Deputado Jorge Macedo (ou qualquer deputado que estava cá na altura) entendeu que era uma medida para os Açores e para os açorianos que necessitavam de crédito, portanto, para quem estava desempregado.

Relativamente à posição atual o que o Sr. Deputado Jorge Macedo tem a dizer é o seguinte:

Este diploma é ou não bom para a situação que vivemos?

Vai ou não aumentar a empregabilidade dos açorianos?

Vai ou não ao encontro de alguns empresários?

Vai, sim senhor.

É importante aumentar o valor do incentivo, não ficar pelos 15 mil, mas ir aos 20 mil?

Não. O senhor mete-se em questões colaterais que não interessa discutir. A boa iniciativa do Governo o Sr. Deputado não quer discutir e então anda a discutir outras coisas transversais em termos da economia que não o diploma em causa.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

O Orador: O Deputado Pedro Medina vai às Portas do Mar, vai ao SIDER,...

Deputado João Costa (*PSD*): Queriam era que não fôssemos a lado nenhum!

O Orador: ... vai a um conjunto de incentivos que têm sido melhorados por iniciativa muitas vezes do Governo.

É interessante ver que se algumas iniciativas não funcionam, a culpa toda não é do Governo. A iniciativa é nossa, é das empresas e é necessário fazer análises a frio e não vir aqui dizer que é um programa que não funcionou e a culpa de quem foi? Foi do Governo?

O Programa Valorizar era uma boa iniciativa. As empresas entenderam que não queriam ter aquela situação ou os próprios trabalhadores acharam que aquele programa não era o ideal. Por isso há outras medidas que foram tomadas.

Ainda esta semana foram tomadas medidas para o emprego, no âmbito do Valorizar, que foram importantes...

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Não se pode falar nisso!

Presidente: Agora não se pode!

O Orador: ... e que para esses trabalhadores, na altura, aquele programa, por entendimento das empresas, não foi muito utilizado.

O Sr. Deputado do Bloco colocou a questão dos bancos. Entendemos que ela deve ser salvaguardada em termos do protocolo, mas se virmos aqui que para o

beneficiário terá que ser para aquela atividade, não poderá ser por atividade da banca, pegar no dinheiro para outros compromissos que esses mesmos empresários ou essas pessoas queiram fazer, esse compromisso é tanto para a banca como será para o beneficiários, tal qual como está aqui estipulado no diploma.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo há um dado aqui que o Sr. Deputado citou e que não está correto.

Eu não disse que tinha 400 milhões de euros de investimento em carteira.

Na confusão que essa sua pseudocitação das minhas palavras pode criar, gostava de esclarecer o seguinte, e foi a resposta que dei ao Sr. Deputado Pedro Medina:

No âmbito do SIDER temos mais de 700 candidaturas e um volume de investimento privado que ultrapassa os 450 milhões de euros. Foi isso que eu disse.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Julgo que a intervenção do Sr. Deputado Jorge Macedo neste assunto se aplica a expressão de um conhecido estadista inglês – e tomo a liberdade de o parafrasear.

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Veja lá se não vai citar algum filósofo!

O Orador: Não, não é Sr. Deputado. Eu não corro esse risco.

Dizia ele que por vezes é preferível ficar calado e criar a ilusão de que se percebe do que se fala, do que falar e desfazer todas as dúvidas.

Muito obrigado.

(*Aplauso dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo*)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Deputado Mark Marques (PSD): Viu agora a votação?

Presidente: Vamos entrar no debate na especialidade.

Os artigos 1º a 3º inclusive da proposta não são objeto de qualquer proposta de alteração. Posso colocá-los à votação em conjunto?

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Para o artigo 4º há uma proposta de alteração para o seu nº 2, apresentada pelo CDS/PP. Vou colocá-la à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 17 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PPM, 2 abstenções do BE e 1 abstenção do PCP.

Presidente: Foi assim prejudicada a proposta de alteração para o mesmo número e artigo, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Vamos votar o artigo 4º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Para os artigos 5º, 6º e 9º temos propostas de alteração vindas da Comissão. Podemos votá-las em conjunto?

Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: As alterações anunciadas foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Pergunto à câmara se posso colocar à votação dos artigos 5º a 14º? Não vejo oposição. Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Terminámos este diploma. Vamos passar para o ponto seguinte da Agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 7/2012 – “Fundo de Reestruturação Empresarial dos Açores (FREA)”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A urgência!

Presidente: A urgência.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas qual urgência?

Deputado Clélio Meneses (PSD): Não é urgente?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ah! Não é urgente!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não!

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos hoje a uma realidade assaz preocupante para que a possamos minimizar ou fazer por esquecer.

Uma economia, como a açoriana, assiste a insolvências que crescem acentuadamente e estamos perante uma sociedade em que o desemprego alastra e sobe para níveis nunca antes alcançados.

Ontem mesmo, ouvimos o Governo antever a subida da taxa de desemprego no final do presente trimestre para 16 ou 17%.

Hoje, tivemos conhecimento dos dados divulgados relativos ao Inquérito Trimestral ao Emprego que se fixa em 15,1% no final do ano de 2011, correspondendo a 18.177 desempregados na Região Autónoma dos Açores.

Nunca os Açores tinham conhecido uma taxa de desemprego tão elevada.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): A do país!

O Orador: É o próprio Governo Regional, aliás, que entende que este processo de crescimento do desemprego ainda não parou, ainda não se encontra terminado. Vai crescer pelo menos, e até agora, segundo as palavras do Governo Regional, durante o presente trimestre.

Vivemos, portanto, numa situação efetiva de verdadeira emergência social.

A situação social e económica dos Açores agravou-se incomensuravelmente.

Neste momento temos uma preocupação imediata. É uma preocupação que não pode aguardar pelo próximo mês de outubro, não pode aguardar pelas eleições relativamente às quais temos apresentado soluções governativas que temos para os açorianos.

Neste momento estão em jogo situações verdadeiramente dramáticas nas empresas e nas famílias açorianas.

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: São situações que não podem esperar por um novo governo.

Urge tomar medidas de emergência, medidas que possam salvar empresas e que possam recuperar empregos.

Deputado Clélio Meneses (*PSD*): Muito bem!

O Orador: É necessário neste momento olhar para o futuro próximo e é imprescindível, desde já, acudir à situação grave que se está a viver na Região Autónoma dos Açores.

Foi justamente essa preocupação que nos levou à apresentação desta iniciativa que agora vamos debater.

É agora mais oportuna quando sabemos que o desemprego é um fenómeno que se encontra no seio de um quinto das famílias açorianas, de 20% das famílias açorianas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: É fundamental dar respostas imediatas aos açorianos.

É urgente travar o processo de crescimento do desemprego.

Para acudir à necessidade de travar o aumento galopante do desemprego, que é seguramente o maior flagelo que se vive atualmente na Região Autónoma dos Açores, é necessário que todos contribuamos para soluções que possam atacar o problema.

É por isso que esperamos que esta proposta venha a ser acolhida, porque os interesses dos Açores não podem ser sacrificados, não podem ser empenhados ao período eleitoral que estamos praticamente a viver.

Quaisquer iniciativas, venham de onde vierem, que respondam aos problemas vividos pelo universo empresarial açoriano, receberão da nossa parte voto positivo.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Quaisquer iniciativas, seja qual for a sua proveniência, que travem o atual processo crescimento acentuado de desemprego terão acolhimento total por parte do PSD e justamente neste plenário vamos discutir uma outra iniciativa, da parte do Bloco de Esquerda, a qual, neste momento, já afirmamos o nosso empenho e o nosso apoio.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já foi afirmado antes!

O Orador: Não é, efetivamente, tempo de lutas partidárias. É tempo de união, é tempo de conjugação de esforços, em favor dos Açores e dos açorianos.

É por esse mesmo motivo, pela situação de emergência social que se vive, pela necessidade urgente de aplicar medidas que travem um processo galopante que está a colocar 18.177 açorianos numa situação de desemprego...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e na incapacidade de geração de rendimento para assegurar o sustento das suas famílias, que entendemos que esta proposta é verdadeiramente

urgente e por isso consideramos que esta urgência deve ser aprovada pela câmara.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Social Democrata traz esta iniciativa acompanhada, no fim, de um cândido apelo a todos os partidos para que a apoiem. Com certeza que o CDS apoiará esta iniciativa que é importante para a situação grave que os Açores atravessam.

Com certeza que vamos aprovar a urgência para ser discutida hoje, aqui, esta iniciativa do Partido Social Democrata, mas é bom que se diga que temos alguma dúvida sobre a sua eficácia imediata e que possa trazer frutos, no imediato, com as suas aplicações, tal a complexidade da sua aplicação na prática, envolvendo diversas entidades como o Governo da República, a União Europeia e as empresas.

É com certeza uma medida generosa, que é bem-vinda. Acho que todas as medidas nesse sentido devem ser acarinhadas, porque nos Açores o que estamos a assistir, infelizmente para a sociedade açorina, é que em vez do emprego sustentável temos o desemprego sustentado. Tem sido isso que tem acontecido, sobretudo nos últimos 4 anos, na Região Autónoma dos Açores: em vez de emprego sustentável, temos desemprego sustentado!

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP considera que o objeto do Projeto de Resolução do PSD merece um tratamento com maior reflexão do que o pedido de urgência. Aliás, vamos votar contra a urgência.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Não acha que é urgente combater o desemprego?

Deputado João Costa (PSD): Urgente é ir para a rua!

O Orador: Vamos votar contra a urgência, porque consideramos que este assunto é demasiado importante para ser resolvido aqui mediante este pedido de urgência.

A situação económica e social não precisa de medidas irrefletidas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ai não! Precisa é desemprego!

O Orador: A situação económica e social da Região e do país precisa é de medidas bem refletidas, medidas que rompam com aquilo com que V. Exas. continuam a querer alimentar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): As empresas vão gostar de ouvir isso e os desempregados!

Presidente: Sr. Deputado Mário Moniz tem a palavra.

Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Bloco de Esquerda está expetante perante esta iniciativa do PSD e essa expetativa deriva da leitura do Projeto que estive novamente a reler. Este Projeto de Resolução não elucida de forma clara como se constitui este fundo, a sua aplicabilidade e funcionalidade. Isso não representa uma redundância em relação às medidas de apoio já existente na Região?

Como o Projeto de Resolução não esclarece, e não acreditamos que este Projeto seja tão só um processo de intenções sem conteúdo, ou mais um sonante título de *marketing* (não queremos acreditar nisso), vamos votar favoravelmente a urgência por forma a sermos elucidados da sua real essência, até porque como já afirmámos ainda hoje aqui, estamos disponíveis para apoiar iniciativas que visem travar o desemprego, venham elas de onde vierem.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PPM irá votar favoravelmente esta urgência. Faça-se o debate. Esclareça-se o que se tem a esclarecer.

Presidente: Sr. Deputado José Rego tem a palavra.

(*) **Deputado José Rego (PS):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

As nossas empresas têm contado, ao longo destes últimos anos, com um conjunto de apoios a partir de um conjunto de medidas implementadas pelo nosso Governo.

Estas propostas muitas vezes vão ao encontro de situações de dívidas à banca, à Segurança Social ou noutros aspetos, mas muitas das medidas foram tomadas para a sua reestruturação.

Estas medidas são fundamentadas e são apoiadas por Fundos Comunitários.

Quando o PSD, no seu preâmbulo, diz que é suficientemente esclarecedor, a dizer que há que haver uma reorientação, que há que adaptar os nossos Fundos Comunitários à situação atual, hoje, o nosso sistema de Fundos Comunitários já prevê e tem sido utilizado...

Deputado João Costa (PSD): Estava tudo previsto!

O Orador: ... para apoiar as nossas empresas num conjunto de condições e nas medidas que têm sido tomadas.

Estamos perante uma proposta do PSD que diz que há que reorientar o que está orientado já para as empresas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está tudo orientado nesse sentido!

O Orador: Nós entendemos a reorientação dos fundos.

Deputado Luís Garcia (PSD): Os resultados estavam à vista!

Deputado João Costa (PSD): Estamos a debater a urgência!

O Orador: Eu estou a falar, se os Srs. Deputados quiserem ouvir. Sobre a urgência, o Sr. Deputado António Marinho também se dissertou sobre um conjunto de coisas que não tinham a ver diretamente.

Deputado João Costa (PSD): Então está desculpado!

O Orador: Relativamente a isso, entendemos que a proposta que o PSD traz aqui deve ser discutida em Comissão (provavelmente será na Comissão de Economia) de modo a que esta proposta seja concretizada em termos do que é que o PSD pretende, porque ela até agora, para nós, podemos dizer que é uma não proposta.

Deputado João Costa (PSD): Que vergonha!

O Orador: O que ela faz é dizer ao Governo que regule, que faça isso, que articule com quem já está a articular, que é com o Governo da República.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Já está tudo feito!

Deputado João Costa (PSD): 18 mil desempregados! Os senhores deviam ter vergonha!

O Orador: Portanto, entendemos que esta proposta tem de ser explicitada em Comissão e ouvidas as pessoas que nesta altura têm tido a direção dos Fundos Comunitários na Região.

Portanto deve baixar à Comissão e não ser votada a sua urgência.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam com a urgência façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto tem a palavra o Sr. Deputado António Marinho.

(*) **Deputado António Marinho (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Se estivéssemos numa situação em que não tivéssemos conhecido hoje mesmo a situação dramática, a situação de emergência que se vive nos Açores, até poderia ser razoável que à Comissão, provavelmente à Comissão de Economia, fosse dada a tarefa de avaliar esta proposta de uma forma aturada e ao longo de um tempo de maturação superiores.

Perante a situação conhecida ontem, em que seguramente não há nenhum açoriano neste momento indiferente quando vê 18.177 açorianos numa situação de desemprego, querer ver adiada uma solução que poderia ser eventualmente ajustada, não concordando naturalmente com aquilo que disse o Sr. Deputado José Rego que tudo aquilo que ela encerra já está produzido em termos das iniciativas do Governo, mas podendo ser eventualmente ajustada, estamos abertos (e na apresentação da referência eu próprio referi isso) a todas as iniciativas, a todas as sugestões, vêm elas de onde vierem.

Não querer fazer neste momento quando o desemprego atingiu 15,1% na Região Autónoma dos Açores, um nível nunca antes visto, quando atinge 18.177 açorianos, eu peço muita desculpa, mas a única apreciação que eu faço é que essa é uma posição insensível a 18 mil açorianos que vivem uma situação dramática e, para além do mais, é irresponsável.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Ou seja, à disponibilidade que aqui demonstrámos para acolher um conjunto de propostas para resolver o problema daqueles que estão a viver uma situação muito complexa em relação às suas famílias, aquilo que vemos, designadamente da parte do Partido Socialista, é que consideram que não é urgente, não é necessário desde já, ou pode ser adiada a possibilidade de olhar para o problema dos açorianos.

Devemos dizer já aqui neste momento que a AICOPA e a Câmara de Comércio e Indústria de Angra, já se pronunciaram positivamente em relação a esta proposta.

Os senhores pensam assim. Entendem que não é necessário atacar no imediato o problema do desemprego nos Açores, o problema que muitas empresas vivem a nível da Região, correndo diariamente o risco de fechar as portas, embora

muitas delas tenham capacidade, em termos económicos, de se afirmarem como sustentáveis.

Infelizmente, é este o Governo que temos.

Os açorianos, designadamente os 18 mil que estão numa situação de desemprego, veem a sua esperança mais uma vez adiada, as empresas açorianas veem mais uma vez adiada a possibilidade de terem um instrumento à sua disposição que lhes permitiria enfrentar o futuro próximo de uma forma mais razoável.

Neste momento consideramos que esse é um péssimo serviço prestado aos Açores com consequências que certamente poderão ser drásticas.

Acabámos de assistir aqui, com esse adiamento desta solução...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Qual solução?

O Orador: ... a uma situação que seguramente revolta as empresas açorianas e que seguramente é revoltante para os próprios açorianos, designadamente os que estão numa situação de desemprego.

Muito sinceramente a única a coisa que se pode dizer é que os açorianos mereciam muito mais da parte de um Governo que neste momento olha exclusivamente para interesses político partidários em vez de se preocupar com os Açores e com os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado João Costa (*PSD*): Que vergonha! Estão mesmo ao lado do PCP! Quanto pior melhor! Para depois irem de mão estendida!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP votou contra a urgência porque, tal como disse há pouco, considera que esta situação deve merecer uma maior reflexão.

Aliás, os instrumentos de apoio às empresas, criados já nesta legislatura, são vários. Portanto, haveria necessidade de fazer uma maior reflexão sobre o assunto.

Ao ouvir a declaração do voto feita em nome da bancada do PSD, pelo Deputado António Marinho, até pensei que me tivesse enganado e que isto fosse uma Proposta de Decreto Legislativo.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Muito bem!

O Orador: Não! Isto é um Projeto de Resolução!

As outras bancadas não podem, regimentalmente fazer nenhuma proposta de alteração aos Projetos de Resolução.

Deputado Berto Messias (*PS*): Muito bem!

Deputado João Costa (*PSD*): Isso vai contra o seu argumento!

O Orador: Isto vem ainda favorecer um outro argumento.

Vs. Exas. podiam ter usado regimentalmente a figura da urgência, o que obrigaria a Comissão, num prazo mais reduzido, a dar parecer sobre isto e a urgência mantinha-se.

O que Vs. Exas. deveriam era ter abdicado do pedido de dispensa de exame em comissão e mantinham a urgência.

Se o tivessem feito a Representação Parlamentar do PCP teria votado a urgência. Agora, nunca da maneira como Vs. Exas. o fizeram.

Portanto, fiquei surpreendido com a declaração de voto do PSD, aliás, pensei que eu próprio tinha feito alguma confusão e que estávamos a apreciar uma urgência sobre um Projecto de Decreto Legislativo Regional e afinal de contas é um Projecto de Resolução sobre o qual o PCP e qualquer outra bancada não pode fazer nenhuma proposta de alteração.

Sejamos rigorosos, Sr. Deputado António Marinho! Sejamos rigorosos!

Presidente: Sr. Deputado José do Rego tem a palavra para uma declaração de voto.

(*) **Deputado José Rego** (*PS*): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado do PCP, Aníbal Pires, tirou-me algumas das minhas fundamentações para a declaração de voto que tinha aqui rabiscado para o PSD. Não só para o PSD, mas também no que concerne ao voto do CDS, que relativamente a este Projecto de Resolução, há bocado levantou dúvidas, relativamente à sua eficácia imediata.

Isso tem a ver com o papel do PSD relativamente a esta não proposta.

Se o PSD acha que isso é a única solução para as empresas tinha chegado aqui com uma proposta estruturada dum fundo para as empresas.

Deputado João Costa (PSD): Tenha vergonha! Os senhores têm o mesmo discurso há dois anos por isso estamos como estamos!

O Orador: O que é que faz? Faz uma não proposta, uma proposta que é uma Resolução para que o Governo trabalhe e o Governo está a trabalhar, tem estado a trabalhar com as empresas, ...

Deputado João Costa (PSD): A trabalhar em campanha, é o que o governo esta a fazer!

O Orador: ... continuará a articular com o Governo da República estas medidas e portanto o PSD não tem que se queixar. Tem de se queixar é de si próprio, relativamente a esta matéria.

Portanto, o PSD se achava que isto era a única solução para os Açores tinha trabalhado num Projecto de Decreto Legislativo sobre um fundo para as empresas e não dizer: o trabalho de casa que faça o Governo!

Aqui, a única coisa que faz é dizer: nós estamos ao lado das empresas, mas o Governo é que tem que fazer!

Não, o PSD tinha que ter dado uma resposta se achava que esta era a solução.

Deputado João Costa (PSD): Tenha consciência!

O Orador: Portanto estamos perante uma não proposta que havemos discutir na Comissão.

Deputado João Costa (PSD): É sempre o mesmo discurso há 3 anos!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Por isso o desemprego está como está!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados vamos avançar na nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 2/2012 – “procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 11/2007/A, de 22 de Maio, que estabelece o regime jurídico da publicidade e do patrocínio dos produtos do tabaco na Região Autónoma dos Açores”.**

Sr. Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para expor as razões que levam à apresentação desta declaração de urgência com a consequente proposta de dispensa de exame em comissão e que tem essencialmente por base a realização eminente de provas desportivas e outros eventos relacionados com esta área de prestígio internacional e de relevância para projeção da Região, sobre as quais incide esta alteração que agora se propõe e que em geral e de forma também concreta, não se compadece com os prazos estipulados no processo legislativo comum, daí o facto de o Governo fazer a apresentação desta proposta com carácter de urgência e dispensa de exame.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na nossa perspectiva o assunto em análise é urgente e consideramos que é do maior interesse da RAA, por isso vamos votar favoravelmente a urgência.

Presidente: Creio não haver mais inscrições. Vamos passar à votação do pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Entramos então na substância.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Presidência.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De uma forma sintética e breve para trazer a esta casa a fundamentação da apresentação desta proposta nesta altura e em relação à matéria e ao regime jurídico da publicidade e do patrocínio dos produtos de tabaco na RAA.

Esta matéria implica a transposição de uma directiva comunitária que neste caso é feita com carácter de exceção em relação à legislação nacional sobre o mesmo assunto, embora também na Região Autónoma da Madeira vigora um sistema semelhante àquele que agora é proposto.

Isso tem essencialmente a ver com um facto muito simples. É que no contexto económico presente a realização de provas desportivas que impliquem a projecção da Região e que tenham peso no prestígio internacional que a Região pode, por essa via, adquirir, faz-se essencialmente também com a angariação de patrocínios e a participação da economia local.

Portanto, compete às instâncias públicas criar as condições para que isso possa acontecer, viabilizando assim manifestações de carácter desportivo e outras que têm grande relevância para a RAA.

É nesse sentido que vai a proposta que agora se apresenta que é apenas a alteração de um artigo desse mesmo regime jurídico.

Muito obrigado.

Presidente: Estão abertas as inscrições Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão** (*PPM*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Pelas razões aduzidas pelo Governo Regional nada mais tenho a acrescentar em relação a esse assunto.

O PPM informa que votará favoravelmente este diploma.

Presidente: Creio não haver mais inscrições. Vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Artigos 1º., 2º., e 3º. na especialidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos apresentados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte: **Pedido de urgência sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 – “estabelece o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores”.**

Para justificar a urgência dou a palavra ao Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Região Autónoma dos Açores, por razões que têm a ver com a nossa geologia e com a nossa economia, não tem qualquer tradição na área da exploração mineral, razão essa que leva a que no nosso ordenamento jurídico não exista qualquer disposição que regule os procedimentos a seguir em matéria de concessão de licenciamento de exploração de minério.

Neste momento existem algumas iniciativas, embora também ainda incipientes nesse sentido, e é importante para a Região dotar-se dos instrumentos jurídicos que permitam acolher essas propostas, fazer a sua análise e decidir sobre elas.

No caso concreto e porque é matéria nova, pretende-se apenas que seja declarada urgência do diploma, que o diploma baixe à respectiva Comissão e que em Comissão esta matéria seja analisada com celeridade, de forma que os potenciais investimentos nesta área não sejam atrasados por falta de enquadramento jurídico.

Muito obrigado.

Presidente: Creio não haver mais inscrições. Vamos votar o pedido de urgência deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 5/2012 – “quarta alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 37/2008/A, de 5 de agosto, que estabelece o regime jurídico de atividades sujeitas a licenciamento das câmaras municipais na Região Autónoma dos Açores”,** apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Relativamente à urgência e dispensa de exame em comissão ela justifica-se pelo facto de estarmos a dois meses e meio da abertura da época taurina, mais precisamente as touradas à corda. Elas iniciam-se precisamente no dia 1 de maio.

Atendendo a que após a aprovação aqui nesta casa do projecto agora em apreciação o mesmo só será publicado em Jornal Oficial entre um a dois meses mais tarde;

Atendendo ainda a que as câmaras municipais já estão a emitir licenças para a realização das touradas à corda, julgamos que este é o momento certo para se proceder à alteração do DLR 37/2008/A, de 5 de agosto.

Presidente: Creio não haver mais intervenções. Vamos votar o pedido de urgência deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Assim sendo passamos à substância, ou seja ao diploma propriamente dito.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Toste Parreira.

(*) **Deputado António Toste (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A terceira alteração ao DLR 37/2008/A, de 5 de agosto, foi aprovada aqui nesta casa em outubro do ano passado.

No entanto na alteração proposta relativamente ao nº. 1, do artº. 45º., obrigava desde logo à alteração do nº. 2., do mesmo artigo: “touradas à corda”, ou seja, tourada tradicional, não tradicional e particular, o que não se sucedeu.

No entanto, em Comissão de Política Geral, foi proposto a sua alteração, só que supostamente e, sou eu a pensar assim, por lapso foi introduzida a redação do diploma revogado.

O que se pretende agora é repor a redação do diploma que esteve em vigor até à última alteração, de outubro de 2011, mas como é lógico, de acordo com o projeto agora em discussão, o que é que dizia o nº. 2, do artº. 45º., aquando da primeira alteração, no que toca a touradas tradicionais, não tradicionais e particulares?

“A realização de manifestação taurina pode ser licenciada em qualquer dia da semana, sendo sempre dada prioridade às touradas tradicionais constantes do mapa anexo”. Era esta a redação. Foram buscar a redação anterior, supostamente por lapso, como já disse.

O que pretendemos é que fique de acordo como está na proposta e que vem de encontro ao nº. 1, do mesmo artigo 45º. e que tem a seguinte redação: “a realização de manifestação taurina pode ser licenciada em qualquer dia da

semana, sendo sempre dada prioridade às touradas tradicionais constantes do mapa anexo (e aqui é que sofre alteração), a que se refere o n.º. 1”.

É esta a razão e com esta alteração revoga-se o n.º. 3., porque deixa de fazer sentido, uma vez que está salvaguardado o n.º. 1 do mesmo artigo 45º.

Tenho dito.

Presidente: Estão abertas as inscrições.

Creio não haver. Assim sendo passamos à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade o diploma foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Vamos passar à especialidade.

Vou colocar à votação em conjunto, os art.º. 1.º., 2.º. e 3.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputado que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

A Sra. e o Sr. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global o diploma foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 16 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 1 voto a favor do PCP, 1 voto a favor do PPM e 2 abstenções do BE.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:
Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de

Resolução n.º 9/2012 – “pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela manutenção do Tribunal do Nordeste”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A razão pela qual é definido um pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre a “pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa Regional, sobre a manutenção do Tribunal do Nordeste”, é precisamente porque, atendendo ao que é conhecimento no que concerne à reformulação do mapa judiciário, no âmbito da RAA, é definido de acordo com o documento datado de Janeiro de 2012, designado por “ensaio para a reorganização da estrutura judicial”, elaborado pela própria Direção Geral da Administração e Justiça, em que se dá o encerramento do Tribunal do Nordeste.

Ora bem, atendendo aos critérios definidos nesse mesmo documento, achamos claramente que os nordestenses são prejudicados com esta decisão e também o facto dos próprios critérios não corresponderem àquilo que é a realidade sócio geográfica do concelho do Nordeste.

Obrigado.

Presidente: Creio não haver mais intervenções. Vamos votar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Assim sendo passamos à substância.

Para apresentar o diploma tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em janeiro de 2012 a Direção Geral da Administração da Justiça, através dum documento designado por “ensaio para a reorganização da estrutura judicial”,

ensaia uma revisão da reforma da organização judiciária, apresentando propostas da reorganização de 308 tribunais em 20 tribunais judiciais.

Para as propostas de reorganização foram adotados os seguintes princípios ordenadores (dos 12, cito apenas 2, que acho mais pertinentes):

- extinção dos tribunais em que se verifica um movimento processual inferior a 250 processos (entrados por ano);

- privilegiar a proximidade dos cidadãos sempre que possível (que é o ponto 9).

De acordo com os critérios da ponderação para a manutenção e extinção dos tribunais – passo a citar – “sabido é, porém, que a concretização de tais opções de extinção conduzirá a alguma contestação local das populações e autarcas, a quem se imporá esclarecer, da forma mais completa possível, as opções tomadas”.

A verdade é que ao longo deste tempo nunca foi dado qualquer esclarecimento nem ao Governo, nem ao poder local do concelho do Nordeste.

“Estabelecidos os seguintes critérios para ponderação do encerramento dos serviços no âmbito do volume processual subsistente espetável, após a reorganização inferior a cerca de 250 processos...”

Aquilo que nós queremos questionar no âmbito desta frase que citei é se para a Sra. Ministra, 234 processos, em 2011, será considerado cerca de 250 processos?

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Volto a citar também o ponto 2: “ a distância entre o Tribunal a encerrar e aquele que vai receber o processo passível de ser percorrido em tempo inferior a cerca de uma hora”. Fim de citação.

Aquilo que eu questiono e quero relembrar, não só à Sra. Ministra mas a todos os açorianos, é que a Sra. Ministra quando elaborou ou definiu este documento não tinha o mínimo conhecimento do que é o concelho do Nordeste e o que é a Região dos Açores. Isto porque a distância entre a freguesia da Salga à vila da Povoação é cerca de 65 Km e em transporte público leva cerca de duas horas. Queria relembrar que este transporte público só é possível às terças e quintas-feiras.

Volto a citar uma afirmação do mesmo documento: “qualidades das instalações, bem como as circunstâncias de serem propriedades do Ministério da Justiça ou arrendadas”.

Ora bem, o Tribunal do Nordeste está sediado no edifício da câmara, sem encargos alguns para o Ministério da Justiça e a manutenção deste mesmo edifício é também responsabilidade da autarquia.

Além disto tudo, o edifício apresenta excelentes condições para instalação do Tribunal e para o seu funcionamento, sem quaisquer encargos ao Ministério da Justiça.

Deputado João Costa (PSD): Está de parabéns a autarquia!

O Orador: Sem dúvida alguma Sr. Deputado.

Gostava de acrescentar, para o contra censo no âmbito do documento elaborado pelo Ministério da Justiça em que este sugere que “a eliminação do Tribunal no concelho do Nordeste, deve ser substituído por um outro”.

Isto não tem senso algum, atendendo que se o atual Tribunal do Nordeste, de acordo com a Ministra da Justiça, não faz sentido manter-se, por que razão é que ela identifica neste documento a necessidade ou não da instalação de outros serviços públicos para exercerem o mínimo de condições no âmbito do funcionamento da justiça?

Portanto, aquilo que nós queremos dizer aqui é que se for avante este documento e estas pretensões do Ministério da Justiça, é uma enorme injustiça que é feita aos nordestenses e que vai contra aquilo que é um direito constitucional dos nordestenses, que é o direito à justiça e proximidade da justiça.

Tenho dito.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O PSD quer começar por dizer que votará favoravelmente este projeto de resolução, como não poderia deixar de ser.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A nossa opção em matéria de organização judiciária e do número de tribunais dos Açores não é de agora, é já antiga. Recordo que o PSD, em 2008, nesta mesma Assembleia Legislativa, apresentou um projeto de resolução, aliás, aprovado por unanimidade, consensualizado em trabalho em Comissão, que visava garantir a manutenção dos tribunais da RAA, perante outra proposta de mapa judiciário de um outro Governo, então socialista, que previa a possível extinção de tribunais na Região.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ouça, Sr. Deputado!

Deputado Hernâni Jorge (PS): Na altura conseguimos travar!

O Orador: A nossa opinião e a nossa posição não mudaram.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós entendemos e reafirmamos hoje, como afirmámos ontem, que a organização judiciária dos Açores, o número de tribunais, deve manter-se igual ao que existe, porque essa é uma necessidade absoluta de funcionamento de uma boa justiça, próxima dos cidadãos, eficaz à luz dos princípios do livre acesso ao direito e aos tribunais.

Entendemos que a organização judiciária dos tribunais nos Açores deve respeitar a nossa realidade insular, as nossas condições especiais, que nos diferenciam do todo nacional e que justificam noutros planos e noutras áreas medidas diferentes e soluções diferentes dos legisladores regionais ou do legislador nacional.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não mudamos de opinião nesta matéria, por mudar o Governo em Lisboa. Não mudamos nesta, como não mudamos em nenhuma outra matéria quando está em causa a defesa e os interesses dos açorianos.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD quer aqui lembrar também, porque é importante fazê-lo, que o artigo 133º. do nosso Estatuto Político-Administrativo, aprovado por unanimidade neste Parlamento, diz que a organização judiciária regional tem em consideração as especificidades e as necessidades próprias da Região (não

apenas as particularidades da região, mas também as necessidades da região), o que quer dizer que devem ser tidas em conta as necessidades de cada ilha, as necessidades de cada concelho onde haja a necessidade de ter uma justiça próxima e uma justiça acessível a todos os cidadãos.

Isto significa que não estamos apenas aqui a dizer que deve haver um tribunal por ilha. E dissemo-lo, quando legislámos ao aprovarmos o Estatuto Político-Administrativo, aqui e depois na Assembleia da República, que a organização judiciária nos Açores pode e deve ser diferente da organização judiciária no plano nacional.

Foi isso que dissemos nos Açores e foi isso que a Assembleia da República confirmou.

Hoje, neste momento, e bem, o Parlamento dos Açores invoca esse direito à diferença e invoca essa premissa estatutária que a Assembleia da República confirmou em 2009, quando aprovou o nosso Estatuto Político Administrativo.

Nós reivindicamos na área da justiça uma diferença que o Governo da República deve atender na organização do mapa judiciário e na organização do número de tribunais existentes nos Açores.

É assim que nós servimos bem os cidadãos, é assim que nós podemos assegurar uma justiça próxima e eficaz para as pessoas.

Deputados Cláudio Almeida e João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É preciso lembrar aqui, porque é de justiça fazê-lo, o esforço, aliás como está espelhado no texto da Resolução, que a Câmara Municipal do Nordeste tem feito, ao pagar aquilo que deveria ser uma obrigação do Estado, ao ceder um conjunto de facilidades para que o Tribunal, os magistrados que prestam serviço no Nordeste, possam continuar a prestar serviço numa pequena comarca, uma justiça próxima das pessoas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Temos com justiça que o recordar, que o saudar e dizer que a Câmara Municipal do Nordeste está a servir bem os seus munícipes ao substituir-se ao Estado, numa função que o Estado deveria cumprir bem, mas que cumpre mal.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Qualquer presidente fazia isso!

O Orador: É preciso também lembrar e recordar aqui, para a história do Tribunal do Nordeste, que o novo Tribunal do Nordeste, o novo edifício, o novo Palácio da Justiça, foi adjudicado por um Governo e o concurso foi anulado pelo Governo de José Sócrates, poucos dias depois de ter tomado posse.

Deputado João Costa (PSD): Sr. Deputado San-Bento, isso é uma coisa óbvia!

O Orador: Não estaríamos hoje nesta câmara e neste momento político a discutir um projeto de resolução com este texto se a história tivesse sido cumprida de uma maneira diferente e se a teimosia do Governo de José Sócrates não tivesse anulado o concurso da construção do edifício do novo Tribunal do Nordeste.

Tudo seria diferente porque também um dos argumentos para a possível extinção deste Tribunal é justamente a questão das instalações e a agregação que está prevista é a agregação com a comarca próxima, que é a comarca da Povoação que tem um Palácio da Justiça relativamente novo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD já disse, e reafirmo para os Srs. Deputados da maioria mais desatentos, especialmente algumas Sras. Deputadas mais desatentas na última fila da bancada do PS, que votará favoravelmente esta Resolução pronunciando-se a favor da manutenção do Tribunal na Comarca do Nordeste.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Quero também lembrar que a Sra. Ministra da Justiça a semana passada dizia que este processo, agora iniciado com o estudo publicado pelos serviços do Ministério da Justiça, tenderá a um diálogo com os vários autarcas do País, com os vários municípios, por forma a encontrar as melhores soluções na organização do mapa judiciário do País.

Este é o pressuposto político em que assenta este estudo.

Quero também lembrar que nesta matéria não há nenhuma novidade em relação a estudos anteriores, de governos anteriores, quanto à reorganização do mapa judiciário do País.

Foi assim que estes processos começaram e é assim que estes processos se realizam.

O que nós desejamos é que este processo de reorganização do mapa judiciário nos Açores, no País (mas nos Açores porque é aquilo que nos interessa e é aquilo que nos ocupa neste Parlamento e neste momento) seja um processo concertado com a Região e com a Câmara Municipal do Nordeste, num processo de diálogo frutífero e que possa culminar com a manutenção deste tribunal, porque entendemos que só a sua manutenção satisfaz a realização integral da justiça nos Açores e um bom acesso ao direito e aos tribunais por parte de todos os açorianos.

Nesta matéria os nordestenses não são menos do que os restantes açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Dizer em primeiro lugar que o BE subscreve inteiramente os argumentos que de forma clara e cristalina o Sr. Deputado Carlos Mendonça aduziu para a apresentação deste Projeto de Resolução no fundo pugnando pela manutenção do Tribunal do Nordeste.

Dizer também que consideramos uma estranha conceção de diálogo, esta do Governo da República, e já agora da Sra. Ministra da Justiça, que primeiro decide e depois dialoga.

É exactamente o contrário daquilo que nós entendemos por democracia. Antes da decisão é que deve haver o diálogo.

Tomar a decisão e agora é que vamos dialogar, é confrontar com um facto consumado e vamos lá agora tentar perceber como é que fazemos isto da melhor maneira, saindo o mais airoso possível, ou seja, este diálogo deveria ser prévio e não deveria ser posterior.

Na realidade aquilo que a Sra. Ministra da Justiça mostra a todos nós, açorianos, e especificamente aos nordestenses, não é a sua ignorância sobre a Região, sobre as necessidades e sobre as especificidades desta região, porque se

fosse ignorância tinha obrigação de a colmatar, a não ser, tal como o Presidente da República, já esteja com problemas de natureza económica e o preço das nossas passagens tal não lhe permita. Se não for esse o caso deveria vir ver antes de decidir.

Mas, aquilo que demonstra, não sendo ignorância, porque é inadmissível num decisor político, então só pode ser arrogância e absoluto desrespeito e desprezo por aquilo que está, como muito bem leu o Sr. Deputado Pedro Gomes, consignado, que é levar em consideração as necessidades e as especificidades da RAA.

Portanto, a Sra. Ministra da Justiça merece sem dúvida uma censura desta Assembleia e os nordestenses e os açorianos em geral merecem e todos nós estejamos unidos na defesa da manutenção do Tribunal do Nordeste, exactamente no sítio em que está, e convém dizer “de borla”, sem custar um tostão ao Ministério. Não devem haver muitos no país assim, como todos nós sabemos.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Pedro Gomes, em 2008, segundo o Sr. Deputado, foi travado realmente a decisão de encerramento, não só do Tribunal do Nordeste, mas das ditas alterações do mapa judicial.

Foram movidas ações por parte do PS para que fosse travada realmente essa iniciativa e aquilo que nós queremos neste momento é que o PS, o PSD e todos os partidos aqui desta câmara, façam exactamente o mesmo que o PS fez na altura.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: Tudo faremos e vamos continuar a fazer para que seja impedida esta injustiça aos nordestenses e ao fim de contas aos açorianos, por parte da nossa actual Ministra da Justiça.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Fica-lhe bem reconhecer isso!

O Orador: O Sr. Deputado, disse e muito bem, concordo e assumo-o aqui claramente, que a Câmara Municipal do Nordeste sobre este assunto, está, sim senhor, a servir bem os nordestenses.

No que concerne à proximidade da justiça, é um direito constitucional que todos temos.

O Sr. Deputado diz (e lamento discordar), no âmbito desta discussão sobre o encerramento da Comarca do Nordeste, que se na altura tivesse sido construído o edifício que ao fim de contas não chegou a ser... Sr. Deputado não é isto que o documento afirma.

O documento afirma, no âmbito dos critérios de encerramento, e passo a citar: “qualidade das instalações, bem como a circunstância de serem propriedade do Ministério da Justiça ou arrendadas”.

Deputado Mark Marques (PSD): Ora aí está! Se tivesse um tribunal novo não havia problema!

O Sr. Deputado não pode esquecer o passado recente!

O Orador: Portanto deixe-me dizer-lhe o seguinte: qualidade das instalações, ele tem ...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Razoáveis!

O Orador: Sr. Deputado não são razoáveis! O Sr. Deputado deveria ir lá visitar para bem das frases que está a dizer aqui.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Eu conheço bem o Tribunal do Nordeste!

O Orador: Não conhece. Pelos vistos não conhece.

Tem ótimas condições.

Aquilo que seria pertinente a bancada do PSD assumir aqui, é que claramente o Ministério da Justiça pretende poupar, prejudicando um direito que é de todos, inclusive dos nordestenses.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O PSD já não disse que votava a favor?

O Orador: O Tribunal do Nordeste não pode ser uma vítima dos cortes indiscriminados da austeridade cega do Governo da República.

Portanto, recordar aqui a esta câmara que, quer a Câmara, quer a Assembleia Municipal do Nordeste, já se pronunciaram várias vezes, de várias formas e de

forma unânime. Dou-vos o exemplo de 24 de abril de 2007, 30 de abril de 2007, 10 de agosto de 2011 e 8 de fevereiro de 2012, sempre por unanimidade, contra o encerramento do Tribunal do Nordeste.

Portanto, aquilo que gostava de deixar aqui é que a nossa união de forças sirva de exemplo para aquilo que não pode acontecer, que é contra a norma do que deve ser feito por parte do Terreiro do Paço, que é decidir sem visitar, sem ter conhecimento.

Por isso esperamos que esta força que vamos adquirir aqui seja suficiente para o Ministério da Justiça voltar atrás como já voltaram outros Ministérios.

Obrigado.

Presidente: Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Duas notas que gostaria de trazer ao debate.

A primeira nota para dar conta de que esta matéria naturalmente preocupa o Governo Regional.

Mereceu da nossa parte um acompanhamento deste a primeira hora e isso foi materializado, desde logo, pelo envio, que tive oportunidade de fazer, de uma carta à Sra. Ministra da tutela, no início deste mês de fevereiro, dando conta do desagrado, com as notícias vindas a público que previam, no âmbito do chamado ensaio para a reorganização da estrutura judiciária, o encerramento do Tribunal do Nordeste, pelas consequências negativas, para o acesso à justiça dos cidadãos do concelho do Nordeste, mas também porque parece ao Governo que os critérios eram absolutamente desadequados, pensados para o território nacional do continente e pouco adaptáveis à aplicação da justiça nas nossas ilhas.

Isso foi, desde logo, transmitido à Sra. Ministra, lamentando-se também o facto de não ter havido da parte do Ministério nenhum tipo de contacto prévio, ou nenhum tipo de preparação dessa medida, o que teria sido talvez o procedimento mais adequado e aquele que melhor permitiria dialogar, se é que o objectivo alguma vez foi dialogar.

Como disse o Sr. Deputado Pedro Gomes, a reforma pressuporia, no seu início, o desejo do Ministério articular, com os autarcas pelo País fora, o encerramento ou não das várias instâncias judiciais, o que me parece que, se era assim, falhou redondamente na prática, porque não houve contato nenhum e aliás houve diversas manifestações de desagrado, em vários pontos do País.

Também gostaria de relembrar, presumo que saberão, porque a notícia é recente, é de hoje, de que o Presidente do Governo teve oportunidade de receber o Sr. Secretário de Estado da Administração Patrimonial e Equipamento, do Ministério da Justiça, e este assunto foi também tratado, estando agora, depois desse encontro, aberta a possibilidade de eventualmente não ser aplicada (essa margem foi deixada pelo próprio Secretário de Estado) essa medida e o tribunal vir a não encerrar.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Já estava aberta!

O Orador: A notícia é pública, resulta duma audiência do Sr. Presidente do Governo com o Sr. Secretário de Estado.

Isto prova que não só estivemos preocupados e diligentes no assunto desde a primeira hora, como mais uma vez fomos nós que o ajudámos, se ele vier a ser resolvido positivamente, a resolver.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Toda a gente está a ajudar, Sr. Secretário!

O Orador: Isso porquê? Porque da mesma maneira, segundo disse o Sr. Deputado Pedro Gomes, teria havido a intenção de fechar o Tribunal ainda no tempo do Governo da República do PS e isso não se concretizou por ação dos órgãos de governo próprio, em particular do Governo Regional. Da mesma maneira atuamos agora desta feita com o mesmo objetivo e esperamos ser capazes de chegar aos mesmos resultados.

A diferença substancial é esta, porque fica bem, é verdade e é desejável, que se possa produzir um consenso nesta casa sobre esta matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já está resolvido!

O Orador: Gostei muito da parte inicial do discurso do Sr. Deputado Pedro Gomes no sentido de explicar e chamar a atenção para as especificidades da aplicação da justiça nos Açores, etc., mas depois há uma outra vertente do

discurso do Sr. Deputado Pedro Gomes que começa a configurar um padrão que deve preocupar de alguma maneira os açorianos sobre as matérias que dizem respeito à ação do Governo da República na Região.

Os senhores indignam-se, mas são absolutamente inconsequentes. A vossa indignação não produz qualquer resultado prático.

Vamos à RTP, começam-se a conhecer os planos ...

Deputado João Costa (PSD): Sr. Presidente!

Presidente: Está a desviar-se do objeto Sr. Secretário.

O Orador: Eu chego lá, é muito rápido.

Presidente: É só um atalho. Vou confiar em si.

O Orador: Em vez de desenvolver vou limitar-me a enumerar:

RTP; Rádio Naval; aeroporto da Horta; Tribunal do Nordeste.

Tudo casos em que senhores se indignaram.

Deputado Costa Pereira (PSD): Os senhores nem sequer se indignaram, aprovaram!

O Orador: Os senhores indignam-se mas não resolvem.

O problema é esse, é que os senhores indignam-se, apoiam, fazem gala em chamar a atenção para o facto de estarem contra o vosso partido na República, mas não resolvem nada! Ficamos todos na mesma.

Isso não é a ação do Governo Regional neste, como noutros assuntos.

Os assuntos acabam por não se resolver e isso significa que das duas, uma: ou o PSD nacional não presta qualquer atenção à vossa indignação, não ouve o que o PSD regional diz e não resolve nada de acordo com o que o PSD regional pretende, ou então os senhores têm que mudar de estratégia, porque essa candura contestatária que os senhores usam, essa indignação de sobrelha levantada, não produz qualquer resultado a favor dos Açores e – presumo eu – o vosso desejo é que se resolvam os problemas dos açorianos. Não é com indignação é com ação.

Ficamos todos à espera que, numa próxima oportunidade, consigam ser um bocadinho mais eficazes.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Costa Pereira (PSD): Grande ação que o senhor fez nessa enumeração do Governo da República!

Então no aeroporto da Horta!

E na Rádio Naval da Horta deu no que deu!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição do CDS, em relação a esta matéria, é inequívoca também e é de apoio à manutenção do tribunal do Nordeste.

Portanto, desse ponto de vista vamos apoiar a iniciativa apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

No entanto – e já foi dito por outros Deputados que me antecederam – convém lembrar que isto não é um tema que tenha surgido agora, que tenha surgido no ano de 2012.

A reformulação do mapa autárquico é uma questão que está em cima da mesa há pelo menos 3-4 anos atrás.

Convém dizer que não foi o PS que travou a extinção do Tribunal do Nordeste.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Foi o PP!

O Orador: O que ficou decidido na altura foi um adiamento da decisão. O adiamento ou travar são coisas completamente diferentes.

Deputada Zuraída Soares (BE): E para adiar é preciso travar!

O Orador: Travar quer dizer que parou ali, não tem mais consequências. Adiar quer dizer que no futuro, quando houver a decisão final, poderá incluir-se o Tribunal do Nordeste nessa extinção.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O vosso Governo da República é que pretende parar!

O Orador: Aquilo que se pretende com a manutenção diz respeito às especificidades das nossas ilhas, ou ao nosso processo autonómico.

Penso que essas razões, ditas de uma forma muito genérica mas com implicações muito específicas, são razões mais que justificadas para defender esta mesma manutenção.

Queria dizer aqui à Sra. Deputada Zuraida Soares que de facto é fácil vir para aqui mandar alguns considerandos, sem ter o rigor de saber e de ler as matérias que estão envolvidas nesse processo e que são da maior importância e relevância, nomeadamente para o concelho do Nordeste, para a população do Nordeste, mas para a Ilha de São Miguel e para os Açores em geral.

Deputada Zuraida Soares (BE): O que é que o senhor quer?

O Orador: Quando a Sra. Deputada diz e afirma que o Governo é que decide, não ouve as pessoas e toma as decisões, quero dizer-lhe que aquilo que a senhora acabou de dizer aqui, não corresponde à verdade e já vou dizer-lhe porquê.

Estamos a falar de uma questão de um estudo, estamos a falar duma proposta inicial e estamos a falar de critérios de ponderação para a manutenção ou extinção dos tribunais.

Deputada Zuraida Soares (BE): Diálogo!

O Orador: Ponderação, não é de decisão. São coisas completamente diferentes.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Finalmente temos alguém da bancada do PP a defender uma decisão do Governo da República!

O Orador: O Sr. Secretário da Presidência já fez referência e eu volto a referir ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): É admirável. É a primeira vez que está a acontecer!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, o seu aparte está demasiado audível.

Sr. Deputado Pedro Medina faça favor de continuar.

O Orador: Vou ler as declarações que hoje foram ditas: “o Sr. Secretário de Estado admitiu, por outro lado, que o Tribunal do Nordeste poderá vir a não ser encerrado, como prevê a proposta inicial de reforma do mapa judiciário apresentado pelo Ministério da Justiça”.

Diz o Sr. Secretário: “estamos a recolher contributos e estamos abertos a ouvir todas as críticas e sugestões para que depois o Ministério da Justiça apresente a proposta final”.

Deputada Zuraida Soares (BE): Primeiro fecha!

O Orador: É isso que estamos a discutir e é por esta luta e esta manutenção, porque é este o tempo certo, atendendo que só agora é que saíram os critérios para uma possível extinção desta comarca, da qual o CDS não concorda para bem dos Açores, para bem da população do concelho do Nordeste.

Não é, de facto, com discursos populistas e discursos fraturantes, como a Sra. Deputada Zuraida veio aqui afirmar e que não corresponde à verdade de todo este processo, que podemos defender a manutenção do Tribunal do Nordeste.

Muito obrigado.

Deputada Zuraida Soares (BE): Os nordestenses nem acreditam no que o senhor diz!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Carlos Mendonça, que é um conhecido Deputado e também um homem do desporto...

Deputado Rui Ramos (PSD): E não só!

O Orador: ... estava nesta corrida à frente e em boa forma. E quem é que o vem ultrapassar, cheio de ciúme?

O Governo!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Também está em boa forma!

O Orador: O Sr. Secretário da Presidência vem aqui dizer: “não, não. Os senhores estão todos de acordo. O Parlamento vai tomar uma iniciativa, mas isto já está resolvido. O Governo já resolveu essa situação!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Eu não disse isso!

O Orador: O Sr. Presidente do Governo Regional já resolveu isto. Não ouviram a notícia?

Independentemente das vossas posições, eu e o Governo já ganhámos!”

Que o Governo corra com a oposição, isso é algo que estou habituado a ver. Agora neste momento, que o Governo esteja a competir com uma iniciativa do seu próprio Grupo Parlamentar, menorizando-a (porque de facto o que o Sr. Secretário da Presidência aqui fez foi menorizar, ao afirmar “isto já está resolvido; vejam bem, nós como nas outras vezes...Televisão, fomos nós...”)) eu acho este comportamento absolutamente desnecessário neste quadro.

O que é necessário nesta situação era que o Parlamento e todas as forças políticas que aqui estão defendam o interesse das populações dos Açores. Nessa matéria estamos de acordo.

O que são as corridas partidárias?

Bom, acho que essa matéria está a mais.

O que é necessário, também, é defender aqui dois conceitos que são fundamentais do ponto de vista do conteúdo, que é a questão do acesso à justiça.

Considero que as políticas que estão a ser desenvolvidas a nível nacional são erradas, ao diminuir a acessibilidade das populações à justiça.

Essa é uma matéria fundamental, não só a diminuição da acessibilidade do ponto de vista da distância espacial a que as pessoas ficam dos tribunais, mas também porque a acessibilidade à justiça está cada vez mais cara, é cada vez mais difícil.

Os pobres já tinham dificuldade em ter sentenças favoráveis, agora vão ter ainda maiores dificuldades em ter até uma sentença. A questão é essa.

Depois o Governo da República, este como o outro, lembrou-se: “nós também temos que reduzir nos Açores”.

Vai ao caso do Nordeste e propõe esta medida.

O que nós podemos constatar, quando lemos os jornais, é que o Ministério da Justiça paga rendas altíssimas, num grande conjunto de tribunais no País.

Bom, aí realmente temos um problema e é necessário rever essas condições, porque alguém está a enriquecer com a justiça de todos nós.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Como por exemplo Vila Franca, o Tribunal de Ponta Delgada!

O Orador: Mas não é este o caso. No caso dos Açores, a Sra. Ministra da Justiça não vem aqui economizar nada. A Sra. Ministra no Nordeste não vem economizar nada.

Portanto, o que aqui veio fazer foi algo completamente a despropósito e só vem fragilizar o seu projecto político de voltarmos a ter no nosso País uma justiça mais barata.

Ao fazer isto num tribunal em que não gasta nada, penso que descredibiliza a política que a Sra. Ministra quer implementar.

Finalmente, uma questão que eu considero fundamental.

Já foi assim noutro tipo de matérias, como por exemplo, na área das finanças e também aqui na área da justiça, que é da responsabilidade do Estado. Como todos sabemos, é fundamental que o Estado não se retire das suas responsabilidades.

Nós, Parlamento, temos que fazer tudo, apesar de, pelos vistos, o Governo já ter concluído o assunto e já ter reivindicado todos os louros desta matéria.

Acho que o Parlamento ainda pode dar um contributo muito importante, na medida em que temos que, mais uma vez, reafirmar uma questão fundamental do ponto de vista da defesa do interesse autonómico, que é não permitir que o Estado diminua as suas responsabilidades, responsabilidades que, de acordo com a Constituição, tem na RAA.

Este é um princípio absolutamente fundamental e nesta matéria, como noutras, o Governo não está a fazer aquilo que o Estatuto Político-Administrativo pressupõe nesta matéria, que é ouvir os órgãos de governo próprio. Isso ele não fez quando tentou implementar esta medida.

Termino reafirmando o seguinte: o PPM vai votar favoravelmente esta iniciativa.

Para mim o contributo mais forte nesta matéria, politicamente mais válido e politicamente mais forte, não é o do Governo Regional, que faz a sua parte, mas é o do Parlamento dos Açores, onde estão representadas todas as forças políticas, onde estão representados todos os partidos políticos, com representação parlamentar dos Açores junto da população açoriana e também

onde estão representadas duas forças políticas, que votam favoravelmente esta iniciativa, e duas forças políticas que têm responsabilidades governativas.

Portanto, o ato mais relevante, o que tem maior impacto político, o que tem maior importância política é justamente o do Parlamento e eu não admito que o Sr. Secretário da Presidência tenha vindo aqui tentar reivindicar os louros todos. Não os tem, a decisão mais importante é a do Parlamento e esta é que é a decisão fundamental nesta questão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Gomes.

(*) **Deputado Pedro Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Quero começar por cumprimentar o Sr. Deputado Carlos Mendonça pelo tom sereno com que está a fazer este debate que contrasta em absoluto com a postura do Governo Regional, que procura minorizar a intervenção do Sr. Deputado e a iniciativa do Grupo Parlamentar do PS.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Queria dizer que todos aqueles exemplos que o Sr. Secretário Regional da Presidência aqui deu, de várias questões regionais – lembro-me de duas, já aqui discutidas, o prolongamento do aeroporto Horta e a Estação Rádio Naval, ainda hoje aqui discutida e todas as outras – constituem maus exemplos da governação do PS na República e representam também exemplos de atitudes erradas do PS e do Governo Regional dos Açores.

Quero aqui recordar que foi o Sr. Presidente do Governo que, em relação aos Governos Socialistas do Eng^o. José Sócrates, recomendou que o Eng^o. José Sócrates escondesse alguns ministros atrás do biombo, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E os senhores estão inquietos para fazer a mesma coisa!

O Orador: ... alegando e invocando o desconhecimento e a falta de capacidade de resolverem questões regionais.

O PS nesta matéria não dá lições a ninguém e a sua postura neste debate não lhe fica bem. Devia ter seguido o comportamento do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem!

O Orador: O PSD quer também dizer o seguinte neste debate: estamos todos de acordo, como já se percebeu pelas intervenções que foram feitas pelos diversos grupos e representações parlamentares.

Não tente V. Ex^a. dividir o que o consenso regional quer unir.

Não tente V. Ex^a. valorizar um simples encontro entre o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores e o Sr. Secretário de Estado, para desvalorizar o consenso que este Parlamento foi capaz de encontrar.

Sr. Secretário da Presidência, ao contrário de V. Ex^a., não estou à procura, nem o PSD está à procura, de paternidade nenhuma neste processo. Nós queremos é que os problemas se resolvam e queremos contribuir para que o Parlamento dos Açores, unanimemente, com voz una, diga ao Governo da República que quer a manutenção do Tribunal do Nordeste.

É isso que os nordestenses esperam de nós e é isso que os açorianos esperam, uma postura responsável.

Esta é uma diferença de atitude que V. Ex^a. certamente não compreende, mas somos assim.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem! Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP irá votar favoravelmente esta iniciativa.

Aliás, a Representação Parlamentar do PCP, o PCP-Açores, da mesma maneira que apoia esta iniciativa que pretende preservar o funcionamento dum serviço público, neste caso do Estado, no concelho do Nordeste, apoiará todas as outras que visem manter os serviços públicos próximos dos cidadãos, assim como se manifestará sempre contra o encerramento de serviços públicos, sejam escolas ou juntas de freguesia, na nossa Região.

Mas, queria aproveitar esta oportunidade para relevar aqui uma situação que é inédita desde que temos no Governo da República o PSD e o CDS, que é um

Deputado do CDS/PP ter tido a coragem, sem nenhum tipo de constrangimento, de defender aqui as políticas do Governo da República, que foi o Deputado Pedro Medina.

Sem nenhum tipo de constrangimento defendeu aqui claramente, ao contrário daquilo que não é feito pelo PSD, nem pelos restantes Deputados da maioria que governa a República, que normalmente procuram esconder-se atrás de argumentos e os açorianos e açorianas começam a perceber.

Deputado João Costa (PSD): Grande relevância que isso tem para o debate!

O Orador: Hoje, o Deputado Pedro Medina deu um exemplo de grande coragem aos restantes Deputados do CDS/PP e aos Deputados do partido maioritário, na coligação que governa Portugal nessa malfadada coligação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Pedro Gomes retirou alguma força àquilo que eu pretendia dizer quando me inscrevi, mas de qualquer forma, vou dizer à minha maneira.

Pessoalmente, estou convencida que sempre que nós (nós, bancadas parlamentares distintas, com opções ideológicas diferentes, com projectos políticos diferentes e democraticamente assumidos aqui dentro) formos capazes de nos unir, na defesa unânime dos interesses, dos direitos e das necessidades das nossas populações, em cada uma das 9 ilhas dos Açores, ganhamos aqui dentro em credibilidade e em prestígio, ganha a democracia e ganham sobretudo as pessoas. Este é o primeiro ponto.

O facto de estarmos a ser capazes de fazê-lo em torno deste caso concreto, que não vou novamente aduzir os mesmos argumentos que utilizei, mas é a defesa dum serviço público que corresponde a uma necessidade e a um direito das nossas populações, no caso do Nordeste, é bom para a democracia, é bom para nós e é bom para as pessoas.

Se entretanto, e depois deste consenso, o Governo Regional, nomeadamente o Presidente do Governo Regional, legitimamente e através de um encontro com

alguém que directamente está relacionado com o contexto da justiça, consegue sozinho ou também com a força da nossa unanimidade dentro desta casa, alcançar resposta para aquilo que este Projecto de Resolução do PS propõe e reivindica, ótimo! Não tenho nenhum problema com essa situação.

Que seja o Sr. Presidente a ficar com o protagonismo de ter alcançado esse sucesso.

Que seja o nosso Parlamento, ou que sejamos todos em conjunto, porque estamos todos a falar a uma voz e portanto estamos também a dar força ao Sr. Presidente do Governo Regional e ao Governo Regional no seu todo, ótimo!

Quem é que ganha? Ganha os Açores e ganha a população dos Nordeste.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Portanto, vamos perder essa vontade de é teu, é meu, quem é que fica primeiro na fotografia e quem é que tem o primeiro nome assinado.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Não, não! Quem começou isso foram os deputados do PS!

O Oradora: Em terceiro lugar, dizer também aos açorianos e açorianas que, dadas as conquistas tecnológicas – felizmente os diários das sessões ficam online com uma brevidade assinalável – todos os açorianos e sobretudo os nordestenses terão oportunidade de ler, reler e prestar atenção às declarações proferidas pelo Sr. Deputado Pedro Medina a propósito do debate deste Projecto de Resolução do PS.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, diga.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Queria solicitar um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Retomamos os nossos trabalhos às 18 horas e 20 minutos.

(Eram 18 horas e 08 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vamos reiniciar os nossos trabalhos. Agradecia que reocupassem os vossos lugares.

(Eram 18 horas e 28 minutos)

Presidente: Secretário Regional da Presidência tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Muito obrigado.

Volto ao debate, embora não o tencionasse fazer quando concluí a minha primeira intervenção. Faço-o para corrigir mal entendidos que parece que a minha primeira intervenção terá provocado em algumas das bancadas sobre esta matéria.

A intervenção inicial tinha uma dupla vertente. Por um lado, era informativa, destinava-se a informar a câmara das diligências que o Governo Regional tinha feito sobre esta matéria e fi-lo de uma forma fatural; a segunda parte terá sido um comentário àquilo que o Sr. Deputado Pedro Gomes tinha dito em jeito também de denúncia, porque o debate político faz parte das funções deste plenário.

Portanto, o que eu procurei fazer foi, por um lado, informar a casa e eu não disse aquilo que me atribuem. Não disse que o problema estava resolvido.

Deputado José San-Bento (*PS*): Muito bem!

O Orador: Disse simplesmente que, por um lado, o Governo tinha, logo num primeiro momento, enviado uma carta à Sra. Ministra a solicitar informações e a manifestar a sua discordância face àquilo que parecia ser uma decisão a implementar.

Por outro lado, não disse que o assunto se tinha resolvido hoje, disse apenas que na sequência de uma audiência, concedida pelo Sr. Presidente ao Sr. Secretário de Estado, tinha saído a informação de que era possível que o Tribunal viesse ou não a encerrar.

Foi apenas isso que eu pretendi trazer a debate.

É claro que os órgãos de governo próprio têm sempre a ganhar quando este tipo de iniciativas merece um consenso generalizado. Cada um dos órgãos – o

Governo e a Assembleia – cumprem o seu papel e fazem-no no âmbito das suas legítimas competências.

Isso não está em questão, nunca estaria em questão, nem resulta qualquer dúvida sobre isso da minha intervenção inicial. Nesse plano estamos conversados, parece-me a mim.

A outra vertente da minha intervenção, essa, mantenho-a na íntegra. Eu fiz um comentário e fiz uma denúncia à forma como o PSD abordou a matéria e a maneira como se procura colocar sempre que as questões são incómodos, porque resultam de decisões do Governo da República, onde o principal partido responsável, é o PSD. Isso continuo a dizer e reafirmo.

Depois há aqui um padrão que procurei estabelecer utilizando como exemplo o caso da RTP e outros que são o padrão das reformas à “Relvas”, se me permitem, as reformas do tipo do Sr. Ministro Miguel Relvas, que é, faz-se e depois vê-se como é a reação dos visados e dos atingidos.

Portanto, isso aconteceu no caso da RTP-Açores, que também não está resolvido, Sr. Deputado Paulo Estêvão (e eu não disse que estava, infelizmente ainda não está), faz-se no caso dos tribunais e far-se-á noutros casos, porque a regra, como temos vindo a constatar, infelizmente, é que essas decisões estão subjugadas apenas a dois primados: o da folha de Excel em detrimento das pessoas e o do preconceito (em muitos dos casos, um preconceito de carácter centralista em que se adotam medidas pensadas para o território nacional) e numa ânsia economicista sem atender às características próprias do território e, no caso específico dos Açores, à nossa descontinuidade geográfica e às características das nossas ilhas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quer que lhe dê dois exemplos?

O Orador: Foi isso que eu disse, é isso que é importante do nosso ponto de vista ressalvar e é isso que provoca no PSD/Açores, constantemente, um incómodo perceptível e compreensível, mas não deixa de ser um incómodo.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Qual incómodo?

Deputado Costa Pereira (PSD): E levantou-se para dizer uma coisa dessas!

O Orador: Nessa matéria isto não põe, de modo nenhum, em causa o valor, a importância do consenso que aqui se gerou.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Secretário é que parece que ficou incomodado com a sua intervenção!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Mendonça.

(*) **Deputado Carlos Mendonça (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não me queria repetir muito, mas gostava de afirmar aqui algo que seria pertinente.

Aquilo que era importante sair claro daqui é que a decisão proposta de encerramento do Tribunal do Nordeste, defendida pelo Governo da República, resulta do total desconhecimento da realidade sócio geográfica do concelho do Nordeste. Não assenta, claramente, nos próprios critérios da razoabilidade e contraria um pressuposto identificado neste documento, que gostava de citar: “privilegiar a proximidade ao cidadão”. Fim de citação.

Aquilo que me preocupa é realmente que um cidadão do Nordeste, da freguesia da Salga, se tiver necessidade de buscar justiça, ter que se deslocar para o concelho da Povoação e ter que levar duas horas de viagem, ter que sair às sete e meia e só chegar ao concelho da Povoação às nove e meia.

Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Hipocrisia, Sr. Deputado!

O Orador: Não esquecendo também que, se não for possível à terça e quinta-feira, que é a única altura que existe os transportes, ...

Deputado João Costa (PSD): Por que será?

O Orador: ... tem que pagar um táxi à sua custa, táxi esse que em média são 25 euros. Também não esquecer que estes processos levam tempo e cada hora de espera de um táxi na Povoação será 15 euros. Essa a nossa preocupação.

Todos nós, pelos vistos, lamentamos a atitude do Governo Central de não consultar o poder local no âmbito desta iniciativa, nem o próprio Governo Regional sobre o assunto e temos que assumir que é claramente é uma falha do Governo Central neste âmbito.

Sr. Deputado Pedro Gomes, não me sinto minorizado quando exerço o meu dever cívico em defesa de uma causa, neste caso dos nordestenses, do que é justo para os nordestenses, porque é uma causa de defesa de uma Região e de um concelho, como é o caso do Nordeste.

Não me sinto minimamente minorizado, pelo contrário, sinto-me muito bem em saber que o próprio Governo, Governo esse que eu apoio claramente, trabalha também na defesa dos direitos dos nordestenses.

Gostava de afirmar que este Governo não trabalhou só agora a favor dos nordestenses, pelo contrário, tem sido assim desde 1996.

Os nordestenses não estão preocupados com a ação do Deputado Carlos Mendonça, se é maior ou menor, do que a ação do Governo.

O que nos preocupa é esta injustiça, é o Tribunal do Nordeste ser encerrado e tornar difícil a acessibilidade à justiça aos nordestenses.

Deputado Rui Ramos (PSD): Isso fica para as suas preocupações!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É o desemprego!

O Orador: Portanto, o que importa mesmo é que, aqui, nesta câmara, unamos forças em relação a esta injustiça e claramente não esquecer que não somos só nós a trabalhar nesta área. Primeiro foram as questões apresentadas pelos Deputados do PS na Assembleia da República, depois foram os Deputados do PSD também com outras questões ao Ministério da Justiça e foi aqui apresentado em discussão, neste momento, este Projecto de Resolução pelo PS, nesta Assembleia, que desejamos claramente, para bem dos nordestenses, para bem da justiça e dessa mesma proximidade, que seja aprovado por unanimidade em prol dos nordestenses principalmente.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Medina.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar quero reafirmar aquilo que disse no princípio da minha intervenção: o CDS apoia incondicionalmente a manutenção do Tribunal do Nordeste. Que não fiquem dúvidas em relação a esse assunto!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não ficou muito claro!

O Orador: Foi essa a convicção e foi esse o interesse que tivemos e dissemos desde o princípio e temos defendido ao longo dos tempos também.

Infelizmente, houve aqui alguém, das várias bancadas parlamentares, aliás, inicialmente pensei que tivesse sido só desta esquerda reacionária, que vem aqui com argumentos e afirmações ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Eu não vim aqui! Eu estou aqui Sr. Deputado!

O Orador: ... que não correspondem minimamente à verdade, em relação à minha intervenção, ...

Deputada Zuraída Soares (BE): Veja lá se usa bem a semântica

O Orador: ... argumentos esses que correspondem mais a algum tipo de atuação e desespero de causa. Sabem lá Vs. Exas. por que é que estão com esse desespero de causa.

Queria dizer ao Sr. Deputado Carlos Mendonça o seguinte: parece-me que também não quis ouvir a minha intervenção.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Pelo menos fiz o esforço!

O Orador: Se fez o esforço não esteve suficientemente atento, porque na minha intervenção, em nenhum momento, o CDS afirmou que concordava com qualquer um daqueles critérios.

A única situação que o CDS exaltou aqui foi que o processo não estava fechado e é nesta abertura que a República, nomeadamente o Sr. Secretário veio cá afirmar, que nós lutamos para que este tribunal não seja encerrado, ao contrário do BE e do PCP que dão como facto consumado.

Sr. Deputado, quando fala no conhecimento geográfico do concelho, conhecendo ou desconhecendo as situações, a única coisa que lhe posso dizer é o seguinte:

Já visitei várias vezes o concelho do Nordeste, já estive na Salga, já estive na Achadinha, já estive em Santo António.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): É verdade! Graças às SCUTS!

O Orador: O Sr. Deputado sabe, além dos problemas que havia naqueles locais, os quais foi o CDS tomou a frente e o combate para a resolução desses problemas, qual foi a maior crítica que ouvi naquele concelho?

Foi que o Deputado eleito pelo círculo eleitoral de S. Miguel, do concelho do Nordeste, passados dois anos após ser eleito, nunca passou naquelas freguesias. Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Uma intervenção muito breve para dizer o seguinte: na nossa perspetiva é evidente, em primeiro lugar, que existe unanimidade nesta casa. Nós saudamos esta unanimidade e consideramos muito relevante, do ponto de vista político, essa situação.

Em segundo lugar, consideramos muito relevante que a única nota discordante, a única nota que enfraquecia de alguma forma esta posição do Parlamento, era realmente a forma como o Sr. Secretário da Presidência tinha tentado passar à frente da posição que irá ser assumida por parte deste Parlamento.

O Sr. Secretário da Presidência já veio retificar aquilo que disse, porque o que disse está no diário das sessões, pelo que não resta qualquer dúvida.

Portanto, o Sr. Secretário da Presidência já fez uma retificação formal daquilo que disse.

Nesse sentido considero que a única nota discordante que de alguma forma enfraquecia a posição formal deste Parlamento já foi corrigida.

Deixo-lhe um conselho, Sr. Secretário da Presidência.

O Sr. Secretário da Economia endereçou, esta tarde, ali, uma citação ao Deputado Jorge Macedo. Considero que o Sr. Secretário da Presidência teria feito muito bem, no âmbito deste debate, em acatar essa citação, porque na situação que estamos a enfrentar, o Sr. Secretário da Presidência neste assunto não tinha nada a dizer e esta corrida despropositada, para ficar na fotografia em primeiro lugar, não deixou dignificada a posição do Governo.

Presidente: Creio não haver mais intervenções.

Assim sendo vamos passar à votação deste Projeto de Resolução.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O Projeto de Resolução apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da nossa agenda: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 10/2012 - “Incentivo à empregabilidade jovem”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do BE.

Para apresentar a urgência dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

O Grupo Parlamentar do BE traz a esta câmara um Projeto de Resolução sobre a epígrafe “Incentivo à empregabilidade jovem”. FÁ-lo no sentido de recomendar ao Governo Regional que crie um programa de incentivos às empresas que integram e contratem, sem termo, ex-estagiários que tenham usufruído de estágio profissional na respetiva entidade acolhedora, ao abrigo do programa Estagiar, nas suas vertentes L e T.

Pedimos urgência na apreciação e na aprovação deste Projeto de Resolução e pensamos que a justificação desta urgência nem sequer precisa de palavras, precisa apenas que abramos os olhos, olhemos à nossa volta o contexto em estamos inseridos, a vida que está aí e sobretudo os dados de hoje do INE que mostram que no último trimestre de 2011 esta Região atingiu os 15,1% de desemprego.

Recordemos as palavras do Sr. Vice-Presidente no debate de ontem. Disse-nos que, de acordo com estimativas, é bem possível que no primeiro trimestre deste ano o desemprego na nossa região chegue aos 16, 17% (vá-se lá saber se não mais).

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, a urgência é esta.

A urgência é um contributo que o nosso Grupo Parlamentar está a dar, um contributo que nós consideramos plausível, credível e sobretudo exequível no imediato, no sentido de responder ao desemprego, fundamentalmente à chaga

do desemprego jovem e dentro deste desemprego jovem, muito dele, se não a maior parte qualificado.

Quanto à urgência, Sras. e Srs. Deputados, penso que nada mais haverá necessidade de dizer.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

O PSD vai aprovar a urgência deste diploma porque, de facto, o desemprego, principalmente o desemprego jovem, é uma realidade que se vive no dia-a-dia na nossa região.

É uma realidade que não é de agora mas que cada vez mais se nota este drama pelo qual os jovens estão a passar.

Cada vez mais os jovens acabam o ensino superior, ou mesmo o ensino profissional, procuram emprego e não conseguem encontrar.

Isto deve-se muito às falhas que este Governo do PS tem vindo a ter ao longo destes 16 anos.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor vai defender a emigração jovem!

O Orador: É preciso não esquecer que hoje em dia a taxa de desemprego nos jovens é de 36,1%, ou seja, é mais alta do que a taxa de desemprego na RAA, que é de 15,1.

Este Projeto de Resolução do BE vem precisamente colmatar estas falhas que este Governo tem tido nesta matéria. É uma matéria muito sensível, muito importante para a juventude açoriana.

É isto que nós pretendemos. Pretendemos dar um contributo para que se tente resolver este drama dos jovens açorianos que é o desemprego.

Estamos aqui para dar um contributo e aceitar as propostas vindas de outros partidos, até mesmo do PS.

Por isso vamos aprovar esta urgência.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Pelos mesmos motivos que a Representação Parlamentar do PCP votou contra a urgência, apresentada pelo PSD relativamente à criação do Fundo Regional de Reestruturação Empresarial, vai votar também contra esta urgência.

Deputado João Costa (PSD): Ao que isto chegou!

Deputado Luís Garcia (PSD): É o ciúme!

O Orador: A questão da empregabilidade jovem é de facto um problema importante, é um problema que precisa de ser devidamente atendido, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): Mas devagarinho!

Deputado João Costa (PSD): Os desempregados são bons é para andar na rua!

O Orador: ... precisa de medidas enérgicas e de respostas estruturantes.

Portanto, a mesma posição que tive relativamente à iniciativa do PSD, tenho-a relativamente à iniciativa do BE.

Julgo que teria sido preferível pedir a urgência e não pedir a dispensa de exame em Comissão.

Por outro lado, queria também dizer o seguinte: uma matéria como esta que estamos a tratar, merecia uma iniciativa legislativa com a forma de um Decreto Legislativo Regional.

Aliás, matéria que nós em 2009 trouxemos a este Parlamento sob a forma de um Decreto Legislativo Regional que enquadrava os programas Estagiar, onde estas medidas lá estavam contempladas.

Lembro à câmara que o PSD na altura reprovou essa iniciativa do PCP. Agora, pelos vistos, já mudou de opinião e acho muito bem...

Deputado Pedro Gomes (PSD): O seu diploma estava mal feito, Sr. Deputado! Foi por isso!

O Orador: ... fazendo fé nas declarações do Deputado do PSD que veio defender a posição do PSD.

Aliás, sobre esta matéria, tivemos oportunidade de tomar iniciativa não só em 2009 quando trouxemos o Decreto Legislativo Regional, mas também em 2010 aquando de uma iniciativa do PS sobre a empregabilidade jovem.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mas isto é sobre o pedido de urgência?

O Orador: Também em 2010, e ainda no âmbito de uma proposta do PSD, fizemos propostas nesse sentido ...

Deputada Zuraída Soares (BE): É uma urgência Sr. Deputado!

O Orador: ... e no Orçamento de 2011 ficou consagrado, por iniciativa do PCP, o pagamento de uma verba aos estagiários equivalente ao subsídio de almoço.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Uma migalha!

O Orador: Repito para que fique bem claro: esta problemática merece uma outra figura de iniciativa legislativa e o PCP irá apresentar rapidamente um Decreto Legislativo Regional sobre as questões da empregabilidade jovem, nomeadamente na vertente dos programas Estagiar.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): O senhor segue a mesma linha!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Em relação a esta questão que o BE aqui apresenta, nomeadamente a sua urgência, considero que ninguém, utilizando o bom senso que Deus nos deu, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Que Deus nos deu?

O Orador: Sim, que Deus nos deu.

... tem de facto dúvidas sobre a urgência da questão.

O combate ao desemprego é urgente e é cada vez mais urgente.

O que aqui se pode dizer em relação a esta urgência é que ela merece ponderação e uma ponderação que tem a ver com a sua execução mais pormenorizada.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é um pleonasma! É um paradoxo!

O Orador: Mas este argumento é um argumento que cai por terra quando se constata que estamos a falar dum projeto de resolução, um projeto de resolução cujo conteúdo não é mais nem menos...

(Apartes inaudíveis do Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Sr. Deputado Aníbal Pires...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão faça favor de continuar.

O Orador: Não estou a conseguir desenvolver o raciocínio.

Deputado Aníbal Pires (PCP): V. Exa?! Não acredito! Um homem de grandes capacidades!

O Orador: O que eu estava a dizer é o seguinte: percebemos que é de facto urgente neste momento a análise desta proposta que o BE apresenta, mas temos que analisar o conteúdo, se o conteúdo é exequível com a urgência e se é prioritário.

É prioritário porque é uma questão de atacar já, depressa, o problema do desemprego. É prioritário!

A segunda questão tem a ver com o conteúdo preciso do documento que aqui estamos a analisar.

O que é que defende? Uma coisa muito simples. Defende que se crie um programa de incentivos às empresas que esteja relacionado com o incentivo à empregabilidade jovem. Tudo o resto pode ficar para a construção legislativa seguinte.

Portanto, trata-se apenas de articular aqui dois conceitos, que é o conceito do Governo criar incentivos às empresas e que as empresas por sua vez criem condições para empregar os jovens. É tão simples quanto isso.

Este projeto de resolução não tem mais matéria, não tem mais conteúdo do que isto. São apenas estes dois princípios.

Considero que estes princípios não merecem contestação.

O argumento que temos que ponderar, temos que construir de uma forma mais complexa (é evidente, porque é um projeto de resolução), fica para construção posterior. Não há argumento.

Portanto quem diz que não a esta questão está de olhos vendados para a realidade. Não tem como prioridade atacar o emprego, não tem como prioridade observar estes princípios e não tem como estratégia dar incentivos às empresas para empregar os jovens. É tão simples como isto

Deputado Aníbal Pires (PCP): A prioridade é atacar o desemprego!

O Orador: Portanto, se os senhores não têm urgência com essa questão, terão que pagar politicamente, porque esta questão é de facto uma prioridade e os princípios que aqui estão não merecem contestação por parte do PPM.

Digo-vos mais, quem tem bom senso e coração tem que resolver estas questões que os nossos jovens estão a enfrentar e as suas dificuldades de emprego.

Portanto, isto é urgente. Ficarei, do ponto político, muito desiludido se o PS não tiver esta prioridade, a prioridade de enfrentar este problema, já e com muita urgência.

Presidente: Sr. Deputado Berto Messias tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Entende o BE trazer aqui uma questão relevante e que é também uma questão premente, ou seja, questões relacionadas com o desemprego jovem e também com a empregabilidade dessa faixa etária.

Esse é, como se sabe, um problema que não é exclusivo dos Açores. É uma questão transversal a várias zonas do mundo. O nosso País tem esse problema, ...

Deputado João Costa (PSD): Nós só recebemos isso por herança!

O Orador: ... a Europa tem também profundos problemas relacionados com essa matéria.

Naturalmente todos nós, todos os agentes do sistema político, também nos Açores, temos que estar vigilantes e empenhados, ...

Deputado João Costa (PSD): Vigilantes?

O Orador: ... todos unidos, para trabalhar, para aumentar os índices de empregabilidade dos nossos jovens, que são, como se sabe, a geração melhor qualificada do nosso País ...

Deputado João Costa (PSD): E mais desempregada!

O Orador: ... tendo em conta os instrumentos que têm à sua disposição em termos quer de acesso à informação, quer também de acesso à qualificação.

Esse é um grande desafio para o PS. Entendemos que temos o enorme desafio de permitir que todos os jovens que estão hoje no exterior da região, a estudar e a qualificar-se, voltem efetivamente para os Açores.

Nós não aconselhamos os nossos jovens a emigrar e a sair da zona de conforto, queremos que voltem para os Açores, aqui façam vida, aqui constituam família e aqui contribuam naturalmente para o aumento da nossa riqueza e para o bem comum.

Temos tido, como se sabe, uma evolução importante e positiva ao longo dos últimos anos nessa matéria.

No entanto, a conjuntura externa extremamente desfavorável em que vivemos hoje condiciona profundamente os índices de empregabilidade dos nossos jovens.

O BE entende sinalizar politicamente esta questão.

No entanto, julgamos que a proposta que é aqui apresentada, carece (e pensamos que isso não bloqueia de forma nenhuma a sua pertinência e a sua urgência, não julgamos que esteja posta em causa a premência desta matéria) a baixa à Comissão e aí ser melhor avaliada, melhor equacionada e até também o próprio enquadramento financeiro desta medida, porque tendo em conta aquilo que é proposto, estão também envolvidas verbas públicas consideráveis.

Parece-nos que é fundamental que, em sede de comissão, esta proposta possa ser avaliada por todos os partidos na comissão parlamentar competente.

Sobre esta matéria o PS entende que esta proposta deve baixar à Comissão.

Obrigado.

Deputado Luís Garcia (PSD): Fica para os 100 dias!

Deputado João Costa (PSD): Dá jeito ao PC porque eles vão para a rua e dá jeito ao PS!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Queria manifestar a posição do CDS relativamente à urgência da proposta que nos é trazida hoje, aqui, pelo Grupo Parlamentar do BE.

De facto o que é preciso nesta altura é passar das palavras aos atos ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... e cada dia que passa, há mais um jovem desempregado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É só lágrimas de crocodilo!

O Orador: A taxa de desemprego jovem nos Açores é altíssima. Altíssima! Das mais altas a nível nacional, com a qual eu comparo, porque se quisermos fazer comparações vamos comparar muitos outros índices de desenvolvimento. Ou comparamos tudo, ou não comparamos nada.

Não posso ouvir que vamos criar condições para que todos os jovens voltem aos Açores. Voltam para o desemprego para os Açores!

Deputado Mark Marques (PSD): Para casa dos pais!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E na República fogem do país!

O Orador: O que os espera nos Açores é o desemprego.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Não posso ouvir a demagogia desse calibre da parte do Grupo Parlamentar do PS...

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

O Orador: ... quando deixamos hoje, deixámos ontem e continuamos a deixar no futuro, escapar jovens altamente qualificados, como são os médicos e enfermeiros e o Governo não fez rigorosamente nada para os fixar na sua Região.

Esses, não foi preciso o Governo mandá-los emigrar. Emigraram por sua iniciativa, porque não tinham condições de trabalho na RAA. Enfermeiros, para

as Canárias; estudantes de medicina, médicos licenciados, que estão no continente e nunca voltaram aos Açores, porque nunca lhes foram abertas vagas nos centros de saúde da RAA. Não tiveram condições de trabalho na sua terra. É preciso urgentemente criar condições de trabalho para os jovens altamente qualificados que temos, nomeadamente no continente português. É urgente tomar medidas!

Esta proposta do BE vem em boa altura, ela nem sequer é extemporânea. Agora, incomoda o PS.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Mas incomoda porquê?

O Orador: Incomoda porque não consegue fazê-la nos 200 dias que lhes falta de governo, para vir fazer nos 100 dias do hipotético Governo do PS.

Isto é que os açorianos estão a avaliar e bem, como é que estando no Governo não se faz e não se tomam as medidas que se tem que tomar? Faz-se uma promessa: se votarem em mim, então eu faço!

Isso não é correto fazer-se a quem está desempregado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

O Orador: Daí a urgência de tomarmos medidas, venham elas de onde vierem. Talvez o CDS, nesta casa, seja o grupo que esteja mais à vontade para apoiar esta proposta do BE, por uma razão: não concordo com a ideologia do BE, nem o BE com o CDS, mas concordamos naturalmente com uma coisa, promover o emprego às pessoas ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): E nós também!

O Orador: ... e sobretudo aos jovens.

E concordamos numa coisa (também não tenho dúvidas nenhuma que seria apoiado se a iniciativa fosse nossa): quanto mais rápido, melhor!

Por isso ela é justa e achamos que devia ter sido discutida hoje e implementada amanhã.

Muito obrigado.

Deputados Pedro Gomes (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Vamos votar este pedido de urgência.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 1 voto contra do PCP, 18 votos a favor do PSD, 5 votos a favor do CDS/PP, 2 votos a favor do BE e 1 voto a favor do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Gostaria de trazer à coação da nossa memória duas situações, uma reiteradamente invocada nesta câmara (hoje por acaso não foi), e uma outra que hoje aqui foi invocada.

A primeira é a seguinte: o Governo Regional e o Grupo Parlamentar do PS, vezes sem conta, têm dito nesta câmara e têm acusado diretamente o PSD, nomeadamente a sua líder, Dra. Berta Cabral, de ter medidas para responder às necessidades, às carências, ao sofrimento, aos maus bocados que os açorianos e açorianas estão a passar neste momento. Recusam a trazê-las, porque dizem que só as implementam quando forem governo, a partir de outubro.

O PS tem dito isto nesta câmara; o Governo tem dito isto nesta câmara e o BE tem concordado com o PS e com o Governo Regional, porque hoje, nesta Região, quem tem propostas para ajudar as nossas populações a levantar cabeça e a sair da tragédia em que todos os dias estão metidas e cada vez mais todos os dias mais pessoas entram, é criminoso, do ponto de vista político, não pôr essas medidas ao dispor das pessoas.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Ainda hoje trouxemos!

A Oradora: Por isso eu considero que é vergonhoso que o PS tenha feito exatamente aquilo que tem vindo a acusar, plenário a seguir a plenário, o PSD, ou seja, a credibilidade das acusações do PS nesta matéria acabaram, porque fazem exatamente o mesmo.

Aquilo que os senhores fazem é o seguinte: quando formos governo, a partir de outubro temos medidas para o desemprego dos jovens, mas até lá não pomos em prática medida nenhuma. É isto que os senhores fizeram.

Hoje, disse daquela bancada, o Sr. Secretário Regional da Economia (disse muito bem, e na altura em que ele o disse o BE subscreveu, ainda que silenciosamente, as suas palavras) que não deveria haver uma instrumentalização político partidária do seu cargo como Secretário Regional Economia. Disse-o assim.

Então, com a mesma legitimidade, eu digo ao Governo e neste caso digo à bancada do PS: aquilo que os senhores fazem é instrumentalizar os jovens desta Região, os jovens desempregados desta Região (uma instrumentalização político partidária!) transformando o desemprego e o sofrimento das pessoas numa arma de arremesso político.

Aquilo que os senhores disseram nesta câmara foi: “vamos com calma, vamos lá ver o que é que fazemos em sede de Comissão. Até pode acontecer que não façamos nada e chegue aqui o projeto e volte novamente a ser reprovado. Entretanto o tempo há de passar e logo havemos de ver como é que vamos solucionar”.

Se isto não é instrumentalização, então eu não sei o que é instrumentalização e não sei a que é que se referia o Sr. Secretário Regional da Economia na sua intervenção, com a qual, volto a dizer, nós concordamos.

Portanto, aquilo que o BE aqui trouxe foi um desafio direto ao PS.

Deixem-se de palavras! Deixem-se de retórica! Deixem-se de relatórios, estudos e levantamentos, que os senhores dizem que não precisam! Comecem a pôr em prática! Comecem a fazer as políticas e sobretudo a aprovar as iniciativas dos outros partidos, sejam eles quais forem, que estão tão preocupados ou mais do que os senhores, com as situações que se vivem hoje em dia na nossa Região.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Isto que se passou nesta casa é lamentável em relação a este diploma por parte do PS.

O PS está minimamente se maribando para os jovens açorianos.

(Apartes dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: O PS não quer resolver o problema da juventude açoriana. O PS não quer resolver o problema e o drama dos jovens que estão no desemprego.

O PS, mais uma vez nesta casa, o que pretende é precisamente andar a prometer, em campanha eleitoral, pelas ilhas, emprego para os jovens, ou melhor andar a prometer até às eleições regionais trabalho para os jovens, para depois das eleições tentar resolver.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): É isso que os senhores andam a fazer!

O Orador: O que o PS tem que fazer precisamente neste momento é pôr as medidas que tem em prática em relação ao desemprego jovem e é isto que se pretende nesta casa.

Mais. Não é de agora que o PS anda a prometer emprego para os jovens e para a juventude açoriana. Desde de 2007 que anda no terreno a prometer.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Que declaração de voto é essa?

O Orador: Tenho aqui um role de promessas da Juventude Socialista de várias conferências desde 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011. Ainda recentemente, no último fim-de-semana, foi à ilha Graciosa prometer emprego aos jovens.

Deputado Berto Messias (PS): Todas as promessas que o senhor referiu foram neutralizadas em propostas aqui!

O Orador: Não é isto que se pretende. Isto não é a política séria que os açorianos querem e pretendem.

Mais vergonhoso ainda é aquilo que o candidato do PS ao Governo Regional em 2012, e actual Secretário da Economia, que é detentor de uma das pastas

importantíssimas para o combate ao desemprego, andou a fazer nos últimos tempos. Andou a prometer aos açorianos que nos 100 dias ...

Presidente: Sr. Deputado está a afastar-se

O Orador: Já termino.

... depois das eleições, o Governo iria resolver o problema do desemprego jovem.

Presidente: Não é isso que está em causa.

O Orador: É precisamente isto que está em causa, porque quem não consegue resolver em 200 dias antes das eleições, não vai conseguir resolver em 100 dias depois das eleições.

Tenho dito.

Deputados João Costa e Pedro Gomes (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida lembro-lhe que nem toda a linguagem jovem é a mais consentânea para ser usada neste plenário.

Tem a palavra para uma declaração de voto o Sr. Deputado Berto Messias.

(Aparte inaudível do Deputado Paulo Estêvão)

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Deputado Paulo Estêvão não me importo de falar antes de si, isso não me condiciona absolutamente nada

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membro do Governo:

Em primeiro lugar, apesar do número mediático por parte da Sra. Deputada Zuraida Soares ...

Deputada Zuraida Soares (BE): Quando o senhor se levanta não há número?

O Orador: ... que tentou aqui capitalizar ao máximo este projeto de resolução, instrumentalizando, sim, os jovens desempregados que temos nos Açores, num exercício demagógico lamentável, ...

Deputado João Costa (PSD): O senhor é que instrumentaliza nas tours da JS!

O Orador: ... eu relembro que aquilo que o PS fez relativamente a esta proposta foi, não aprovando a urgência, fazer com que baixe à comissão parlamentar competente onde seja possível que todos os partidos possam lá discutir esta matéria e onde seja possível também que o BE explique de que forma é que esta proposta deve ser implementada e financiada, a bem do esclarecimento apurado e conhecedor de todos nós.

Na questão do emprego jovem e do combate ao desemprego jovem, sempre tivemos e vamos naturalmente continuar a ter, uma abordagem séria e rigorosa. O PS não recebe lições de ninguém sobre o emprego jovem e sobre o fomento à empregabilidade de jovens dos Açores.

Também não posso deixar de dizer, porque tem sido recorrente ao longo deste plenário, tem sido referido insistentemente, o que é bem demonstrativo do nervosismo e da inveja que paira sobre a bancada, principalmente sobre a bancada do PSD, sobre os compromissos assumidos pelo candidato do PS às eleições regionais.

O compromisso assumido pelo candidato do PS às eleições regionais...

Presidente: Está a desviar-se um bocadinho, Sr. Deputado.

O Orador: Sr. Presidente, foi o Sr. Deputado Cláudio Almeida...

Presidente: É verdade!

O Orador: Estou apenas a esclarecer a câmara.

... apesar de despoletar enorme inveja por parte da bancada do PSD, foi de forma ponderada, de forma séria, tendo em conta a evolução que tivemos até aqui, tendo em conta o caminho que fizemos até aqui, em termos de fomento à empregabilidade jovem, assumir o compromisso de, nos primeiros 100 dias de governo, depois de ser eleito Presidente do Governo, criar um programa de apoio à empregabilidade jovem com base...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Nos primeiros 100 dias!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Façam agora!

O Orador: ... nas perspetivas financeiras que estão a ser negociadas e que se avizinham num futuro próximo, principalmente no âmbito do Fundo Social Europeu...

Deputado Duarte Freitas (PSD): Não tem salvação!

O Orador: ... e no âmbito daquilo que será emanado pela Comissão Europeia em termos de apoio a uma agenda de emprego e de crescimento.

Deputado João Costa (PSD): Mas quem é que vai votar no PS sem ser os desempregados!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, assim não nos entendemos.

Agradecia que terminasse, porque terminou o seu tempo.

O Orador: As nossas propostas, neste como noutros setores, são anunciadas de forma séria e ponderada, sem demagogia barata e sem populismos enganadores dos açorianos. É isso que os senhores têm feito.

Nós assumimos o combate ao desemprego e o fomento à empregabilidade jovem como um dos maiores desafios que temos pela frente.

Os jovens açorianos sabem que podem contar com o PS nesse combate.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Foi um bom esforço!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra para uma declaração de voto.

Srs. Deputados, está no uso da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado João Costa (PSD): O senhor apresentou o Plano Jovem em junho do ano passado!

Presidente: Sr. Deputado João Bruto da Costa está no uso da palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Estão nervosíssimos.

Presidente: Srs. Deputados.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Assim não dá para falar!

Presidente: Srs. Deputados... Eu acho que não é preciso berrar, mas se for preciso posso fazer um esforço.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): O senhor não tem o martelo aí?

Presidente: Não, não gosto do martelo, Sr. Deputado.

(Risos da Câmara)

Sr. Deputado Paulo Estêvão faça favor de começar.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que assistimos aqui neste debate e nesta iniciativa é algo que demonstra como este Governo e este partido não têm soluções e não se preocupam verdadeiramente com aquilo que é prioritário, porque no momento em que é anunciado que no final deste primeiro trimestre vamos ter um desemprego de 17%, cerca de 20 mil açorianos, o que é que o Partido Socialista faz?

Inviabiliza, no dia seguinte, uma urgência.

O que é que queria fazer? Duas coisas:

Criar incentivos junto das empresas para que promovessem e combatessem o desemprego jovem,...

Deputado José San-Bento (PS): Já fazemos isso há 16 anos!

Deputado António Marinho (PSD): Fazem há 16 anos e o resultado está à vista: 36% de jovens desempregados!

O Orador: ... para que essas empresas tivessem oportunidade de se segurar na Região e de criar as condições para que esses jovens fossem absorvidos pelo mercado de trabalho. Era tão simples como isto, porque o Projeto de Resolução tem que ser implementado, tem que ser regulamentado, tem que ser criado o contexto que permita depois a sua implementação.

A resposta – por isso é que eu votei favoravelmente – que este Parlamento teria dado, por parte do Vice-Presidente do Governo Regional, no dia seguinte à apresentação desse número verdadeiramente apocalíptico, teria sido: o desemprego é urgente! O combate ao desemprego é urgente!

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: O que verificámos foi que o Sr. Presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, aliás também líder da Juventude do Partido Socialista, não tem como prioridade o combate ao desemprego.

Mais: estive aqui na triste figura de inviabilizar uma proposta que considerava urgente, prioritário e definia os princípios de ataque ao desemprego jovem.

Presidente: Terminou o seu tempo, Sr. Deputado.

O Orador: O Sr. Presidente da Juventude Socialista o que esteve aqui a fazer foi a inviabilizar e a dizer aos açorianos que para o Partido Socialista o combate ao desemprego é a última das suas prioridades, o combate ao desemprego não é urgente.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Pois digo-vos, e termino Sr. Presidente, que também considero que estão criadas as condições para que o voto do Partido Socialista não seja urgente, nem sequer seja necessário.

Presidente: O Sr. Deputado Berto Messias pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Uma interpelação.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Apenas para esclarecer, porque pelos vistos não sabe, o Sr. Deputado do PPM...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Mas é uma interpelação ou esclarecimento?

O Orador: Um esclarecimento regimental.

... que quando se chumba uma urgência faz com que o diploma baixe à Comissão e não seja chumbado.

Muito obrigado.

Presidente: É verdade.

O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para responder à interpelação, utilizando a mesma figura.

Presidente: Mas para dizer o quê, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, para um protesto.

Presidente: Para um protesto?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sim!

Presidente: Não lhe dou a palavra para nenhum protesto. Não há razão nenhuma para protesto.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Porque não é verdade.

Sr. Presidente, eu fui acusado de não conhecer o Regimento desta casa.

Presidente: Não, não foi acusado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fui acusado ao dizer que o Deputado do PPM não sabia que a proposta estava chumbada.

Presidente: Não, não foi acusado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi o que eu disse.

Presidente: Não foi acusado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fui, fui,

Presidente: Foi esclarecido. Não foi acusado de não conhecer o Regimento.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Fui.

Presidente: Não, não foi.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Faça favor. Qual é a sua interpelação?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O que lhe quero dizer é que a Representação Parlamentar do PPM sabe bem que o que foi chumbada foi uma urgência.

O que o PPM referenciou na sua declaração de voto foi que o assunto é urgente e por isso devia ter sido aprovado.

Foi tão simplesmente isto.

Presidente: Chega, Sr. Deputado. Estou esclarecido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Penso que todos ficaram...

Presidente: Estou esclarecido.

O Orador: ... esclarecidos, mas já estavam.

Presidente: Estou esclarecido. Agradeço que não me falte ao respeito, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Faltei-lhe ao respeito?

Presidente: Disse-lhe três vezes que estou esclarecido.

É preciso, para que esta casa funcione, que a voz do Presidente da Assembleia ainda queira dizer qualquer coisa aqui dentro.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos:

Pedido de autorização para prestação de depoimento do Deputado Francisco Silva Álvares, na qualidade de testemunha, nos autos de

processo comum (Tribunal Singular) n.º 47/09.1TAPVC, que correm termos junto da Secção Única do Tribunal Judicial de Povoação.

O relatório foi aprovado por unanimidade, no sentido do Sr. Deputado ser autorizado a prestar depoimento como testemunha.

O Sr. Deputado concorda e esclarece que nada tem a ver com a função de Deputado que atualmente desempenha.

Face ao esclarecimento, ponho à votação o relatório.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de autorização foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Proponho à votação a seguinte Proposta de Deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare findo o período legislativo de fevereiro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A Proposta de Deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminámos o nosso período legislativo.

A todos muito obrigado. Bom Carnaval.

Bom regresso a vossas casas e até março.

Pedia aos líderes dos Grupos e Representações Parlamentares e ao Sr. Secretário da Presidência que se aproximassem da Mesa.

Eram 19 horas e 22 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Francisco da Silva Álvares

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Deputados que faltaram à Sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Lizuarte Manuel Machado

(*) Texto não revisto pelo Orador.

Documento entrado

Listagem da correspondência:

1 – Projeto de Decreto-Lei:

Assunto: Que revê o regime das taxas incidentes sobre os vinhos e produtos
vínicos MAMAOT - (Reg. DL 258/2011) - n.º 191

Proveniência: Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012.02.15

Comissão: Economia

Data emissão de parecer: 2012.02.27.

2 – Projeto de Resolução:

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma
dos Açores pela manutenção do Tribunal do Nordeste – n.º 9/2012](#)

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2012.02.15

Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Assunto: [Incentivo à empregabilidade jovem - n.º 10/2012](#)

Autor: BE

Data de Entrada: 2012 – 02 – 15

Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 9/2012 – “Pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores pela manutenção do Tribunal do Nordeste”

Proveniência: PS

Data de Entrada: 2012.02.15;

Assunto: Ofício a solicitar Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 10/2012 – “Incentivo à empregabilidade jovem”

Proveniência: BE

Data de Entrada: 2012.02.15;

Assunto: Ofício a enviar Voto de Protesto pelas declarações do Sr. Presidente do Governo Regional relativamente às remunerações dos autarcas das Freguesias

Proveniência: PCP

Data de Entrada: 2012.02.15.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco